

Componente marinha dos Parques Naturais de Ilha:  
uma radiografia da rede de Áreas Marinhas  
Protegidas costeiras dos Açores

*GAMPA*

*Grupo de trabalho em Áreas Marinhas Protegidas dos Açores*



## Financiamento



GOVERNO DOS AÇORES

Vice-Presidência do Governo



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional

Este relatório foi elaborado por:  
Pedro Afonso<sup>1,2</sup>, David Milla i Figueras<sup>1</sup>, Marco Santos<sup>3</sup> e Mara Schmiing<sup>1,2</sup>  
(Grupo de trabalho em Áreas Marinhas Protegidas dos Açores – GAMPA)  
no âmbito do ‘Programa de implementação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha -  
Biodiversidade dos ambientes litorais dos Açores (Programa BALA)’

<sup>1</sup> IMAR – Instituto do Mar, Universidade dos Açores, Departamento de Oceanografia e Pescas, 9901-862 Horta, Portugal

<sup>2</sup> MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade dos Açores, Departamento de Oceanografia e Pescas, 9901-862 Horta, Portugal

<sup>3</sup> Direção Regional dos Assuntos do Mar, Rua Cônsul Dabney - Colónia Alemã, 9900-014 Horta, Portugal

Referência: GAMPA (2015) Componente marinha dos Parques Naturais de Ilha: uma radiografia da rede de Áreas Marinhas Protegidas costeiras dos Açores. Relatório técnico do programa BALA. 114 pp.

## Resumo não-técnico

As Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) têm sido implementadas como ferramenta para a conservação da biodiversidade e a gestão das pescas. A avaliação e monitorização das AMPs e do estado de conservação dos ecossistemas marinhos é essencial para medir os seus benefícios e a sua eficácia e propor potenciais adaptações para assegurar o seu sucesso. Muito progresso tem sido feito nos Açores desde os anos 80s, mas ao atual cenário de designação legal de numerosas AMPs corresponde à ausência de planos de gestão, fiscalização adequada e programas de monitorização. Para avaliar a atual rede de AMPs costeiras nos Açores e propor regras gerais para o seu (re)desenho no âmbito dos planos de gestão dos Parques Naturais de Ilha (PNIs), foram analisados os seus objetivos, enquadramento legal, habitats protegidos, e características e desenho em relação a critérios internacionais de conservação. Esta avaliação revela que 1) algumas AMPs costeiras são demasiado pequenas, 2) quase nenhuma oferece proteção integral das atividades extrativas, 3) os PNIs não oferecem de proteção adequada a alguns habitats críticos recentemente identificados (p. ex. bancos de corais e esponjas e locais de agregação para desova), 4) a representatividade dos habitats varia muito entre as ilhas, 5) não existem programas de monitorização (mesmo sendo obrigatórios), 6) existem incongruências, heterogeneidades e conflitos legais entre as diferentes legislações em vigor que regulam o uso do habitat costeiro, e 7) em muitos casos os regulamentos são difíceis de interpretar pelos utilizadores. A rede de AMPs beneficiará de uma revisão e redesenho para atingir os objetivos definidos para os Açores e para os objetivos nacionais e europeus, incluindo as obrigações com a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha. São propostas medidas gerais para este processo, que incluem 1) o aumento em número e tamanho das áreas de reserva (IUCN I), 2) a utilização de zonamento com áreas de reserva rodeadas por zonas tampão, 3) o aumento da proteção a habitats de plataforma insular (50-200 m), e 4) a interdição geral de algumas atividades mais impactantes do habitat.

## Non-technical summary

Marine Protected Areas (MPAs) have been used as a tool for marine conservation and fisheries management. Evaluating and monitoring MPAs and the conservation status of their marine species and habitats is essential to measure their benefits and efficacy, and to propose adaptations. Much progress has been made in the Azores since the first local MPAs were implemented in the 80s, but the current scenario of numerous officially designated MPAs lacks management plans, adequate enforcement, and monitoring. To evaluate the existing coastal MPA network in the Azores and to propose general guidelines for its re-design within the ongoing preparation of management plans for the Island Nature Parks (INPs), the objectives, legal framework, protected habitats, and design characteristics of INPs were analysed in relation to international conservation criteria and targets. This evaluation shows that 1) some MPAs are far too small, 2) too few offer an adequate protection level, 3) INPs do not include the critical habitats recently identified (e.g. coral and sponge banks, spawning aggregations), 4) habitat representativity varies substantially across islands, 5) there are no monitoring programs (even if mandatory), 6) there are substantial incongruences, heterogeneities and legal conflicts between the different legislations, and 7) rules are often unclear and of difficult interpretation by the stakeholders. The MPA network will thus benefit from a review and redesign to meet the objectives set for the Azores and internationally, including within the EU Marine Strategy Framework Directive. General guidelines for such a review are proposed, including 1) an increase in size and number of no-take areas (IUCN I), 2) a zonation scheme with core and buffer areas, 3) an increase in protection of the island shelf habitat (50-200 m), and 4) banning of some highly impacting activities.

# Índice

Resumo não-técnico.....	i
Non-technical summary .....	ii
Lista das figuras .....	vi
Lista das tabelas .....	vii
Lista de abreviações .....	viii
1. Introdução .....	1
2. As Áreas Marinhas Protegidas e os seus regulamentos.....	2
2.1. Parque Natural de Ilha (PNI) .....	2
2.1.1. Tipologias de proteção das AMPs .....	2
2.1.2. Objetivos das AMPs.....	3
2.1.3. Características das AMPs .....	4
2.1.4. Habitats incluídos nas AMPs .....	5
2.2. Plano de Ordenamento da Orla Costeira .....	6
2.3. Rede Natura 2000 .....	7
2.4. Parques Arqueológicos.....	8
2.5. Regulamentos de pesca .....	10
2.6. Regulamentos de extração de areias .....	14
2.7. A Convenção OSPAR.....	15
2.8. Parque Marinho dos Açores.....	16
2.9. Diploma da Biodiversidade .....	17
2.10. Outras Áreas.....	18
3. Os 9 Parques Naturais de Ilha .....	21
3.1. Características legais dos PNIs .....	21
3.2. Habitats protegidos.....	30
3.3. Heterogeneidade e incongruências legais nos PNIs.....	39
3.3.1. Legislação .....	39
3.3.2. <i>Shapefiles</i> do SIG .....	41
3.3.3. Condicionamentos das áreas terrestres à parte marinha.....	41
3.3.4. Outros regulamentos .....	43
3.4. Conflitos legais .....	44
4. Bases para a revisão da rede regional de PNIs.....	48
4.1. Desenho de redes de AMPs: critérios gerais.....	48
4.2. Objetivos de gestão dos PNIs .....	49

4.3.	Os critérios OSPAR aplicados aos PNI .....	51
4.4.	Propostas gerais para revisão do desenho e regulamentação .....	54
5.	Referências .....	57
6.	Anexos .....	60
6.1.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas na Ilha de Santa Maria .....	60
6.1.1.	Parque Natural da Ilha de Santa Maria (DLR 47/2008/A, de 7 de Novembro, alterado pelo DLR 39/2012/A, de 19 de Setembro) .....	60
6.1.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (DRR 15/2008/A) .....	63
6.1.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	65
6.1.4.	Regulamento de uso de Áreas Protegidas na zona marítima em Santa Maria.....	66
6.2.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha de São Miguel .....	70
6.2.1.	Parque Natural da Ilha de São Miguel (DLR 19/2008/A, de 8 de Julho) .....	70
6.2.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) .....	75
6.2.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	78
6.3.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha da Terceira .....	79
6.3.1.	Parque Natural da Ilha da Terceira (DLR 11/2011/A, de 20 de Abril) .....	79
6.3.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (DRR 1/2005/A) .....	83
6.3.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	84
6.4.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha da Graciosa .....	85
6.4.1.	Parque Natural da Ilha da Graciosa (DLR 45/2008/A, de 5 de Novembro).....	85
6.4.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) .....	88
6.4.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	89
6.5.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha de São Jorge.....	90
6.5.1.	Parque Natural da Ilha de São Jorge (DLR 10/2011/A, de 28 de Março) .....	90
6.5.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) .....	93
6.5.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e Portaria n.º1/2014) .....	94
6.6.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha do Pico .....	95
6.6.1.	Parque Natural da Ilha do Pico (DLR 20/2008/A, de 9 de Julho) .....	95
6.6.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (DRR 24/2011/A) .....	97
6.6.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	98
6.7.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha do Faial .....	99
6.7.1.	Parque Natural da Ilha do Faial (DLR 46/2008/A, de 7 de Novembro) .....	99
6.7.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) .....	102
6.7.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	103

6.8.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha das Flores.....	104
6.8.1.	Parque Natural da Ilha das Flores (DLR 8/2011/A, de 23 de Março) .....	104
6.8.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).....	105
6.8.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	107
6.9.	Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha do Corvo .....	107
6.9.1.	Parque Natural da Ilha do Corvo (DLR 44/2008/A, de 5 de Novembro) .....	107
6.9.2.	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).....	109
6.9.3.	Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014) .....	111
6.10.	ANEXO I da Portaria n.º44/2014 e n.º 1/2014 de 8 de Julho de 2014.....	112
6.11.	Diploma da Biodiversidade (DLR 15/2012/A) .....	113



## Lista das figuras (sem Anexo)

Figura 2.1: As áreas marinhas protegidas dos Parques Naturais de Ilha nos Açores .....	2
Figura 2.2: Zonas balneares no arquipélago dos Açores .....	6
Figura 2.3: Zonas de Proteção Especial no arquipélago dos Açores .....	7
Figura 2.4: Zonas Especiais de Conservação no arquipélago dos Açores .....	8
Figura 2.5: Parques Arqueológicos nos Açores .....	9
Figura 2.6: Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas no arquipélago dos Açores .....	10
Figura 2.7: Exploração de areia no arquipélago dos Açores .....	14
Figura 2.8: As áreas marinhas protegidas da Convenção OSPAR no arquipélago dos Açores .....	16
Figura 2.9: O Parque Marinho dos Açores .....	17
Figura 2.10: As Áreas Importantes para Aves no arquipélago dos Açores .....	20
Figura 3.1: Regulamento da exploração dos recursos marinhos na ilha de Santa Maria .....	22
Figura 3.2: Regulamento da exploração dos recursos marinhos na ilha de São Miguel .....	23
Figura 3.3: Regulamento da exploração dos recursos marinhos na ilha da Terceira .....	24
Figura 3.4: Regulamento da exploração dos recursos marinhos na ilha da Graciosa .....	25
Figura 3.5: Regulamento da exploração dos recursos marinhos na ilha de São Jorge .....	26
Figura 3.6: Regulamento da exploração dos recursos marinhos nas ilhas do Faial e do Pico .....	27
Figura 3.7: Regulamento da exploração dos recursos marinhos na ilha das Flores .....	28
Figura 3.8: Regulamento da exploração dos recursos marinhos na ilha do Corvo .....	29
Figura 3.9: Os habitats protegidos nas áreas marinhas do PNI de Santa Maria .....	31
Figura 3.10: Os habitats protegidos nas áreas marinhas do PNI de São Miguel .....	32
Figura 3.11: Os habitats protegidos nas áreas marinhas do PNI da Terceira .....	33
Figura 3.12: Os habitats protegidos nas áreas marinhas do PNI da Graciosa .....	34
Figura 3.13: Os habitats protegidos nas áreas marinhas do PNI de São Jorge .....	35
Figura 3.14: Os habitats protegidos nas áreas marinhas dos PNIs do Pico e do Faial .....	36
Figura 3.15: Os habitats protegidos nas áreas marinhas do PNI das Flores .....	37
Figura 3.16: Os habitats protegidos nas áreas marinhas do PNI do Corvo .....	38
Figura 4.1: Os princípios de OSPAR .....	49

## Lista das tabelas

Tabela 2.1: Estatística dos componentes marinhos dos Parques Naturais da Ilha .....	4
Tabela 2.2: Os habitats protegidos nas áreas marinhas dos PNIs .....	5
Tabela 2.3: Resumo das legislações da pesca .....	11
Tabela 3.1: Área total dos diferentes habitats em redor de cada ilha do arquipélago.....	30
Tabela 3.2: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI de Santa Maria .....	31
Tabela 3.3: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI de São Miguel .....	32
Tabela 3.4: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI da Terceira .....	33
Tabela 3.5: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI da Graciosa .....	34
Tabela 3.6: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI de São Jorge .....	35
Tabela 3.7: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI do Pico e do Faial .....	36
Tabela 3.8: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI das Flores .....	37
Tabela 3.9: O habitat protegido nas áreas marinhas do PNI do Corvo .....	38
Tabela 3.10: Conflitos legais entre atividades permitidas/condicionadas nos PNIs e outros regulamentos mais restritivos .....	45
Tabela 3.11: Conflitos legais entre atividades não permitidas nos PNIs e outros regulamentos menos restritivos .....	47
Tabela 3.12: Incongruências legais entre atividades interditas no PNI e noutros regulamentos ..	47

## Lista de abreviações

AMP – Área Marinha Protegida  
APGR – Área Protegida de Gestão de Recursos (IUCN VI)  
DLR – Decreto Legislativo Regional  
DQEM – Diretiva-Quadro Estratégia Marinha  
DRR – Decreto Regulamentar Regional  
IBA - Área Importante para Aves (*Important Bird Area*)  
IRP - Inspeção Regional das Pescas  
IUCN – União Internacional de Conservação da Natureza  
MT – Marítimo-Turística  
MN – Milha Náutica  
OSPAR – Convenção de Oslo-Paris para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste  
PAS – Parque Arqueológico Subaquático  
PNI – Parque Natural de Ilha  
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira  
RA – Área de Reserva para a Gestão de Capturas (Reserva de Apanha)  
RAA – Região Autónoma dos Açores  
RM – Área Protegida na Zona Marítima da Ilha de Santa Maria (Reserva de Mergulho).  
RN – Reserva Natural (IUCN I)  
SIC – Sítio de Importância Comunitária  
ZEC – Zona Especial de Conservação  
ZEE – Zona Económica Exclusiva  
ZPE – Zona de Proteção Especial

# 1. Introdução

As estratégias de conservação do meio marinho e de promoção do uso sustentável dos seus recursos vivos e não vivos, da sua biodiversidade e dos seus habitats, adotam cada vez mais uma abordagem ecossistémica. Este novo paradigma está plasmado naquele que é o documento estratégico e operacional mais importante das políticas Europeias do mar, o diploma da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM): “o meio marinho é um património precioso que deve ser protegido, preservado, valorizado e recuperado, com o objetivo de manter a sua biodiversidade e de possibilitar a existência de oceanos e mares diversos, limpos, são e produtivos, continuando a sustentar a utilização pelo ser humano e o desenvolvimento de importantes atividades económicas.”

As Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) têm sido crescentemente implementadas nas últimas três décadas como a ferramenta principal para a conservação da biodiversidade e a gestão das pescas um pouco por todo o mundo, incluindo nos Açores, onde as primeiras AMPs foram implementadas nos anos 1980. Neste contexto, as AMPs são identificadas na DQEM e na Rede Natura 2000, como a principal ferramenta para atingir o bom estado ambiental, tendo mesmo sido estabelecidas metas globais de área efetivamente protegida a atingir até 2020. No entanto, a implementação da DQEM e da rede Natura 2000 requer, antes de mais, a avaliação e monitorização do estado de conservação dos ecossistemas marinhos, ou seja, do estado ambiental das suas espécies e habitats, e da real contribuição das AMPs para o mesmo.

Atualmente, existem na Região Autónoma dos Açores (RAA) 19 áreas marinhas da Rede Natura 2000, incluindo 17 Zonas Especiais de Conservação (ZECs) e dois Sítios de Importância Comunitária (SICs). Os recentemente criados Parques Naturais de Ilha (PNIs), que adotam a ilha como a unidade de gestão, integram a maioria destas ZECs, bem como algumas AMPs da Convenção OSPAR (que articula a cooperação na proteção do ambiente marinho no Nordeste Atlântico) e todas as outras AMPs regionais situadas dentro das águas territoriais dos Açores (12 MN). Fora das águas territoriais mas dentro da ZEE/área da extensão da plataforma, é o Parque Marinho dos Açores (PMA) que integra as várias AMPs da rede Natura 2000 e da Convenção OSPAR. Os PNIs e o PMA reclassificaram todas as suas AMPs sob a classificação IUCN, que adota uma escala de seis categorias decrescentes de objetivos e correspondentes níveis de proteção, desde a categoria I (reserva natural) até à categoria VI (área protegida para a gestão de recursos). Contudo, a esmagadora maioria destas AMPs (e os próprios PNIs) carecem de planos de gestão, incluindo esquemas de zonamento e planos de monitorização. A esta situação, acresce a indefinição relativa à articulação e incongruências legais com outras AMPs regionais, tais como as Reservas para a Gestão de Capturas que regulamentam a apanha de algas, moluscos, equinodermes e crustáceos, e as reservas que regulamentam o acesso e a atividade marítima-turística e pesca.

Para identificar estas lacunas e incongruências, e para avaliar a coerência ecológica da atual rede regional de AMPs costeiras como ferramenta para atingir o bom estado ambiental do meio marinho, foi elaborado este relatório técnico no âmbito do programa de implementação da DQEM - biodiversidade dos ambientes litorais dos açores (programa BALA). Este trabalho incidirá na análise crítica exaustiva dos aspetos legais que recaem sobre as AMPs da RAA, sendo também propostas regulamentações gerais para os PNIs que se pretende contribuir para a futura revisão dos PNIs e elaboração dos seus planos de gestão.

## 2. As Áreas Marinhas Protegidas e os seus regulamentos

### 2.1. Parque Natural de Ilha (PNI)

O PNI é a unidade de gestão base da Rede Regional de Áreas Protegidas da RAA na sua componente costeira. Cada uma das ilhas que constituem o arquipélago dos Açores dispõe de um PNI (Fig. 2.1). Cada PNI é constituído pelas áreas terrestres classificadas no território de cada ilha, abrangendo ainda áreas marítimas até ao limite exterior do mar territorial (12 MN). Os Parques Naturais foram criados pelos seguintes Decretos Legislativos Regionais (DLRs):

- DLR 19/2008/A, de 8 de Julho de 2008 – criou o PNI de São Miguel;
- DLR 20/2008/A, de 9 de Julho de 2008 – criou o PNI do Pico;
- DLR 44/2008/A, de 5 de Novembro de 2008 – criou o PNI do Corvo;
- DLR 45/2008/A, de 5 de Novembro de 2008 – criou o PNI da Graciosa;
- DLR 47/2008/A, de 7 de Novembro de 2008 – criou o PNI de Santa Maria, alterado pelo DLR 39/2012/A, de 19 de Setembro de 2012;
- DLR 46/2008/A, de 7 de Novembro de 2008 – criou o PNI do Faial;
- DLR 8/2011/A, de 23 de Março de 2011 – criou o PNI das Flores;
- DLR 10/2011/A, de 28 de Março de 2011 – criou o PNI de São Jorge;
- DLR 11/2011/A, de 20 de Abril de 2011 – criou o PNI da Terceira.



**Figura 2.1:** As áreas marinhas protegidas integradas nos Parques Naturais de Ilha dos Açores (áreas a vermelho).

#### 2.1.1. Tipologias de proteção das AMPs

##### a) Reserva Natural – Categoria IUCN I

Entende-se por reserva natural (RN) uma área de terra ou mar contendo um ou mais **ecossistemas excecionais ou representativos** de singularidade biológica. Podem integrar esta categoria as áreas terrestres ou marinhas que disponham, cumulativamente, das seguintes características:

- i) Alberguem habitats naturais e seminaturais, bem como espécies da flora e da fauna ameaçadas e de elevado interesse científico;
- ii) Não registem a presença de ocupação humana, permanente ou significativa, estejam inalteradas ou pouco alteradas pela intervenção humana, ou tenham uma intervenção humana sem impacto ou cujo impacto seja suscetível de ser corrigido.

A RN tem como objetivos preferenciais de gestão a preservação de habitats naturais e seminaturais e de espécies da flora e da fauna, a manutenção da condição natural ou seminatural da área, a recuperação ou correção do equilíbrio ecológico, a investigação científica e a monitorização ambiental.

#### **b) Área Protegida de Gestão de Recursos – Categoria IUCN VI**

Entende-se por área protegida de gestão de recursos (APGR) a área terrestre ou marinha cuja gestão é direcionada para a manutenção de determinados habitats ou espécies, salvaguardando o **uso sustentável dos ecossistemas naturais**. Podem integrar esta categoria as áreas terrestres ou marinhas que contenham habitats naturais ou seminaturais e espécies da flora e da fauna em estados de conservação favoráveis. A APRN tem como objetivos preferenciais de gestão a preservação de habitats naturais e seminaturais e de espécies da flora e da fauna, e a adoção de medidas de gestão que compatibilizem o uso sustentável dos recursos com a manutenção da qualidade ecológica dos mesmos.

#### **2.1.2. Objetivos das AMPs**

As **Reservas Naturais (IUCN I)** das Caldeirinhas (Faial), Ilhéu de Baixo e Ilhéu da Praia (Graciosa), e Ilhéus das Formigas e da Vila (Santa Maria) têm como objetivos específicos:

1. A preservação de habitats, ecossistemas e espécies num estado favorável;
2. A manutenção de processos ecológicos;
3. A proteção das características estruturais da paisagem, dos elementos geológicos e geomorfológicos ou dos afloramentos rochosos;
4. A preservação de exemplos do ambiente natural para estudos científicos, monitorização e educação ambiental;
5. A conservação de condições naturais de referência a trabalhos científicos/projetos em curso.
6. A definição de limites e condicionamentos ao livre acesso público;

a que acrescem os seguintes objetivos para os Ilhéus das Formigas (<sup>F</sup>) e da Vila (<sup>V</sup>) (PNI de Santa Maria):

7. Garantir a compatibilização do primado da conservação do património natural submarino com usos diversificados, sem prejuízo da utilização racional sustentada dos recursos marinhos<sup>F,V</sup>;
8. Adotar medidas que assegurem a proteção das comunidades e dos habitats marinhos<sup>F,V</sup>;
9. Proteger a paisagem, a biodiversidade e os respetivos habitats<sup>F</sup>;
10. Promover a gestão e salvaguarda dos recursos marinhos, recorrendo a medidas adequadas que possibilitem manter os sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida que garantam a sua utilização sustentável, que preservem a biodiversidade e recuperem os recursos depauperados ou sobreexplorados<sup>F</sup>;
11. Aprofundar os conhecimentos científicos sobre as comunidades insulares marinhas<sup>F</sup>;
12. Contribuir para a ordenação e disciplina das atividades turística, recreativa e de exploração pesqueira, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, permitindo o seu desenvolvimento sustentável<sup>F</sup>.

No caso das **Áreas Protegidas de Gestão de Recursos (IUCN VI)**, os objetivos variam na forma mas não no conteúdo, centrando-se na exploração dos recursos numa ótica de desenvolvimento sustentável. Desta forma, são objetivos das APGRs:

1. Proteger a manutenção da biodiversidade e outros valores naturais a longo prazo;
2. Promover a gestão efetiva visando o uso sustentável dos recursos, nomeadamente a pesca, o pastoreio, a exploração florestal e outras atividades com baixa incidência de impactes ambientais, OU, Promover a gestão efetiva visando o uso sustentável dos recursos, nomeadamente a pesca e outras atividades com baixa incidência de impactes ambientais (PNI de Santa Maria), OU, Promover a gestão efetiva visando o uso sustentável dos recursos, nomeadamente a água, a pesca, o pastoreio, a exploração florestal e outras atividades com baixa incidência de impactes ambientais (PNI da Terceira);
3. Contribuir para o desenvolvimento sustentável regional OU Contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico (PNI da Terceira).

### 2.1.3. Características das AMPs

As características (desenho) das AMPs costeiras do arquipélago foram analisadas por PNI, nomeadamente quanto ao tamanho total do PNI, número e dimensão média de áreas, distância média entre áreas, linha da costa protegida, e comprimento médio (Tab. 2.1). Os cálculos foram efetuados com recurso ao *shapefile* oficial (Governo Regional) para cada ilha, excetuando os ilhéus da Praia e de Baixo/Graciosa, e da Vila/Santa Maria, onde a parte terrestre não foi considerada. Os ilhéus das Formigas, que se incluem no PNI de Santa Maria, foram aqui considerados separadamente devido à sua excecional localização '*offshore*' e não costeira. Foi usados os sistemas de referência 'WGS 84/UTM 25N' (Corvo e Flores) ou 'WGS84/UTM 26N' (restantes ilhas).

**Tabela 2.1: Estatísticas das componentes marinhas dos Parques Naturais de Ilha (PNIs).**

ilha	nº AMPs (IUCN I)	% da costa (total km)	área PNI (km <sup>2</sup> )	área AMPs (km <sup>2</sup> , X±SE)	distância entre AMPs (km, X ±SE)	comprimento AMPs (km, X ±SE)
Santa Maria	4 (1)	66,4% (51,5)	48,3	12,0 (±6,4)	10,8 (±1,2)	6,5 (±2,7)
Ilhéus das Formigas	(1)	NA	523,9	NA	NA	23,6
São Miguel	5	36,1% (81,2)	74,8	15,0 (±3,3)	29,8 (±4,8)	7,7 ±1,2
Terceira	6	16,6% (21,2)	7,4	1,2 (±0,5)	13,4 (±3,7)	1,9 ±0,8
Graciosa	4 (2)	22,7% (10,0)	7,8	1,9 (±0,4)	8,5 (±3,5)	2,0 ±0,4
São Jorge	4	13,2% (18,4)	19,42	4,9 (±1,6)	28,3 (±8,1)	3,7 ±0,9
Pico	3	26,8% (40,7)	74,4	24,8 (±21,1)	34,8 (±9,2)	8,5 ±5,5
Faial	5 (1)	62,2% (49,9)	189,2	37,8 (±34,0)	12,3 (±2,6)	5,9 ±3,5
Flores	1	33,0% (24,0)	38,72	NA	NA	10,8
Corvo	1	100,0% (21,5)	257,4	NA	NA	18,0

NA= não aplicável; X=média; SE=erro padrão; AMP=área marinha protegida; Primeira coluna: o número em parênteses refere-se a Reservas Naturais (AMPs de categoria IUCN I), as restantes AMPs são de Gestão de Recursos (categoria VI); A linha da costa não inclui os ilhéus.

#### 2.1.4. Habitats incluídos nas AMPs

Para análise dos diferentes habitats incluídos nas AMPs foi tido em conta o tipo de habitat e a sua respetiva representatividade (Tab. 2.2). Neste contexto, e em face da indisponibilidade generalizada de informação mais detalhada, consideraram-se os habitats 1) *costeiro* (até aos 50m de profundidade, 2) *de plataforma* (entre 50m e 200m), e 3) *de talude* (áreas mais profundas do que 200m) (informação da batimetria: Instituto Hidrográfico e Tempera 2008; ver 3.2). É também apresentada a informação dos habitats rochosos costeiros a partir de mapeamentos multifeixe (Quartau et al. 2003, 2006; Bates 2005; Tempera 2008) ou modelos preditivos (Mata Chacón et al. 2013) que cobre 100% (Faial) a 80% da área total costeira, excetuando os casos do Corvo, São Jorge e Formigas, para os quais não existe de todo este tipo de informação. Uma análise mais detalhada de cada AMP é apresentada na secção 3.2. Os cálculos foram efetuados com recurso ao *shapefile* oficial (Governo Regional) para cada ilha, excetuando os ilhéus da Praia e de Baixo/Graciosa, e da Vila/Santa Maria, onde a parte terrestre não foi considerada. Os ilhéus das Formigas, que se incluem no PNI de Santa Maria, foram aqui considerados separadamente devido à sua excecional localização ‘*offshore*’ e não costeira. Foi usados os sistemas de referência ‘WGS 84/UTM 25N’ (Corvo e Flores) ou ‘WGS84/UTM 26N’ (restantes ilhas).

**Tabela 2.2: Área e representatividade dos diferentes tipos de habitats integrados nas Áreas Marinhas Protegidas dos Parques Naturais de Ilha nos Açores. Os valores percentuais referem-se à representatividade da área do habitat em relação à área total do PNI (esquerda) e à área do habitat em relação à área total desse habitat disponível na ilha (direita, *itálico*).**

ilha	habitat			
	costeiro total (0-50 m)	costeiro Rochoso (0-50 m)	plataforma (50-200 m)	talude (>200m)
<b>Santa Maria</b>	38,5 km <sup>2</sup> 79,8% / 52,4%	15,6 km <sup>2</sup> 40,6% / 48,5%	5,6 km <sup>2</sup> 11,7% / 6,8%	4,1 km <sup>2</sup> 8,5%
<b>Ilhéus das Formigas</b>	3,3 km <sup>2</sup> 0,6% / 100%	ND	35,8 km <sup>2</sup> 6,8% / 100%	484,8 km <sup>2</sup> 92,5%
<b>São Miguel</b>	53,5 km <sup>2</sup> 71,6% / 28,2%	20,6 km <sup>2</sup> 38,5% / 29,0%	17,4 km <sup>2</sup> 23,3% / 4,9%	3,8 km <sup>2</sup> 5,1%
<b>Terceira</b>	6,8 km <sup>2</sup> 91,8% / 8,2%	4,3 km <sup>2</sup> 63,2% / 8,4%	0,6 km <sup>2</sup> 8,2% / 0,2%	0%
<b>Graciosa</b>	7,5 km <sup>2</sup> 96,7% / 22,6%	4,1 km <sup>2</sup> 54,2% / 24,3%	0,3 km <sup>2</sup> 3,3% / 0,2%	0%
<b>São Jorge</b>	13,1 km <sup>2</sup> 67,7% / 13,3%	ND	6,2 km <sup>2</sup> 31,9% / 3,0%	0,5% 0,1 km <sup>2</sup>
<b>Pico</b>	26,4 km <sup>2</sup> 35,5% / 42,6%	26,4 km <sup>2</sup> 74,6% / 55,2%	25,9 km <sup>2</sup> 34,9% / 25,8%	22,0 km <sup>2</sup> 29,6%
<b>Faial</b>	26,4 km <sup>2</sup> 14,7% / 52,9%	10,5 km <sup>2</sup> 37,5% / 44,8%	52,6 km <sup>2</sup> 27,8% / 55,4%	108,7 km <sup>2</sup> 57,5%
<b>Flores</b>	20,8 km <sup>2</sup> 53,7% / 29,7%	8,7 km <sup>2</sup> 42,1% / 34,3%	17,9 km <sup>2</sup> 46,3% / 8,1%	0%
<b>Corvo</b>	20,3 km <sup>2</sup> 7,9% / 100%	ND	31,4 km <sup>2</sup> 12,2% / 100%	205,7 km <sup>2</sup> 79,9%

ND = informação não disponível; \*Informação de modelos preditivos (Mata Chacón et al. 2013).

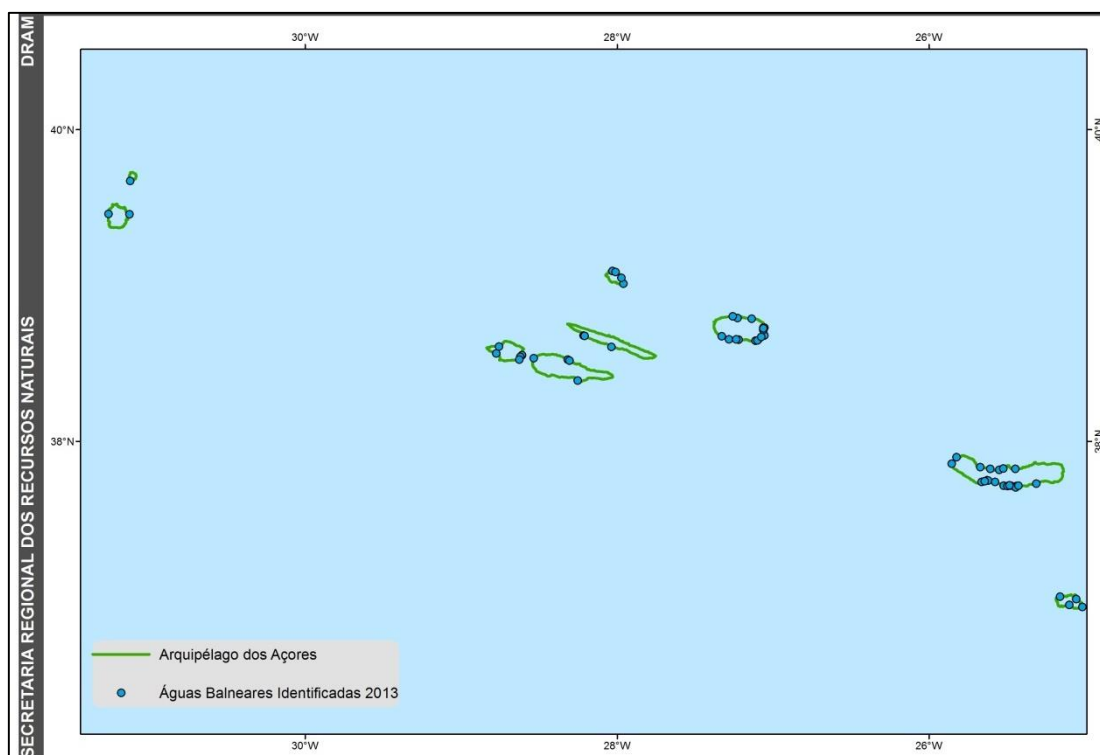


## 2.2. Plano de Ordenamento da Orla Costeira

Embora tenham como objetivo central o ordenamento das atividades, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOCs) incluem também objetivos de conservação e continuidade territorial marítima, incluindo (nalguns casos) a prossecução dos objetivos da Rede Natura 2000 e da Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores. Estes objetivos são perseguidos através do ordenamento marítimo em dois tipos de AMPs: 1) as ‘Faixas Marítimas’, que se estendem da linha de costa até à batimétrica dos 30 m de profundidade (ou até 0,5 milhas marítimas, no caso de São Jorge), e 2) algumas áreas específicas dentro destas com nomes diferentes consoante o POOC: Áreas de Proteção e Conservação da Natureza (Santa Maria, Graciosa, Flores, Corvo), Áreas de Especial Interesse Ambiental (São Miguel Sul, Terceira, São Jorge), Áreas de Proteção do Meio Marinho (São Miguel Norte), ou Áreas de Especial Interesse Natural, Cultural e Paisagístico (Pico, Faial).

Os POOCs interditam ou condicionam genericamente diversas atividades marinhas importantes, que incluem a extração de inertes e dragagens, a instalação de aquaculturas, o corte ou recolha de algas/espécies vegetais protegidas, a caça submarina e a captura ou abate de fauna silvestre, e regras específicas numa faixa de 50 m para proteger aves marinhas nidificantes (em Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo). Os POOCs podem ser alvo de planos específicos a elaborar pelas entidades competentes, nos termos e tipologia da legislação em vigor.

Os POOCs integram ainda as zonas balneares (Fig. 2.2) onde, durante a época balnear, é genericamente interdita (embora por vezes apenas em áreas específicas) a pesca desportiva e profissional, incluindo a caça submarina e a apanha de plantas e animais marinhos com fins económicos (sujeito a períodos sazonais estipulados). O sumário dos atos e atividades interditas e condicionadas por cada POOC é apresentada no anexo (ver 6.n.2).



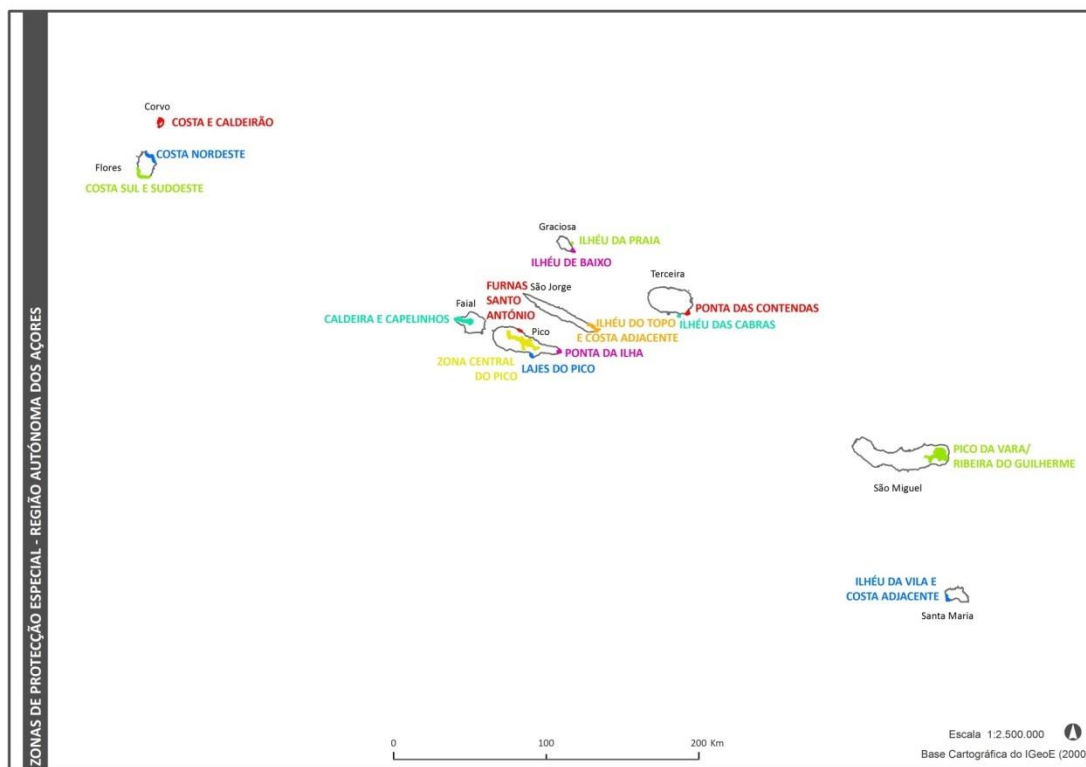
**Figura 2.2:** Zonas balneares no arquipélago dos Açores.

### 2.3. Rede Natura 2000

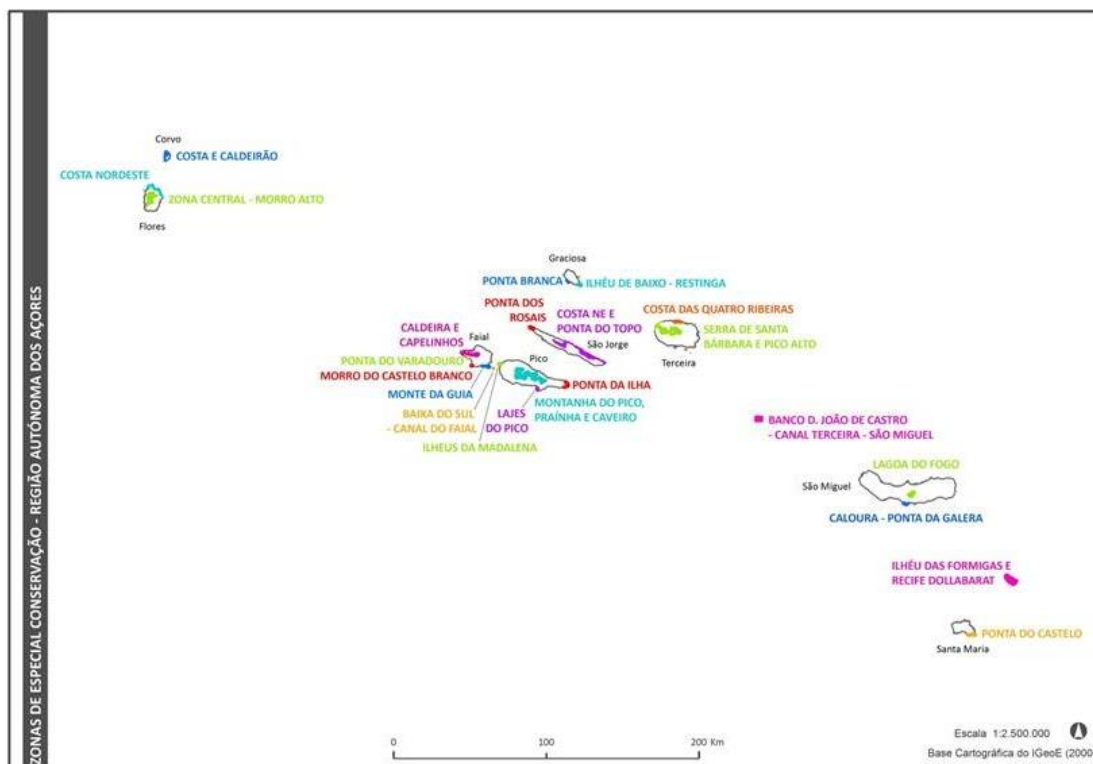
A criação de uma rede ecológica coerente e global no espaço da União Europeia, designada Rede Natura 2000, constitui um dos seus principais instrumentos políticos no que respeita à conservação da natureza e à biodiversidade. No essencial, os estados membros devem garantir a manutenção ou melhoria do estado de conservação dos locais designados da rede e das suas espécies e habitats, listados nos anexos da Diretiva.

Esta rede é formada por Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC, que derivam dos Sítios de Importância Comunitária - SIC). Nos Açores existem 41 áreas Rede Natura 2000 (15 ZPEs, 23 ZECs e 3 SICs; Figs. 2.3-2.4), na sua maioria marinhas ou costeiras, estando as ZECs e SICs todas integradas na componente marinha dos PNIs.

A criação das ZECs marinhas constitui uma AMP *de facto*. No entanto, os seus planos de ordenamento (ou de gestão, ou de ação, tal como constam das diferentes formas legais) ainda não foram elaborados, ainda que tal estivesse previsto num prazo máximo de três anos após a publicação das ZECs (largamente expirado). Por isso, não existem atualmente atividades ou ações interditas ou condicionadas no âmbito destas AMPs. O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (DLR n.º 20/2006/A, de 6 de Junho, alterado pela Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto, e pelo DLR n.º 7/2007/A, de 10 de Abril) estabelece algumas regras e condicionantes mas vincula apenas entidades públicas, pelo que não são aqui apresentadas. O Diploma da Biodiversidade (DLR n.º 15/2007/A; ver secção 2.9) prevê que o Plano Sectorial seja revisto no prazo máximo de 10 anos a contar da data de entrada em vigor do respetivo diploma, ou seja, até 2016.



**Figura 2.3:** Zonas de Proteção Especial no arquipélago dos Açores.



**Figura 2.4:** Zonas Especiais de Conservação no arquipélago dos Açores.

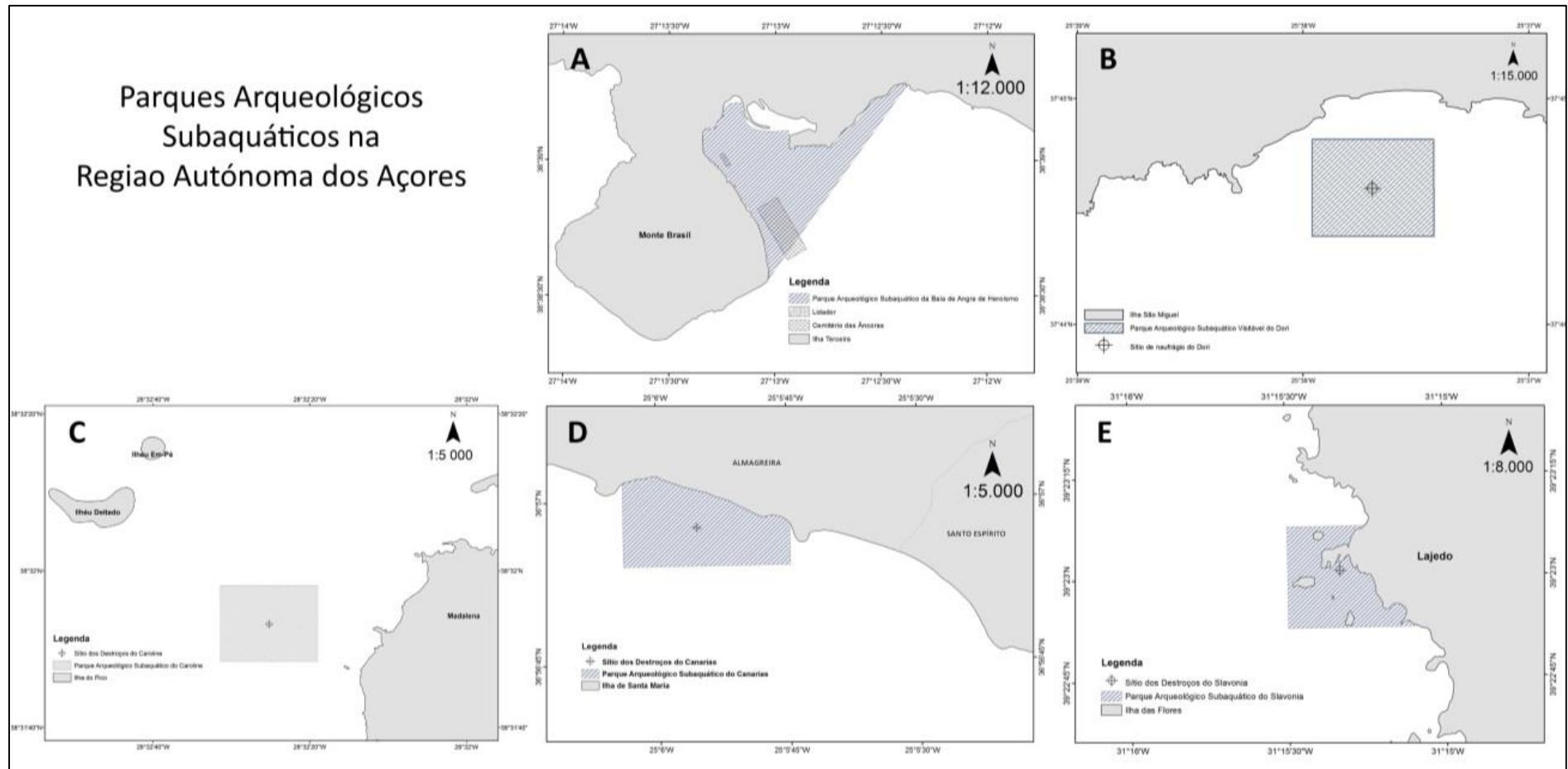
## 2.4. Parques Arqueológicos

Em 2004 foi estabelecido o quadro normativo relativo à gestão do património arqueológico, no sentido da prevenção, salvamento e investigação do património arqueológico imóvel e móvel na Região Autónoma dos Açores, através da publicação do DLR n.º 27/2004/A - Regime jurídico da gestão do património arqueológico - com as alterações introduzidas pelo DLR n.º 8/2006/A, de 10 de Março. Neste âmbito foram criados cinco Parques Arqueológicos Subaquáticos (PASs) na RAA (Fig. 2.5):

- Baía de Angra (Ilha da Terceira) – Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2005/A alterado por DRR n.º 19/2015/A.
- Dori (Ilha de São Miguel) – Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2012/A.
- Caroline (Ilha do Pico) – Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2014/A.
- Slavonia (Ilha das Flores) – Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2015/A.
- Canarias (Ilha de Santa Maria) – Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2015/A.

Todos os PASs interditam a) a pesca de qualquer arte ou modalidade (exceto o corrico no PAS de Pico) e b) a ancoragem de embarcações, bóias ou quaisquer outras estruturas no seu interior, exceto o PAS da Baía de Angra, Terceira, que apenas limita a ancoragem. A realização de trabalhos de investigação científica é condicionada e exige a autorização da autoridade gestora.

# Parques Arqueológicos Subaquáticos na Região Autónoma dos Açores



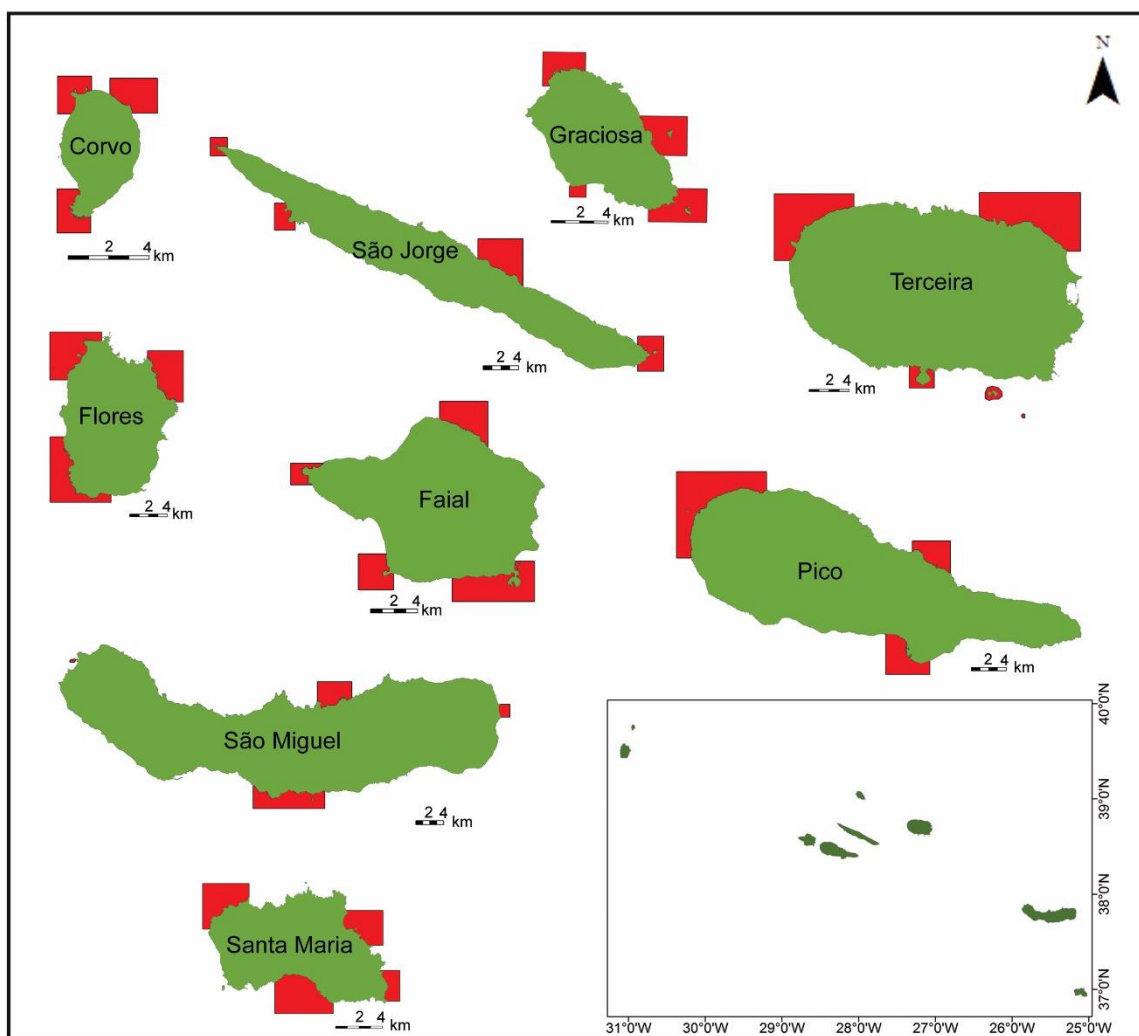
**Figura 2.5:** Parques Arqueológicos: A) Baía de Angra, Terceira, B) Dori, São Miguel, C) Caroline, Pico, D) Canarias, Santa Maria, e) Slavonia, Flores.

## 2.5. Regulamentos de pesca

A grande variedade de regulamentos de pesca que incidem espacialmente sobre as zonas costeiras onde se localizam os PNIs podem ser agrupados em quatro categorias: 1) regulamentos de apanha, 2) regulamentos de pesca com redes e armadilhas, 3) regulamentos de pesca com linhas e anzóis, e 4) regulamentos de pesca lúdica (incluindo a caça submarina).

O regulamento da apanha (Portaria n.º 1/2014 e n.º 44/2014) incide sobre 35 áreas onde a apanha de algumas espécies de algas, crustáceos e moluscos marinhos é interdita, chamadas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas (Fig. 2.6). Apenas podem ser objeto de apanha as espécies marinhas constantes do Anexo I ao presente Regulamento. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo em toda a costa de todas as ilhas à exceção dos ilhéus das Formigas.

As limitações espaciais dos regulamentos de pesca incidem sobre faixas de distância à costa onde algumas artes ou embarcações de determinado tamanho são excluídas (Tab. 2.3). Além disso existem regulamentos não-espaciais que definem tamanhos mínimos e períodos de defesa para varias espécies.



**Figura 2.6:** Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas nos Açores.

**Tabela 2.3 (3 paginas): Resumo das legislações de pesca com impacto nas Áreas Marinhas Protegidas costeiras dos Açores.**

lei	secção	regra	área
<b>Acesso às 100MN – Subárea Açores</b> Reg. (EU) N.1380/2013, de 11/12	Parte II - Art. 5.º n.º3	Permite palangreiros superfície EU que não excedam o esforço tradicional	200 MN > ZEE >100 MN
<b>Quadro Legal da Pesca Açoriana</b> DLR N.º29/2010/A, de 09/11 (Republicado no Anexo II DLR n.º30/2012/A, de 06/07)	Art. 20.º n.º1	Proibição da pesca com: a) Arte de arrasto b) Redes de emalhar a profundidades >30m c) Redes de emalhar de deriva d) Redes de emalhar com mais do que 1 pano	Todo o mar dos Açores
<b>Pesca à linha</b> Portaria 50/2012, de 27/04 Anexo I (Regulamento)	Art.9.º -Palangre de fundo e de superfície n.º1	Proíbe todo tipo de palangre	<3 MN
	Art.9.º - Palangre de fundo e de superfície n.º2	Proíbe todo tipo de palangre em todas as ilhas (exceto Terceira e São Miguel) nos períodos: 01/02 - 30/11/2015, 01/01 - 30/11/2016 e a partir de 01/01/2017	<6 MN
	Art.9.º - Palangre de fundo e de superfície n.º4	Permite todo tipo de palangre em todas as ilhas, exceto Terceira e São Miguel, fora dos períodos indicados só para embarcações registadas ou com porto de armamento nessas ilhas	3 MN-6 MN
	Art.9.º - Palangre de fundo e de superfície n.º5-6	Permite todo tipo de palangre nas ilhas Terceira e São Miguel, só para embarcações registadas ou com porto de armamento nessas ilhas ao longo de todo o ano	3 MN – 6 MN
	Art. 10.º - Pesca à Linha (Palangre, Linha de Mão) n.º1	Proíbe embarcações costeiras ≤14m Cff, exceto as que pescam tunídeos com isco vivo	<1 MN
	Art. 10.º - Pesca à Linha (Palangre, Linha de Mão) n.º2	Proíbe embarcações costeiras >14m Cff, exceto as que pescam tunídeos com isco vivo	<3 MN
	Art. 10.º - Pesca à Linha (Palangre, Linha de Mão) n.º3	Proíbe embarcações costeiras >24m Cff, exceto as que pescam tunídeos com isco vivo	<30 MN
	Art. 10.º - Pesca à Linha (Palangre, Linha de Mão) n.º4	Autorização especial: permite qualquer embarcação, com qualquer Cff, em qualquer ilha, só com toneiras a bordo pesca dirigida exclusiva a lulas	<3 MN
<b>Armadilhas</b> Portaria 30/2004, de 22/04	n.º12	Proíbe embarcações costeiras >24m Cff ou >100 TAB ou AB> 100 com armadilhas camarão e armadilhas crustáceos de profundidade	<12 MN
	Anexo II	Proíbe embarcações costeiras >14m Cff com armadilhas camarão e armadilhas crustáceos de profundidade	<3 MN

<b>Armadilhas</b> Portaria 37/2010, de 16/04 (aditado n.º15-A à Port. 30/2004)	n.º1	Permite pesca com armadilhas só para embarcações registadas ou com porto de armamento da ilha em causa	<6 MN
<b>Redes de Emalhar</b> Portaria 91/2005, de 22/12	Art. 4.º - Redes de emalhar costeiras n.º1-2	Permitido para embarcações registadas no porto da ilha em causa	<1/4 MN
<b>Redes de Emalhar</b> Portaria 34/2006, de 27/04 (republicado Art. 3.º da Port. 91/2005 de 22/12)	Art. 1º	Proíbe redes de emalhar costeiras	Batimetria >30 m
<b>Arte de Cerco e Arte de Levantar</b> Portaria 65/2014, de 6/10 Anexo (Regulamento)	Art.5.º n.º1-3	Proíbe cerco, exceto cerco para isco vivo e exceto artes de levantar (sacadas e enchelevar)	<1/4 MN da costa e batimetria <30 m
<b>Regulamento da Apanha</b> Portaria 1/2014, de 10/01 alterado pela Portaria 44/2014, de 08/07/2014	Art. 5.º n.º4	Apanha de algas pode ser autorizada, com respiração artificial ou auxiliar, quando justificada a necessidade	Até 10 m de profundidade
	Art. 13.º n.º1-2	1. A apanha só pode ser exercida do nascer ao pôr-do-sol, sem prejuízo do referido nos n.ºs 2 e 3. 2 A apanha de caranguejo-fidalgo e de mouras pode ser exercida do pôr ao nascer-do-sol.	Fora da RA
	Art. 13.º n.º4	Permitida apanha (comercial e lúdica) das espécies do Anexo I	Fora da RA, Anexo V (A-J)
	Art. 13.º n.º5	Proibição da Apanha (comercial e lúdica) das espécies do Anexo I	RA a <1 MN
	Art. 13.º n.º6 – Exceções	Permitida a apanha de: a) Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo em toda a costa de todas as ilhas à exceção dos ilhéus das Formigas. b) Amêijoa-boia dentro da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, sendo as zonas de apanha definidas conforme Anexo V–F. A apanha de amêijoa-boia é apenas permitida na zona abaixo do nível da água, com referência à maré baixa, sendo proibida a apanha na faixa entre marés.	RA
<b>Banco Condor</b> Portaria 88/2014, de 31/12 Anexo I (Regulamento)	Art.3.º n.º1	Proibição pesca profissional e lúdica, incluindo a pesca turística e a pesca-turismo	Art. 2.º - Retângulo definido: a N latitude 38º 35'N, a
	Art.3º n.º2 e n.º3	Autorizações excepcionais	

	Art.3.º n.º5	Proibição de permanência e navegação entre o pôr e o nascer do sol com arte de pesca ao bordo	S latitude 38º 29'N, a E longitude 028º 54'W, a O longitude 029º 09'W.
	Art.3.º n.º6	Proibição de ancorar ou fundear	
	Art. 4.º n.º1	Permitido a bordo ou no mar só: corrico, cana de pesca, salto e vara	
	Art.4.º n.º2	Permitido também a bordo dos atuneiros, mas não o seu uso: redes de cerco para isco vivo	
	Art.4.º n.º3	Proibição capturar, manter a bordo ou transbordar espécies piscícolas que não sejam pelágicas	
<b>Regime Jurídico da Pesca Lúdica nas Águas dos Açores</b> DLR 9/2007/A, de 19/04	Art.8.º n.º6	Proibida pesca submarina	<300m dos portos comerciais das classes A, B e C; <100m dos portinhos e portos da classe D; <100m zonas de banhos
<b>Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas *</b> Portaria 87/2014, de 29/12 Anexo I (Regulamento)	Art.10.º, n.º1 e n.º2	Interditas embarcações com aparelhos de pesca a bordo. Exceção: Só é permitido operar embarcações com tunídeos e isco vivo a bordo.	Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas

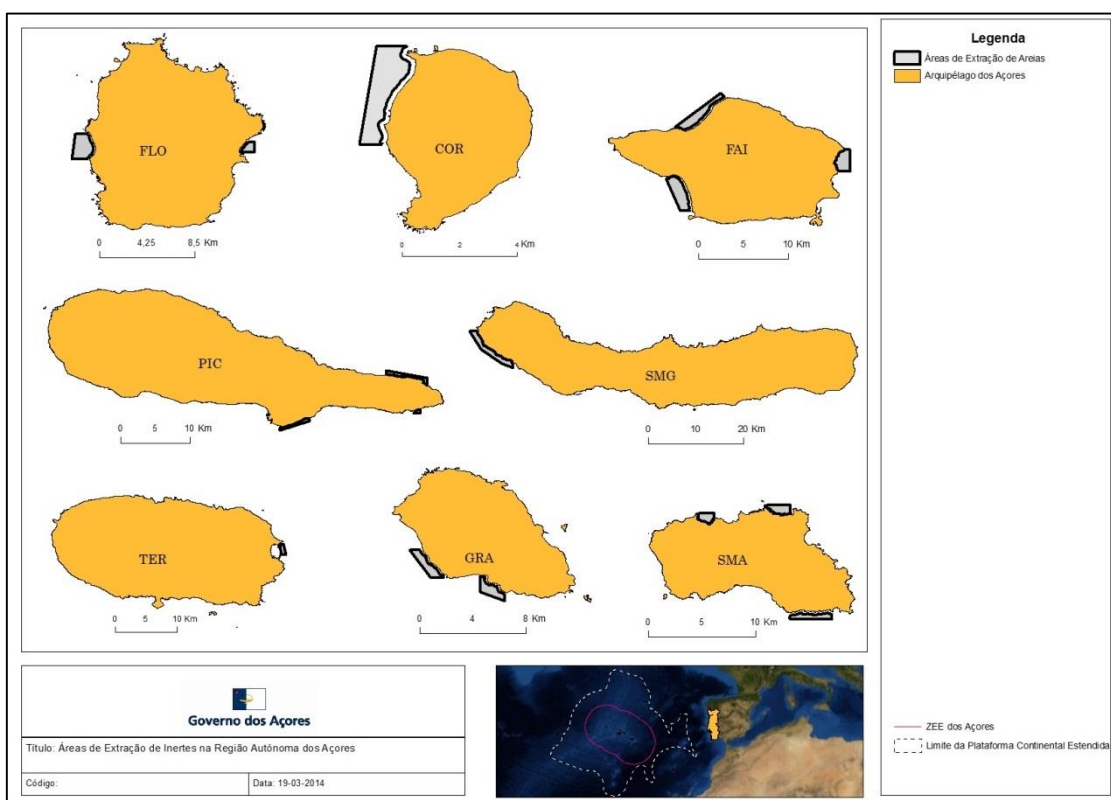
\*A Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas criado com o DLR n.º26/2003/A, de 27 de Maio, foi revogado com o PNI de Santa Maria (DLR 47/2008/A, e DLR 39/2012/A). RA= Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas. MN= Milha Náutica. ZEE= Zona Económica Exclusiva (área Açores), Cff= Cumprimento fora-fora, TAB= Toneladas arqueação bruta, AB= arqueação bruta.



## 2.6. Regulamentos de extração de areias

Nos Açores, a exploração de areia é realizada em zonas pré-determinadas (Fig. 2.7) e depende de licenciamento pelos serviços da administração regional com competência na matéria (atualmente, a Direção Regional dos Assuntos do Mar). Até 2012, toda a informação sobre a atividade era fornecida pela administração portuária (Portos dos Açores, SA) e dizia respeito unicamente a areia desembarcada em porto. Com a entrada em vigor de nova legislação (DLR n.º9/2010/A, de 8 de Março, republicado pelo DLR n.º31/2012/A, de 6 de Julho), a administração passou a contar com informação georeferenciada detalhada em plataforma *online* sobre a atividade referente aos locais de extração (fornecida pelo operador), volume extraído (fornecida pelo operador) e volume descarregado (fornecido semanalmente pelo operador e mensalmente pela Portos dos Açores, SA). Essa obrigatoriedade encontra-se atualmente disposta nas licenças emitidas pela administração regional.

De acordo com o Artigo 3.º d) a extração de materiais geológicos de qualquer natureza não é permitida “no interior de áreas protegidas de qualquer natureza e naquelas onde, nos termos do plano de ordenamento da orla costeira aplicável, seja interdita a extração” (DLR n.º 31/2012/A). Em concreto, a Resolução do Conselho do Governo n.º 3/2014 de 15 de Janeiro de 2014 define as zonas autorizadas para extração comercial de areias por empresas licenciadas e respetivos volumes máximos de extração anual (Fig. 2.7).



**Figura 2.7:** Exploração de areia no arquipélago dos Açores. A ilha de São Jorge não tem contemplada a extração de areias.

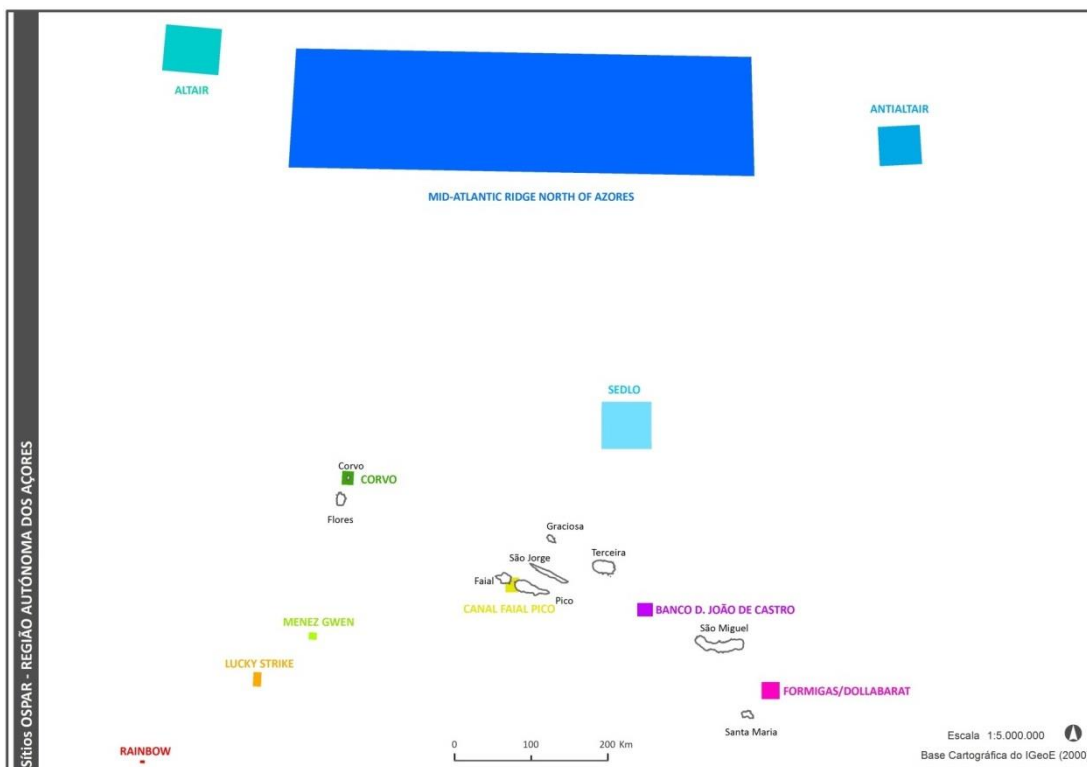
## 2.7. A Convenção OSPAR

A Convenção OSPAR (Oslo-Paris), ou Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste, é uma convenção internacional e o instrumento legal que articula a cooperação na proteção do ambiente marinho no Nordeste Atlântico.

A Convenção OSPAR obriga as partes contratantes a tomar os passos possíveis para prevenir e eliminar a poluição, tomar as medidas necessárias para proteger o meio marinho frente aos efeitos adversos das atividades humanas com o fim de salvaguardar a saúde humana e conservar os ecossistemas marinhos e, quando possível, restaurar áreas marinhas que tenham sido afetadas negativamente. Para este efeito, adotam programas e medidas e harmonizam as suas políticas e estratégias. Também devem tomar, de maneira individual e conjunta, todos os passos possíveis para prevenir e eliminar a poluição de fontes terrestres (Anexo I da Convenção), a poluição por despejo no mar (*dumping*) ou incineração (Anexo II da Convenção), e a poluição de fontes *offshore* (Anexo III da Convenção). Devem ainda avaliar a qualidade do meio marinho (Anexo IV da Convenção) e adotam outros anexos que visem proteger o meio marinho face à poluição por outras fontes (ex. Anexo V da Convenção).

Em 2003, na reunião ministerial da OSPAR em Bremen, acordou-se o estabelecimento de uma “Rede de Áreas Marinha Protegidas no Atlântico Nordeste” e assegurar que a mesma a) até 2012 fosse *ecologicamente coerente*, ou seja, incluísse sítios representativos de todas as regiões biogeográficas da área marítima OSPAR e fosse consistente com o alvo da CBD na efetividade para a conservação marinha e as regiões ecológicas costeiras, e b) até 2016 fosse bem gerida (i.e. têm que ser tomadas medidas e implementadas de gestão coerentes para cada AMP).

Os Açores contam com sete AMPs integradas na rede OSPAR dentro da ZEE (até 200 MN) e outras quatro fora da ZEE mas dentro da área de Extensão da Plataforma (Fig. 2.8). Destas 11 AMPs OSPAR, três são ‘costeiras’ e incluem-se nos PNIs de Santa Maria (RN do Banco das Formigas), Corvo (AMP da Ilha do Corvo), e Faial e Pico - sectores do Canal (AMP do Canal Faial-Pico). As AMPs do Corvo e do Canal Faial-Pico contam com propostas de planos de gestão.



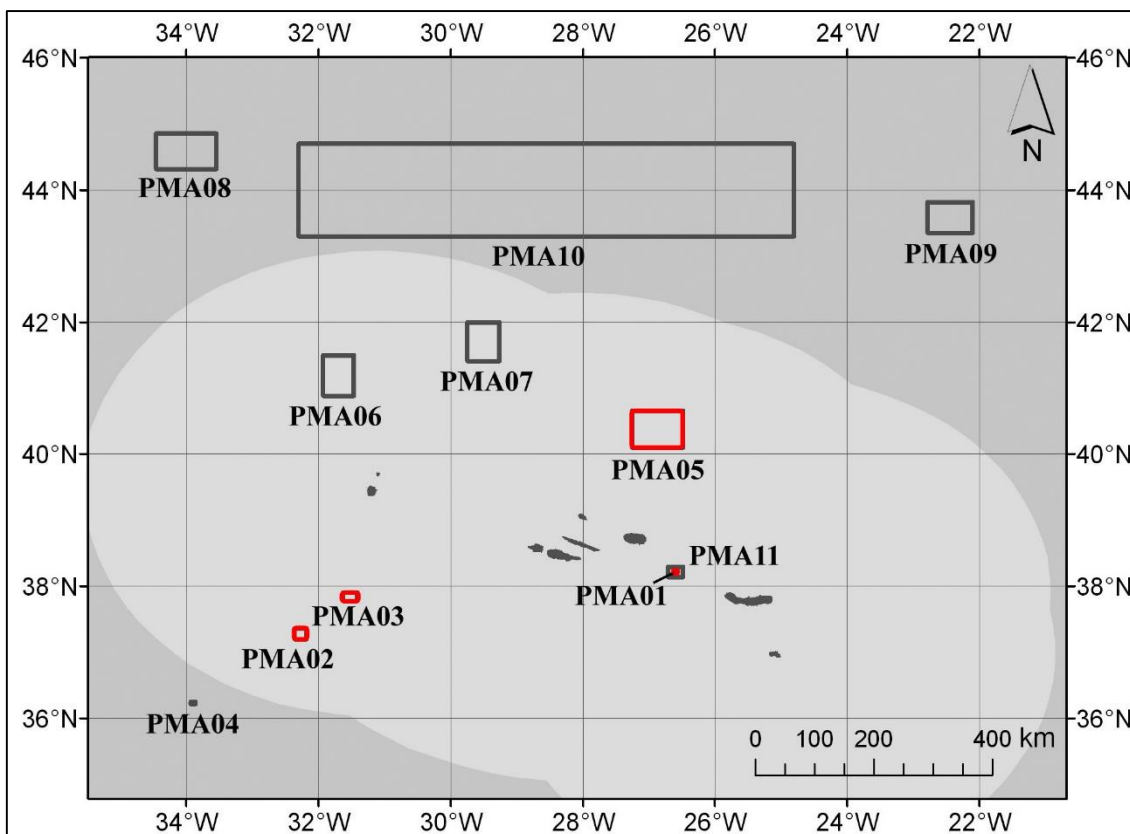
**Figura 2.8:** As áreas marinhas protegidas da Convenção OSPAR no arquipélago dos Açores.

## 2.8. Parque Marinho dos Açores

O Parque Marinho dos Açores (PMA) foi publicado em 2011 (DLR n.º 28/2011/A) e tem como objetivo geral a “conservação da diversidade e produtividade biológica, incluindo a capacidade ecológica de suporte de vida” (Fig. 2.9). O PMA integra varias AMPs da rede Natura 2000, da convenção OSPAR, e Áreas Importantes para Aves (IBAs) fora das águas territoriais (12 MN) mas dentro da área açoriana da zona de extensão da plataforma continental portuguesa (até aprox. 340 m). Quatro destas AMPs estão situadas para além das 200 MN.

As AMPs estão classificados segundo a classificação IUCN e incluem cinco Reservas Naturais (IUCN I), cinco Áreas Marinhas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies (IUCN IV), e uma Área Protegida Para Gestão De Recursos (IUCN VI).

A legislação é generalista, embora com algumas restrições específicas. Quatro das cinco RNs (dentro de zona de 200 MN) interditam a pesca, com exceção da pesca dirigida a espécies epipelágicas migratórias, e também regulamentam outras atividades extrativas, tal como a interdição da exploração de recursos que envolva técnicas invasivas do fundo marinho e dos ecossistemas associados, incluindo a exploração mineral, geotérmica e biotecnológica. Até hoje não existem planos de gestão para estas AMPs, embora a obrigação de publicação dos mesmos esteja prevista, incluindo zonamentos e regulamentos específicos.



**Figura 2.9:** O Parque Marinho dos Açores. As Reservas Naturais que interditam a pesca, com exceção da pesca dirigida a espécies epipelágicas migratórias, estão marcadas em vermelho. A zona cinzenta clara denota a ZEE (200 MN) (Mapa adaptado do DLR n.º 28/2011/A).

## 2.9. Diploma da Biodiversidade

O Diploma da Biodiversidade (DLR n.º 15/2012/A; que revoga o DLR n.º 15/2007/A) estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e procede à transposição para a ordem jurídica da Diretiva Habitats. O Diploma prevê que a administração regional e as autarquias locais tomem “as medidas necessárias para garantir uma proteção eficaz das paisagens, dos habitats e das espécies que ocorrem naturalmente no território sob sua responsabilidade, mantendo uma vigilância permanente sobre o respetivo estado de conservação e adotando as políticas necessárias para garantir a sua manutenção num estado de conservação favorável”. Os ecossistemas, habitats e taxa mais importantes para a conservação da diversidade biológica devem ser identificados e monitorizados.

O Diploma da Biodiversidade compila i) atos e atividades condicionados e proibidos em todas as áreas protegidas (Artigo 21.º), ii) as espécies protegidas às quais se aplicam regras gerais da proteção (Artigo 59.º, Anexo II), e iii) os habitats relevantes para a proteção da biodiversidade cuja conservação exige a designação de áreas protegidas (Anexo III).

Por exemplo, para a proteção de habitats (n.º 2 e 3 do Artigo 21.º) é definido que “nas áreas protegidas é proibida a introdução, a deposição, mesmo que controlada, e o armazenamento de resíduos e de águas residuais de qualquer natureza, com exceção dos resultantes de

sobrantes da exploração florestal e da biomassa agrícola, quando gerados no seu interior, e das águas residuais urbanas e pluviais provenientes de instalações e estruturas sitas no interior da área protegida ou que a ela naturalmente afluam através da rede hidrográfica” e “a alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas, bem como as alterações à sua configuração e topografia”.

Da mesma maneira são também regularizados atos e atividades para a proteção das espécies (n.º 1 do Artigo 59.º) e proíbe-se “a) capturar, abater ou deter os espécimes respetivos, qualquer que seja o método utilizado; b) perturbar esses espécimes, nomeadamente durante o período de reprodução, de dependência, de hibernação e de migração, desde que essa perturbação tenha um efeito significativo relativamente aos objetivos do presente diploma; c) destruir, danificar, recolher ou deter os seus ninhos e ovos, mesmo vazios; e d) deteriorar ou destruir os locais ou áreas de reprodução e repouso dessas espécies”. E “é proibida a captura de espécimes da espécie *Anguilla anguilla* (Linnaeus, 1758), a enguia ou eiró, por qualquer método e em qualquer habitat onde a mesma ocorra” (Artigo 164.º).

Em referência à introdução de espécies exóticas (Artigo 96.º) define-se que para “o enchimento e despejo das águas de lastro dos navios são aplicáveis as regras definidas nas linhas orientadoras constantes da Resolução A.868(20) -IMO da Organização Marítima Internacional (IMO) e do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), e suas alterações a atualizações”.

## **2.10. Outras Áreas**

### **Áreas Protegidas na Zona Marítima da Ilha de Santa Maria (“reservas de mergulho”)**

A Portaria n.º 87/2014 de 29 de Dezembro de 2014 regulamenta o acesso e atividade da pesca, atividades marítima-turísticas e outras em quatro zonas marinhas costeiras em torno da ilha de Santa Maria, nomeadamente na Baixa do Ambrósio, Baixa da Maia, Baixa da Pedrinha e na área marinha em redor do Ilhéu da Vila (ver Fig. 3.1 na secção 3.1). A portaria atualiza e revoga as portarias anteriores (62/2012, de 5 de Junho, revogada pela Portaria n.º 67/2013 de 16 de agosto). Estas ‘reservas de mergulho’ foram criadas como resposta a um processo de discussão despoletado pelos utilizadores com o objetivo de reduzir os conflitos entre as diferentes atividades que utilizavam as quatro áreas em virtude do crescimento da atividade marítimo-turística. Nestas quatro áreas, a) interdita-se qualquer pesca comercial e lúdica, com exceção da pesca de salto-e-vara para captura de tunídeos e de isco vivo, b) condiciona-se o acesso e permanência das embarcações marítimo-turísticas (ancoragem e limite de barcos e mergulhadores), e c) condiciona-se o acesso geral. Note-se que processos semelhantes de reivindicação pelos utilizadores estão já a decorrer em algumas das restantes ilhas (p. ex. Graciosa, São Miguel), prevendo-se a necessidade breve de resposta pela administração regional.

## **Reserva Voluntária do Caneiro dos Meros – Corvo**

Desde 1999 que uma pequena área costeira em frente ao Porto do Boqueirão (ca. 20 hectares) é, *de facto*, uma reserva marinha por ação voluntária dos pescadores comerciais e lúdicos da ilha do Corvo. Esta reserva voluntária foi criada para proteger a biodiversidade marinha em geral e os meros (*Epinephelus marginatus*) em particular que residem naqueles recifes, de forma a apoiar a atividade marítimo-turística (MT) da Vila, nomeadamente o mergulho. Desde 2011 que esta atividade apenas ocorre por operadores da ilha das Flores, uma vez que a única empresa MT do Corvo fechou a sua atividade, mas o regime geral voluntário de interdição de pesca mantém-se. A área tem elevado interesse biológico e ecológico e é um dos locais monitorizados pelo programa de monitorização do IMAR/UAç desde 1997 (p. ex. Tempera et al. 2002a, 2002b, 2003).

## **Áreas Importantes para Aves (IBAs)**

As Áreas Importantes para Aves, ou IBAs (do inglês, *Important Bird Areas*), são sítios com significado internacional para a conservação das aves à escala global. São identificadas através da aplicação de critérios científicos internacionais e constituem a rede de sítios fundamentais para a conservação de todas as aves com estatuto de conservação desfavorável.

As IBAs são:

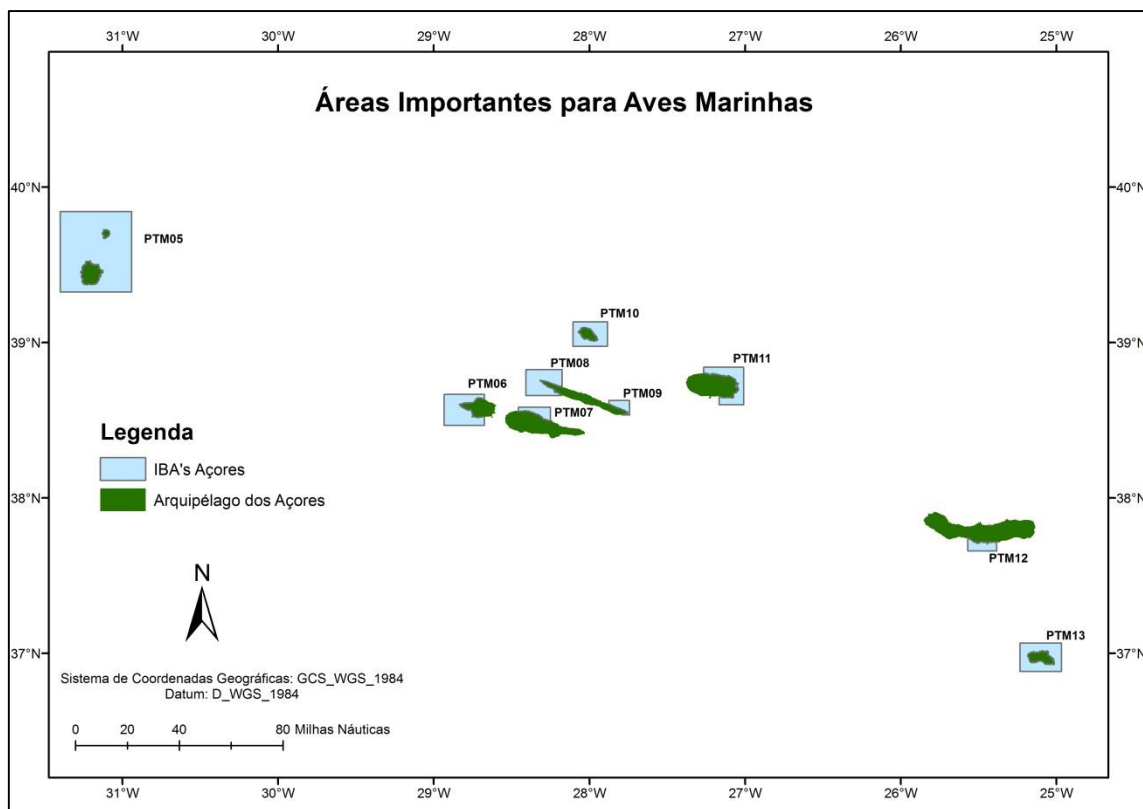
- Sítios críticos para a conservação das aves e da biodiversidade;
- Sítios de importância internacional;
- Alvos concretos para ações de conservação da natureza;
- Selecionados através de critérios internacionais objetivos.

O Programa IBA foi criado em 1981 e é organizado pela BirdLife International. Aplica-se à escala mundial e são reconhecidas atualmente cerca de 20.000 Áreas Importantes para Aves, das quais 3.617 na Europa. O último inventário das IBAs na Europa foi publicado em 2000 e são aí referidos 60 sítios em Portugal, dos quais 34 no Continente, 15 nos Açores e 11 na Madeira (Heath et al. 2000). Estas IBAs foram inicialmente indicadas pelo Instituto da Conservação da Natureza, passando depois a serem supervisionadas pela SPEA, a atual representante da BirdLife International em Portugal. Atualmente, a rede conta com 106 IBAs em Portugal, das quais 11 na ZEE dos Açores<sup>1</sup>, nove das quais por serem consideradas extensões costeiras de colónias de reprodução (Fig. 2.10) e outras duas por serem áreas de concentração pelágica, e situam-se além dos 200 MN no norte do arquipélago (Ramírez et al. 2008).

As IBAs são utilizadas para reforçar as redes de Áreas Protegidas já existentes, nomeadamente a Rede Natura 2000 (ZPEs), onde possivelmente terão de ser integradas. Todas as IBAs costeiras sobrepõem-se às AMPs dos PNIs, excetuando-se o caso da ilha do Pico.

---

<sup>1</sup> [www.birdlife.org/datazone/site](http://www.birdlife.org/datazone/site); consultado dia 19 de novembro 2015



**Figura 2.10:** Áreas Importantes para Aves (IBAs) nos Açores dentro do mar territorial (PNIs).

### 3. Os 9 Parques Naturais de Ilha

Foram comparados os nove Parques Naturais de Ilha e as suas áreas marinhas mapeadas e analisadas em relação:

- Às suas características legais - analisando as atividades extrativas dos recursos marinhos (vivos e inertes) regulamentadas no PNI e em outras tipologias das áreas (p. ex. POOC, Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, etc.);
- Aos habitats protegidos – calculando estatísticas sobre os diferentes tipos de habitats e as suas percentagens incluídas nos PNIs;
- Às suas heterogeneidades e incongruências legais – listando os pontos fracos na legislação e nos *shapefiles* oficiais dos PNIs, incluindo a linguagem, erros e omissões nos DLRs, e condicionamentos nas áreas terrestres que influenciam às áreas marinhas;
- Aos conflitos legais - comparando as diferentes legislações que regulamentam espacialmente as atividades extrativas e analisando possíveis conflitos entre elas.

O sumário de todos os atos e atividades interditas (extrativas e não-extrativas) e condicionadas por ilha e AMP dos PNIs é apresentado no anexo (ver 6.n.1).

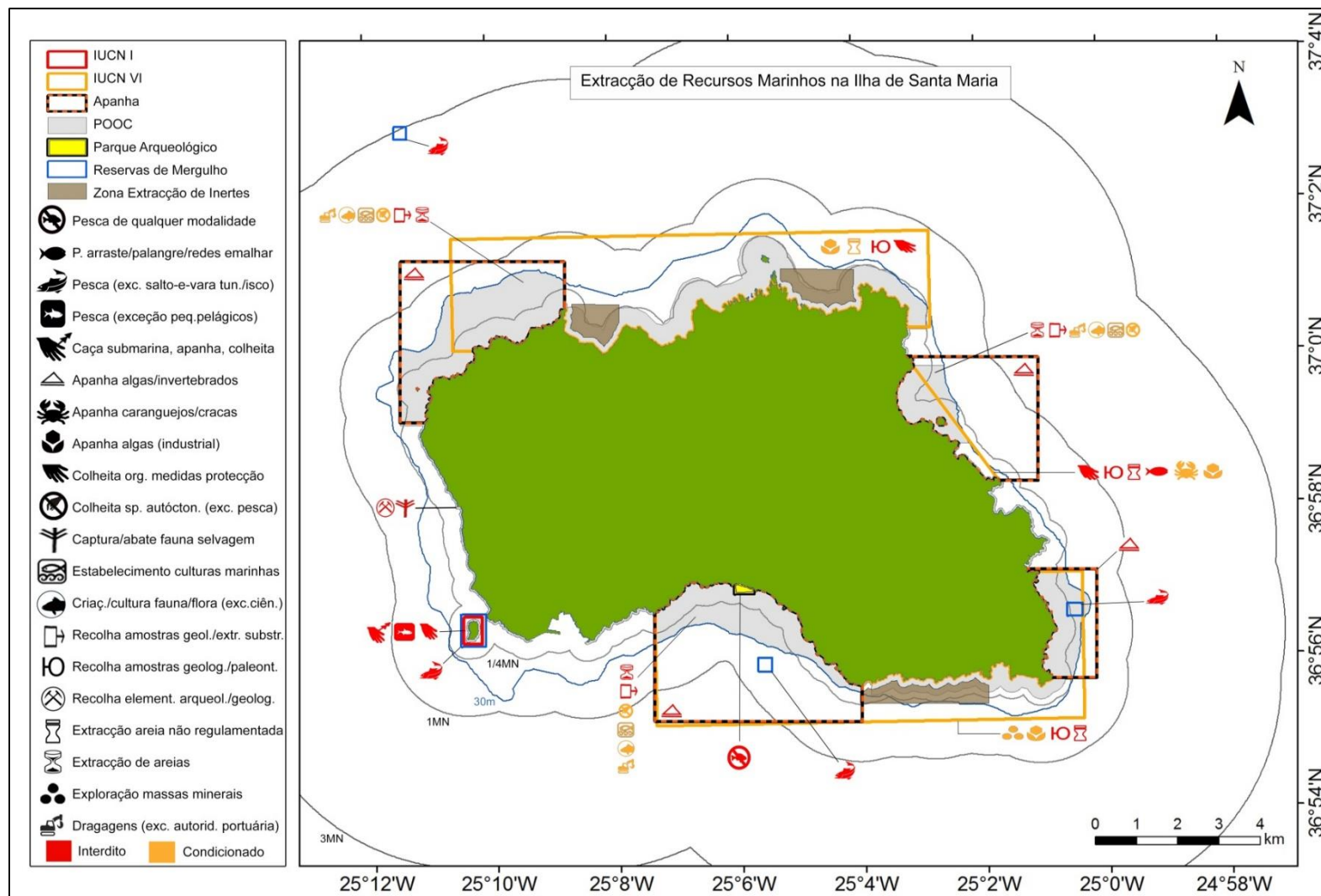
Nota: A *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies do ilhéu de Vila Franca do Campo*, Ilha de São Miguel (categoria IUCN IV) não é aqui considerada como AMP, uma vez que na respetiva legislação (DLR 19/2008/A) os limites da área protegida estão claramente definidos como não incluindo a parte permanentemente submersa, ainda que a mesma legislação inclua atividades marinhas na regulamentação (ver 3.3.1). Em resultado, para os efeitos do presente relatório a componente marinha do ilhéu da Vila Franca do Campo foi considerada como parte integrante da *Área protegida de gestão de recursos da Caloura — Ilhéu de Vila Franca do Campo* (IUCN categoria VI).

#### 3.1. Características legais dos PNIs

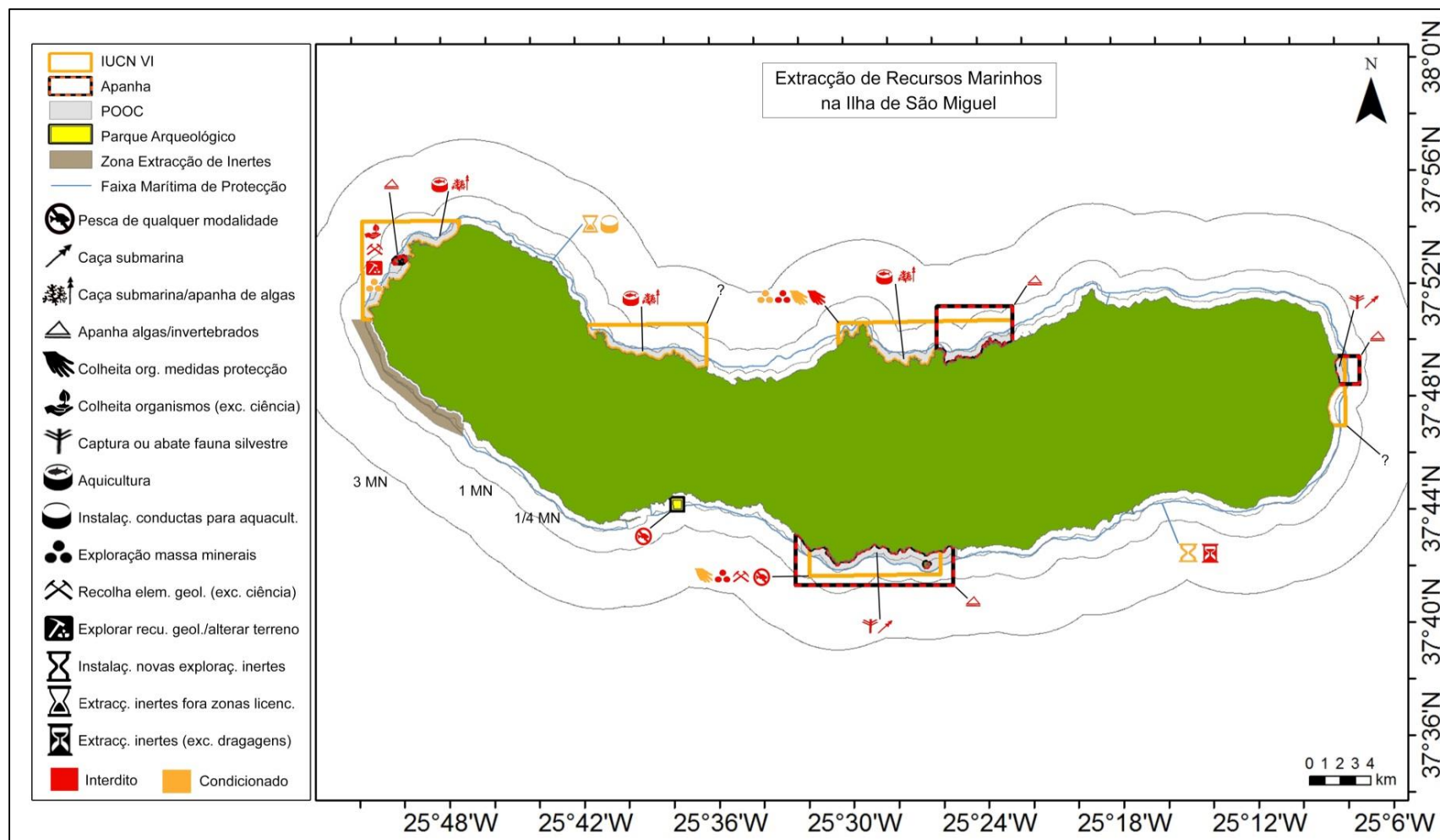
Foi verificada a sobreposição espacial e resultante sobreposição legal entre as diferentes AMPs (*sensu lato*) mencionadas por diferentes legislações.

As Figuras 3.1-3.8 mostram as atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) interditas ou condicionadas pelos regulamentos i) do PNI, ii) da Apanha, iii) do POOC, iv) do Parque Arqueológico, v) das áreas protegidas na Zona Marítima da Ilha de Santa Maria (“reservas de mergulho”), vi) das zonas da extração de areia, e vii) de exercícios selecionados da pesca (até 3 milhas náuticas). Cumulativamente, aplica-se também o regulamento sobre atividades interditas e condicionadas não explorativas (ver sumário em anexo). Para as Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas (Reservas de Apanha) foi adotado o contorno definido nas figuras publicadas na respetiva lei. Para ilustrar o regulamento da pesca foi utilizada a distância à costa. A parte marinha dentro da caldeira do ilhéu da Vila Franca do Campo foi considerada como parte da *Área protegida de gestão de recursos da Caloura — Ilhéu de Vila Franca do Campo*.

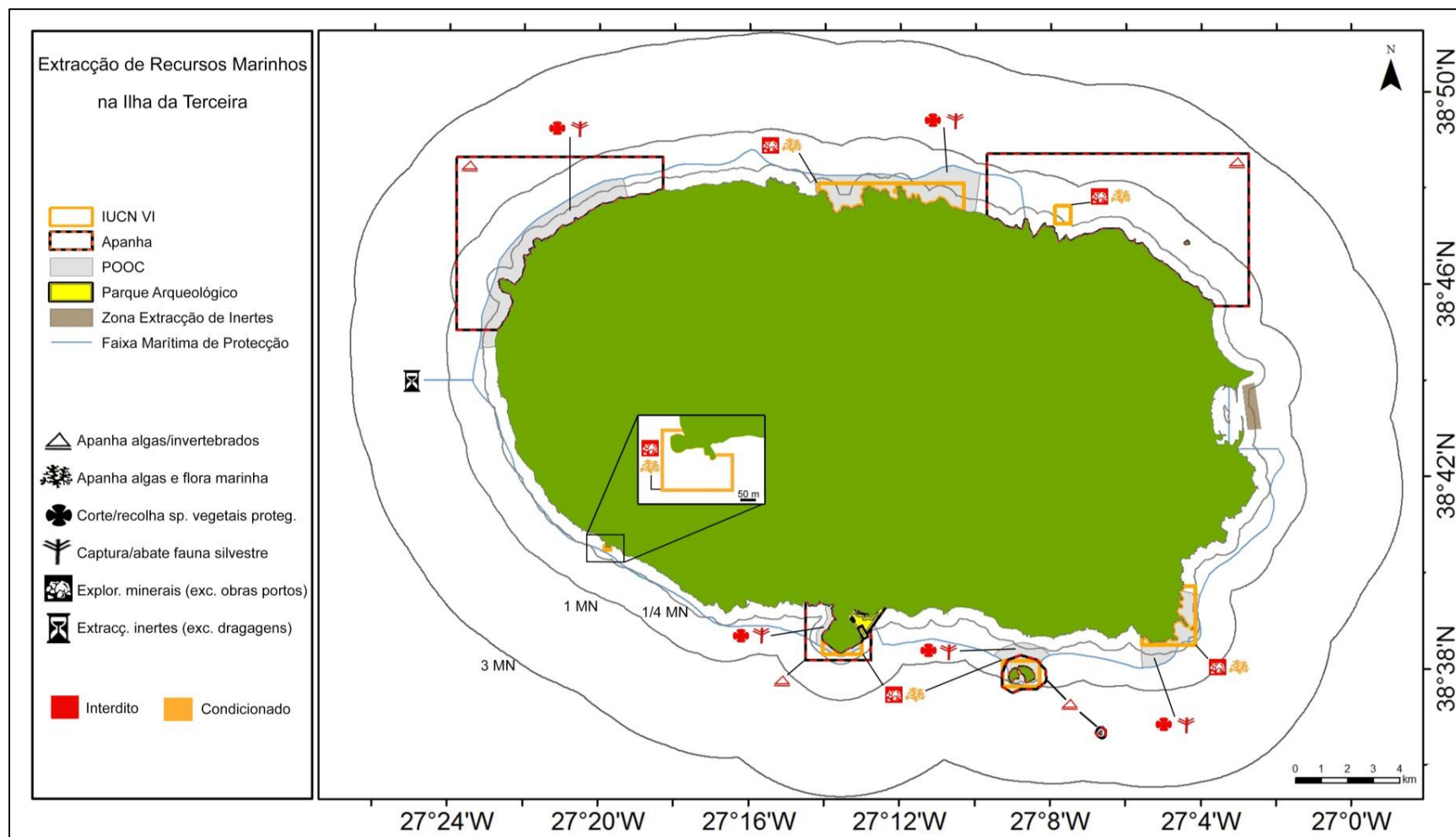




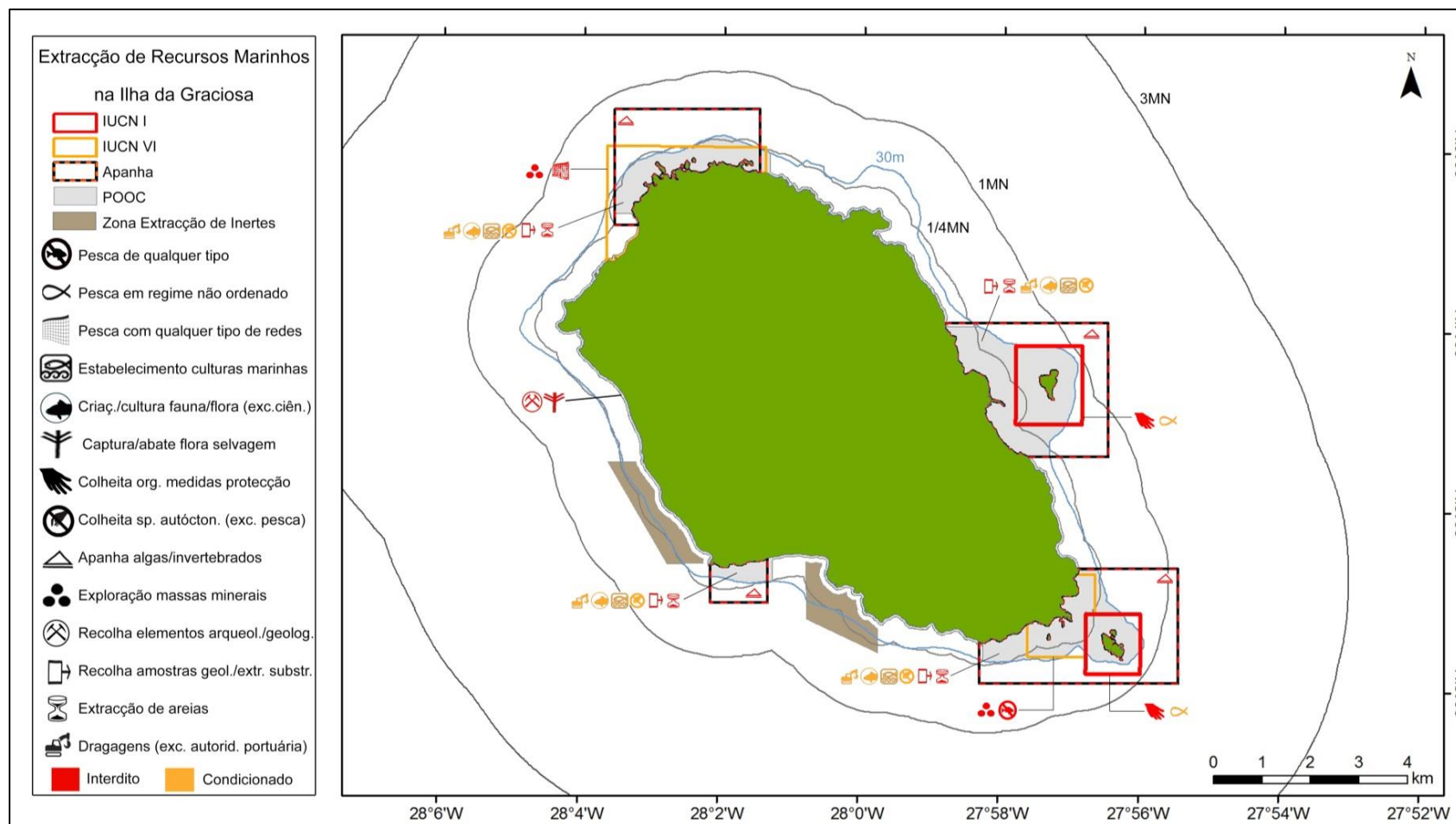
**Figura 3.1:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na ilha de Santa Maria. O POOC inclui uma faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com uma largura de 50 m. O mapa não mostra os Ilhéus das Formigas (Fig. 6.2 no Anexo) nem a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).



**Figura 3.2:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na ilha de São Miguel. O mapa mostra as incongruências do DLR n.º 19/2008/A do PNI (p. ex. símbolos duplicados; “?”= ausência de regulamento no DLR) e não simboliza a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).

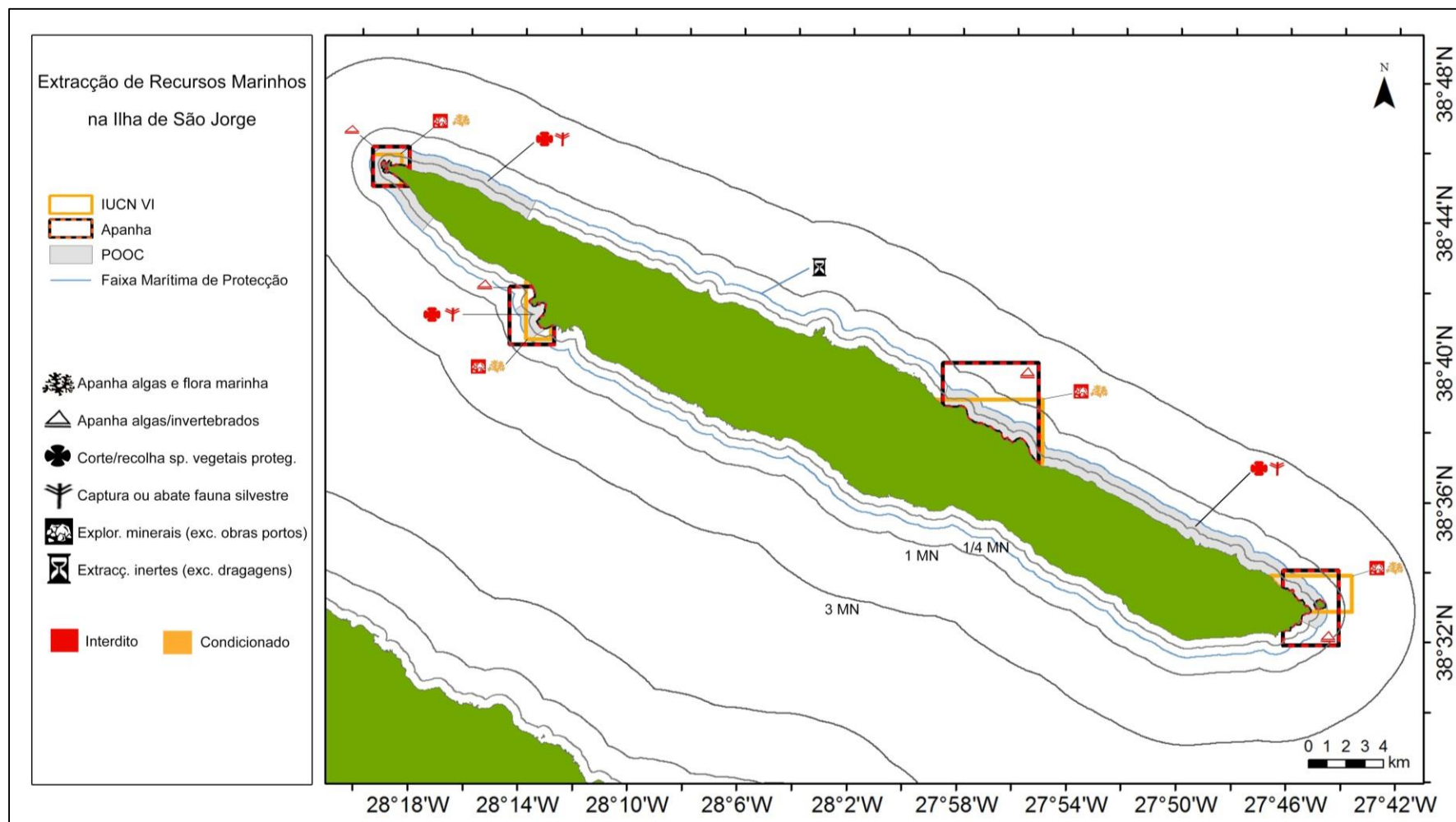


**Figura 3.3:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na ilha da Terceira. É permitida a captura de cracas em toda a costa da ilha. O mapa não simboliza a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).

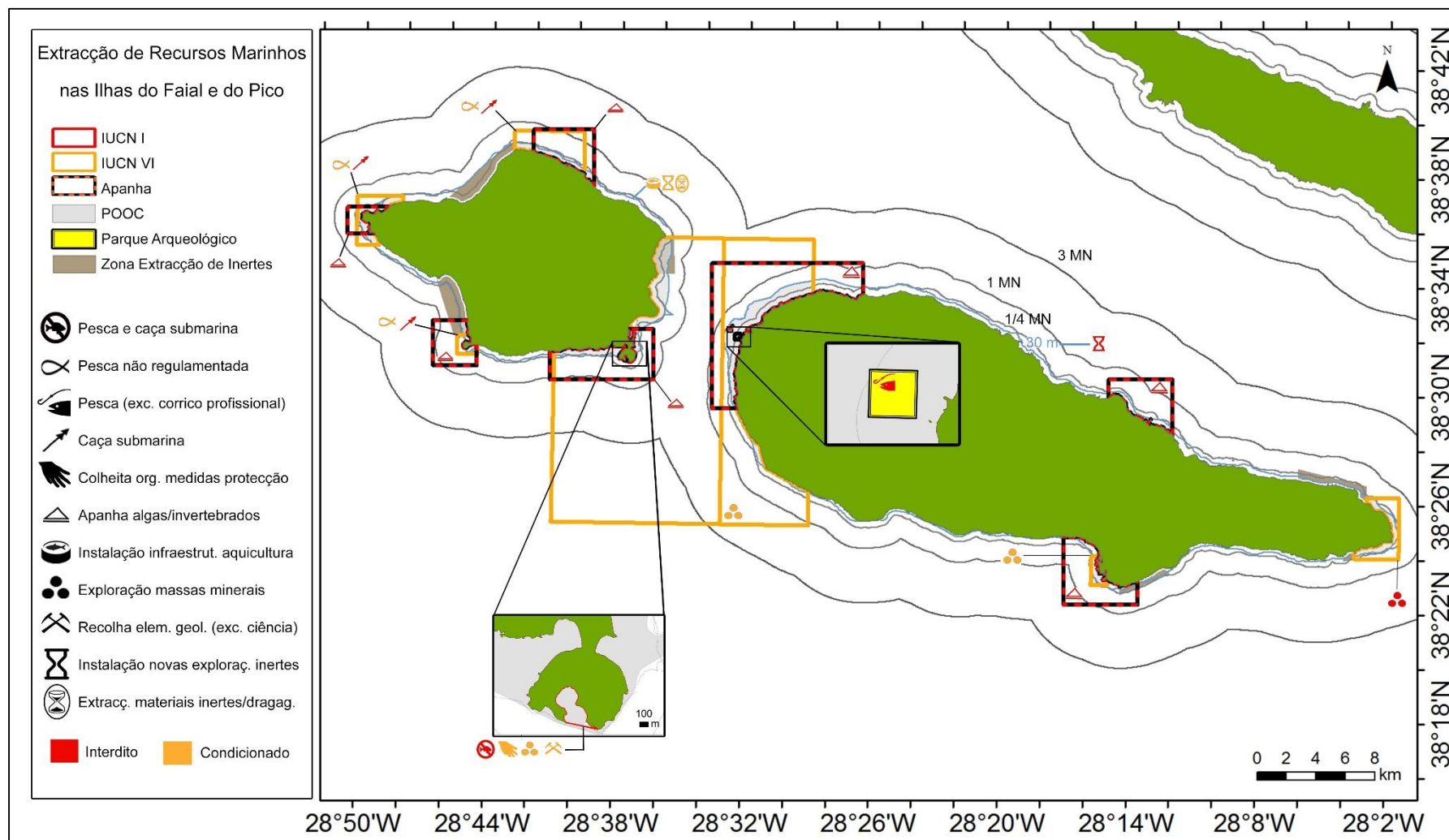


**Figura 3.4:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na ilha da Graciosa. O POOC inclui uma faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com uma largura de 50 m. O mapa não simboliza a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).

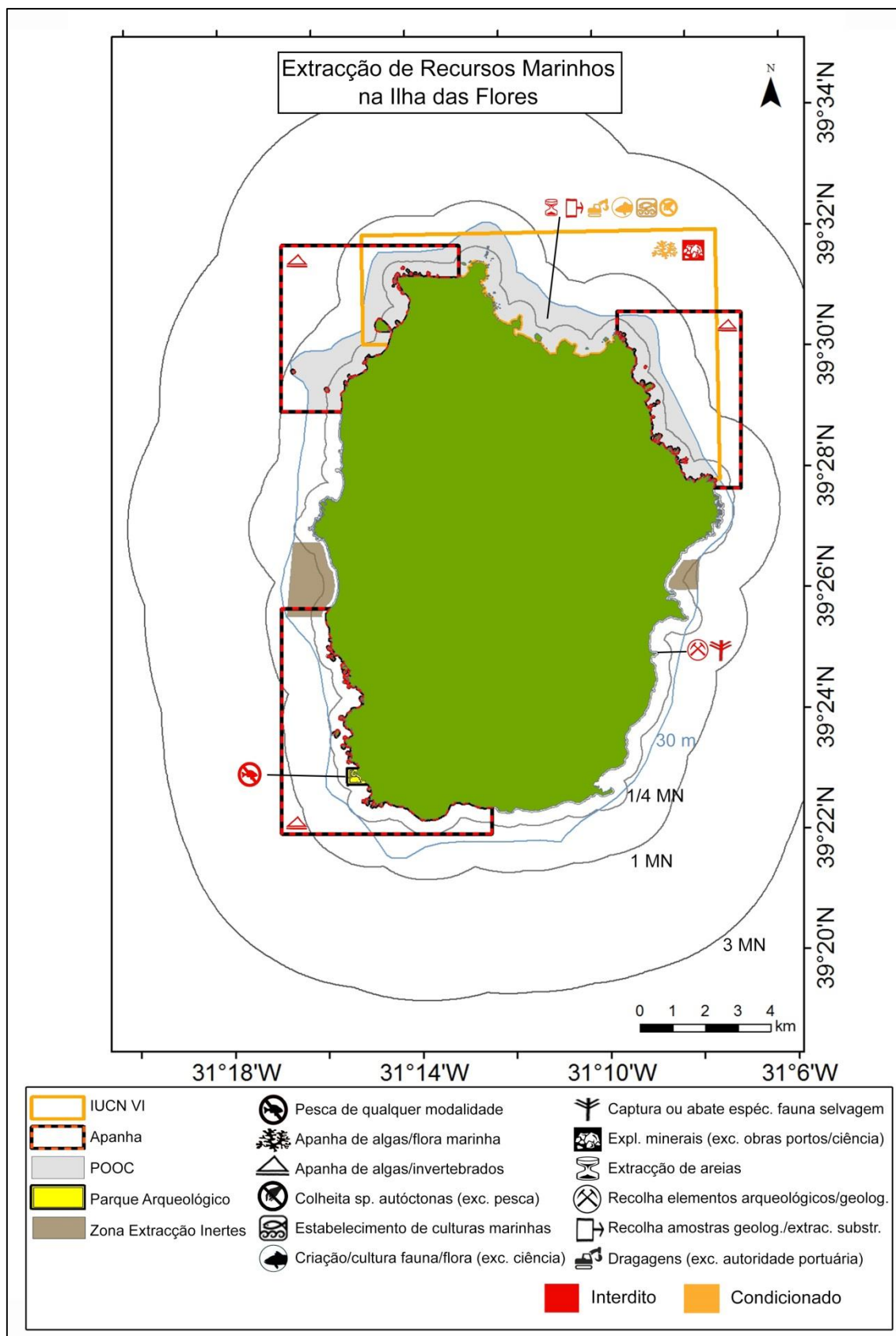




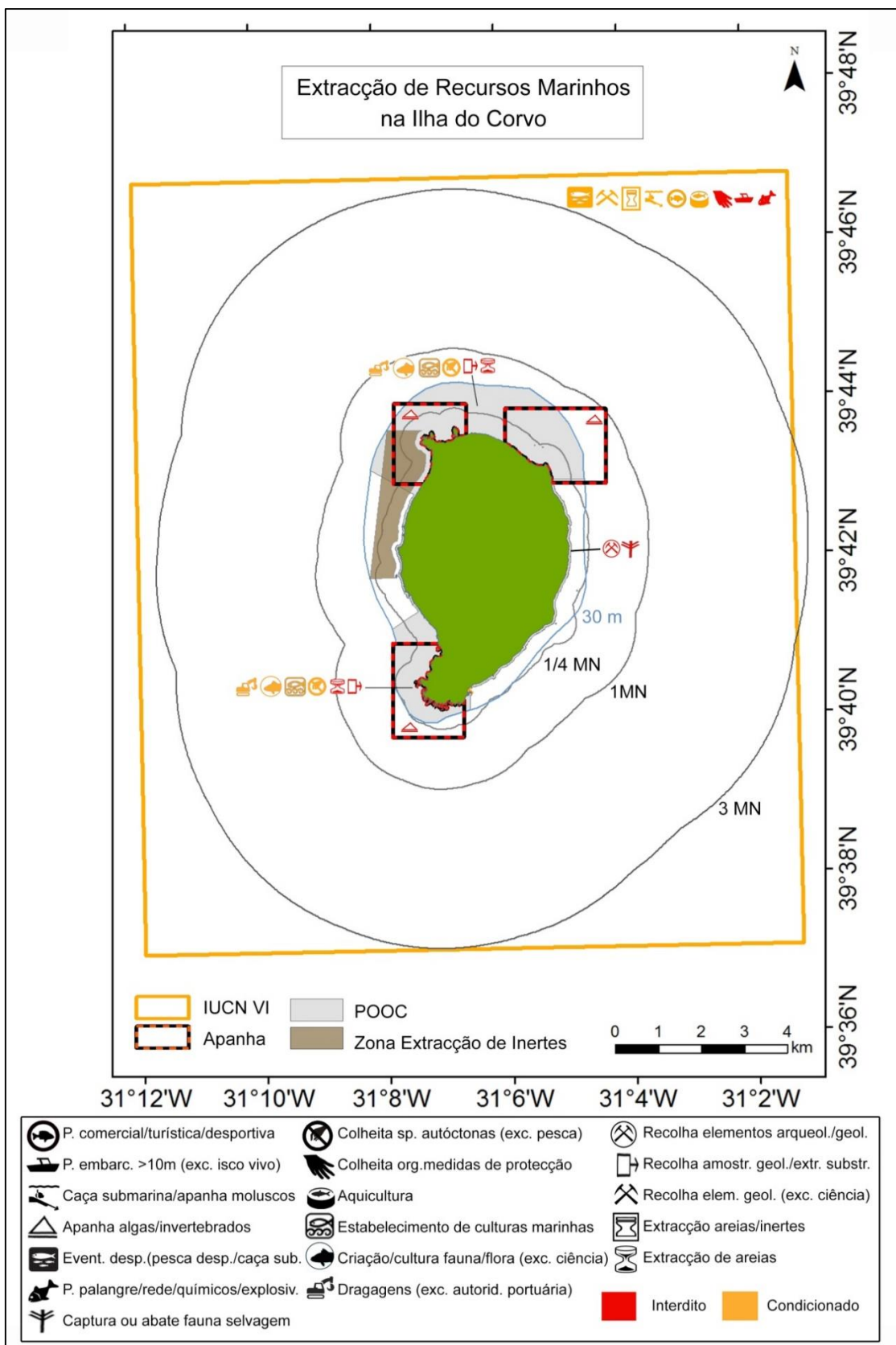
**Figura 3.5:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na ilha de São Jorge. É permitida a apanha de amêijoas dentro das zonas de apanha na Lagoa da Caldeira de Santo Cristo. O mapa não simboliza a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).



**Figura 3.6:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) nas ilhas do Faial e do Pico. O mapa não simboliza a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).



**Figura 3.7:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na ilha das Flores. O POOC inclui uma faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com uma largura de 50 m. O mapa não simboliza a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).



**Figura 3.8:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na ilha do Corvo. O POOC inclui uma faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com uma largura de 50 m. O mapa não simboliza a interdição da extração de inertes no interior de áreas protegidas de qualquer natureza (DLR n.º 31/2012/A).



### 3.2. Habitats protegidos

A representatividade de cada tipo de habitats dentro das AMPs dos PNIs foi mapeada e analisada (Tabelas 3.1-3.9 e Figuras 3.9-3.16). No âmbito deste relatório, e em face à ausência generalizada de informação fisiográfica mais detalhada, foram definidos o *habitat costeiro* (até 50m de profundidade), o *habitat de plataforma* (50m e 200m de profundidade), e o *habitat de talude* (profundidades superiores a 200m). O sistema de referência usado para os cálculos das ilhas do grupo oriental e central foi o 'WGS84/UTM 26N' e o 'WGS 84/UTM 25N' para o grupo ocidental. Os *shapefiles* oficiais dos PNIs foram usados para os cálculos sem corrigir os ilhéus.

**Tabela 3.1: Área total dos diferentes habitats em redor de cada ilha do arquipélago.**

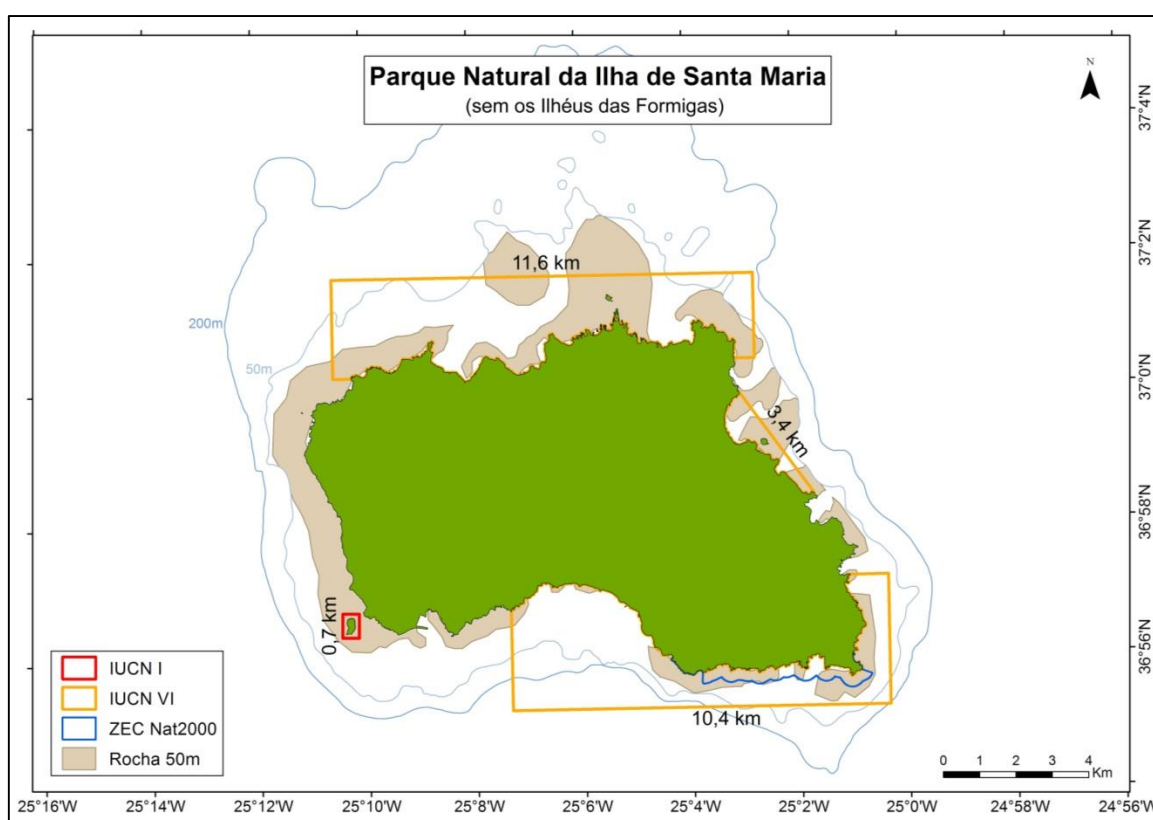
ilha	habitat costeiro (km <sup>2</sup> )	habitat de plataforma (km <sup>2</sup> )	habitat costeiro rochoso (km <sup>2</sup> )	área sem dados de habitat <50m (km <sup>2</sup> )	comentário
Santa Maria	73.44	82.30	32.19	8.22	Rocha (preditiva): Mata Chacón et al. (2013); Batimetria de Inst. Hidrográfico
Ilhéus das Formigas	3.33	35.82	NA	NA	Batimetria de Inst. Hidrográfico
São Miguel	189.62	352.00	70.99	30.36	Rocha: Quartau et al. (2006). Batimetria de Inst. Hidrográfico
Terceira	82.75	274.45	51.58	6.65	Rocha (preditiva): Mata Chacón et al. (2013); Batimetria de Inst. Hidrográfico
Graciosa	33.27	115.18	16.77	3.00	Rocha (preditiva): Mata Chacón et al. (2013); Batimetria de Inst. Hidrográfico
São Jorge	98.97	204.46	NA	NA	Batimetria de Inst. Hidrográfico
Pico	62.02	100.41	35.73	17.61	Rocha Pico: Quartau et al. (2003); Rocha canal Faial/Pico: Tempera (2008); Batimetria de Inst. Hidrográfico
Faial	52.63	94.95	23.32	0.00	Batimetria e rocha: Tempera (2008)
Flores	69.97	220.87	25.47	11.85	Rocha: Bates (2005); Batimetria de Inst. Hidrográfico
Corvo	20.26	31.44	NA	NA	Batimetria de Inst. Hidrográfico

O habitat costeiro estende-se até 50m de profundidade e o habitat plataforma estende-se entre os 50m e 200m de profundidade. NA= não aplicável.

**Tabela 3.2: Habitat protegido no Parque Natural da Ilha de Santa Maria. As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).**

área	habitat costeiro PNI / Ilha	habitat plataforma PNI / Ilha	habitat talude PNI	habitat costeiro rochoso PNI / Ilha
Baía de São Lourenço	100,0% / 2,4% (1,8 km <sup>2</sup> )	0%	0%	65,8% / 3,6% (1,2 km <sup>2</sup> ); (4,0% <i>NoData</i> no PNI)
Costa Norte	87,6% / 29,3% (21,5 km <sup>2</sup> )	12,4% / 3,7% (3,0 km <sup>2</sup> )	0%	46,6% / 31,2% (10,0 km <sup>2</sup> ); (3,4% <i>NoData</i> no PNI)
Costa Sul	69,1% / 20,3% (14,9 km <sup>2</sup> )	12,0% / 3,1% (2,6 km <sup>2</sup> )	18,9% (4,1 km <sup>2</sup> )	28,0% / 13,0% (4,2 km <sup>2</sup> ); (13,1% <i>NoData</i> no PNI)
Ilhéu da Vila*	100,0% / 0,3% (0,2 km <sup>2</sup> )	0%	0%	100,0% / 0,7% (0,2 km <sup>2</sup> ); (0% <i>NoData</i> no PNI)
Ilhéus das Formigas	0,6% / 100,0% (3,3 km <sup>2</sup> )	6,8% / 100,0% (35,8 km <sup>2</sup> )	92,5% (484,8 km <sup>2</sup> )	NA

NA= não existe informação. \*= categoria IUCN I. Foi usado o shapefile dos PNIs sem editar os ilhéus, excetuando para o ilhéu da Vila onde a parte terrestre não foi considerada. A informação do habitat rochoso provém dos modelos preditivos (Mata Chacón et al. 2013).

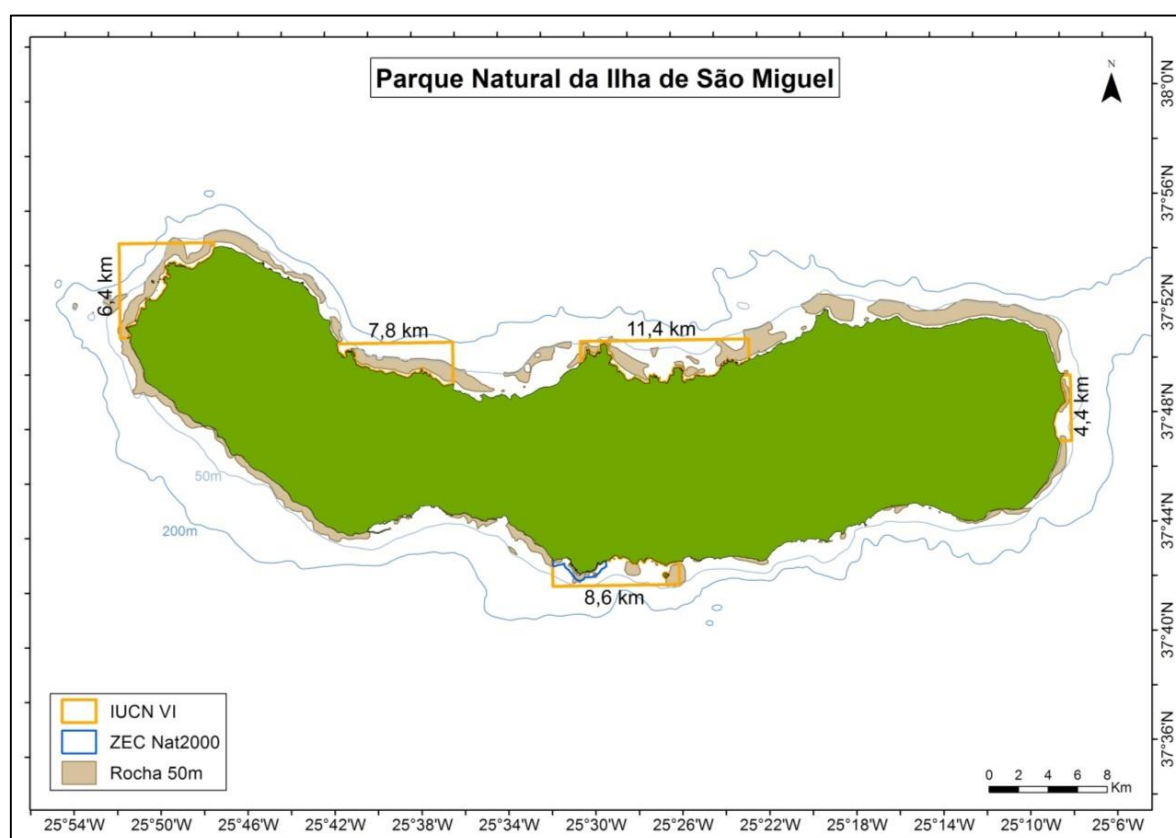


**Figura 3.9:** Habitats protegidos no Parque Natural da Ilha de Santa Maria (sem Ilhéus das Formigas, Fig. 6.3 Anexo). O mapeamento preditivo do habitat rochoso provém de Mata Chacón et al. (2013).

**Tabela 3.3: Habitat protegido no Parque Natural da Ilha de São Miguel (PNI). As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).**

área	habitat costeiro PNI / <i>Ilha</i>	habitat plataforma PNI / <i>Ilha</i>	habitat talude PNI	habitat costeiro rochoso PNI / <i>Ilha</i>
Caloura-Ilhéu de Vila Franca do Campo	85,0% / 6,0% (11,5 km <sup>2</sup> )	15,0% / 0,6% (2,0 km <sup>2</sup> )	0%	22,2% / 3,6% (2,5 km <sup>2</sup> ); (20,8% NoData no PNI)
Costa Este	96,8% / 1,9% (3,5 km <sup>2</sup> )	3,2% / 0,03% (0,1 km <sup>2</sup> )	0%	19,3% / 1,0% (0,7 km <sup>2</sup> ); (15,8% NoData no PNI)
Ponta da Ferraria - Ponta da Bretanha	59,3% / 6,1% (11,6 km <sup>2</sup> )	21,2% / 1,2% (4,1 km <sup>2</sup> )	19,5% (3,8 km <sup>2</sup> )	52,8% / 8,6% (6,1 km <sup>2</sup> ); (28,4% NoData no PNI)
Ponta do Cintrão - Ponta da Maia	82,7% / 10,1% (19,1 km <sup>2</sup> )	17,3% / 1,1% (4,0 km <sup>2</sup> )	0%	32,4% / 8,7% (6,2 km <sup>2</sup> ); (13,9% NoData no PNI)
Porto das Capelas - Ponta das Calhetas	47,5% / 3,8% (7,1 km <sup>2</sup> )	52,5% / 2,2% (7,9 km <sup>2</sup> )	0%	71,4% / 7,2% (5,1 km <sup>2</sup> ); (20,4% NoData no PNI)

Foi usado o shapefile dos PNIs sem editar os ilhéus. Mapeamento de rocha: Quartau et al. (2006).

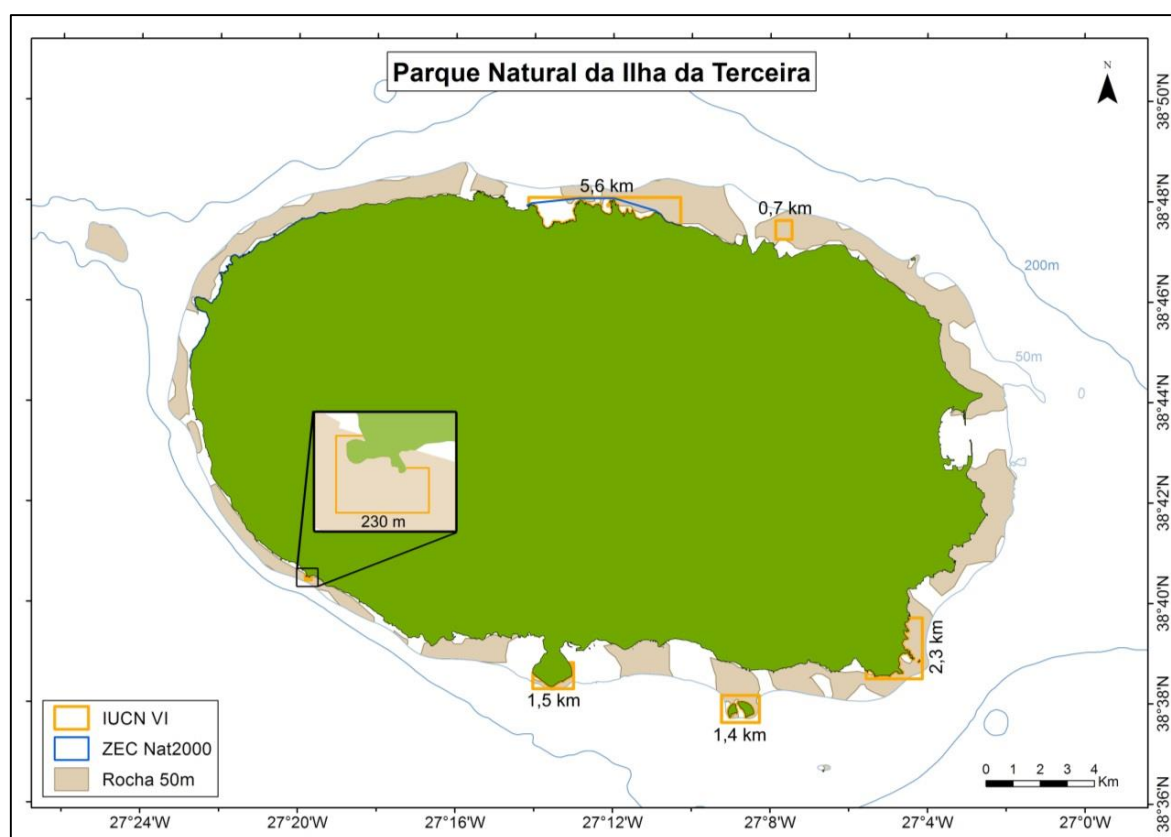


**Figura 3.10:** Habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha de São Miguel. O mapeamento do habitat rochoso provém de Quartau et al. (2006).

**Tabela 3.4: Habitat protegido no Parque Natural da Ilha da Terceira (PNI).** As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).

área	habitat costeiro PNI / <i>Ilha</i>	habitat plataforma PNI / <i>Ilha</i>	habitat talude PNI	habitat costeiro rochoso PNI / <i>Ilha</i>
Baixa da Vila Nova	100,0% / 0,5% (0,4 km <sup>2</sup> )	0%	0%	99,0% / 0,8% (0,4 km <sup>2</sup> ); (0% <i>NoData</i> )
Cinco Ribeiras	100,0% / 0,04% (0,03 km <sup>2</sup> )	0%	0%	99,9% / 0,1% (0,03km <sup>2</sup> ); (0% <i>NoData</i> )
Costa das Contendas	95,5% / 2,1% (1,7 km <sup>2</sup> )	4,5% / 0,03% (0,1 km <sup>2</sup> )	0%	90,4% / 3,0% (1,6 km <sup>2</sup> ); (9,5% <i>NoData</i> )
Ilhéus das Cabras	64,0% / 0,9% (0,7 km <sup>2</sup> )	36,0% / 0,1% (0,4 km <sup>2</sup> )	0%	65,7% / 0,9% (0,5 km <sup>2</sup> ); (30,7% <i>NoData</i> )
Monte Brasil	73,9% / 0,4% (0,4 km <sup>2</sup> )	26,1% / 0,05% (0,1 km <sup>2</sup> )	0%	75,3% / 0,5% (0,3 km <sup>2</sup> ); (11,2% <i>NoData</i> )
Quatro Ribeiras	100,0% / 4,3% (3,6 km <sup>2</sup> )	0%	0%	43,9% / 3,0% (1,6 km <sup>2</sup> ); (26,7% <i>NoData</i> )

Foi usado o shapefile dos PNIs sem editar os ilhéus. A informação do habitat rochoso provém dos modelos preditivos (Mata Chacón et al. 2013).

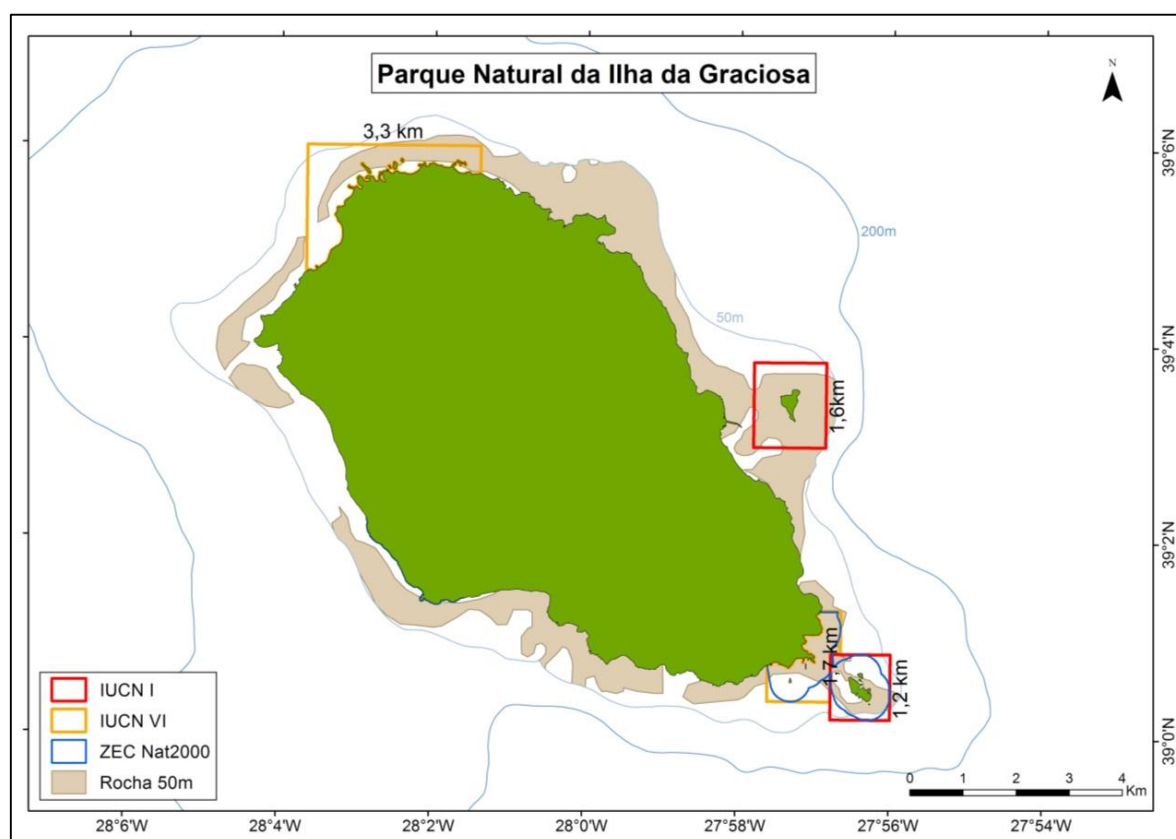


**Figura 3.11:** Habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha da Terceira. O mapeamento preditivo do habitat rochoso provém de Mata Chacón et al. (2013).

**Tabela 3.5: Habitat protegido no Parque Natural da Ilha da Graciosa (PNI).** As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).

área	habitat costeiro PNI / Ilha	habitat plataforma PNI / Ilha	habitat talude PNI	habitat costeiro rochoso PNI / Ilha
Costa Noroeste	96,6% / 8,2% (2,7 km <sup>2</sup> )	3,4% / 0,1% (0,1 km <sup>2</sup> )	0%	40,8% / 6,8% (1,1 km <sup>2</sup> ); (30,2% <i>NoData</i> )
Costa Sudeste	100,0% / 4,1% (1,4 km <sup>2</sup> )	0%	0%	58,9% / 4,8% (0,8 km <sup>2</sup> ); (0% <i>NoData</i> )
Ilhéu de Baixo*	88,2% / 3,4% (1,1 km <sup>2</sup> )	11,8% / 0,1% (0,2 km <sup>2</sup> )	0%	41,6% / 2,8% (0,5 km <sup>2</sup> ); (15,9% <i>NoData</i> )
Ilhéu da Praia*	99,6% / 6,2% (2,1 km <sup>2</sup> )	0,4% / 0,01% (0,007 km <sup>2</sup> )	0%	80,9% / 10,0% (1,7 km <sup>2</sup> ); (0% <i>NoData</i> )

\*= categoria IUCN I. Foi usado o shapefile dos PNIs sem editar os ilhéus, excetuando para os ilhéus de Baixo e da Praia (onde a parte terrestre não foi considerada). A informação do habitat rochoso provém dos modelos preditivos (Mata Chacón et al. 2013).

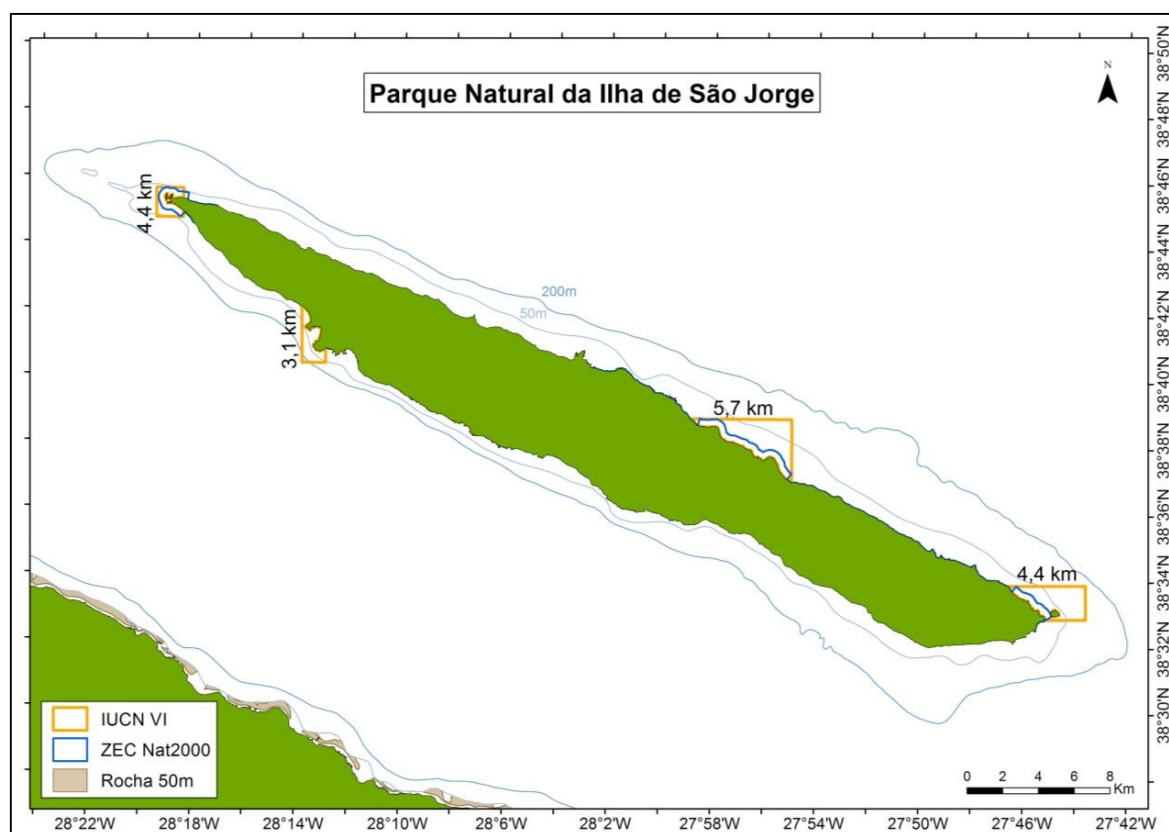


**Figura 3.12:** Habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha da Graciosa. O mapeamento preditivo do habitat rochoso provém de Mata Chacón et al. (2013).

**Tabela 3.6:** Habitat protegido no Parque Natural da Ilha de São Jorge. As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).

área	habitat costeiro PNI / <i>Ilha</i>	habitat plataforma PNI / <i>Ilha</i>	habitat talude PNI
Costa das Fajãs	78,7% / 7,0% (6,9 km <sup>2</sup> )	21,3% / 0,9% (1,9 km <sup>2</sup> )	0%
Costa Oeste	96,0% / 2,0% (2,0 km <sup>2</sup> )	4,0% / 0,04% (0,1 km <sup>2</sup> )	0%
Entre Morros	57,5% / 1,4% (1,4 km <sup>2</sup> )	38,8% / 0,5% (1,0 km <sup>2</sup> )	3,7% (0,1 km <sup>2</sup> )
Topo	46,2% / 2,8% (2,8 km <sup>2</sup> )	53,8% / 1,6% (3,3 km <sup>2</sup> )	0%

Foi usado o *shapefile* dos PNIs sem editar os ilhéus. Não existe informação sobre o tipo de fundo.

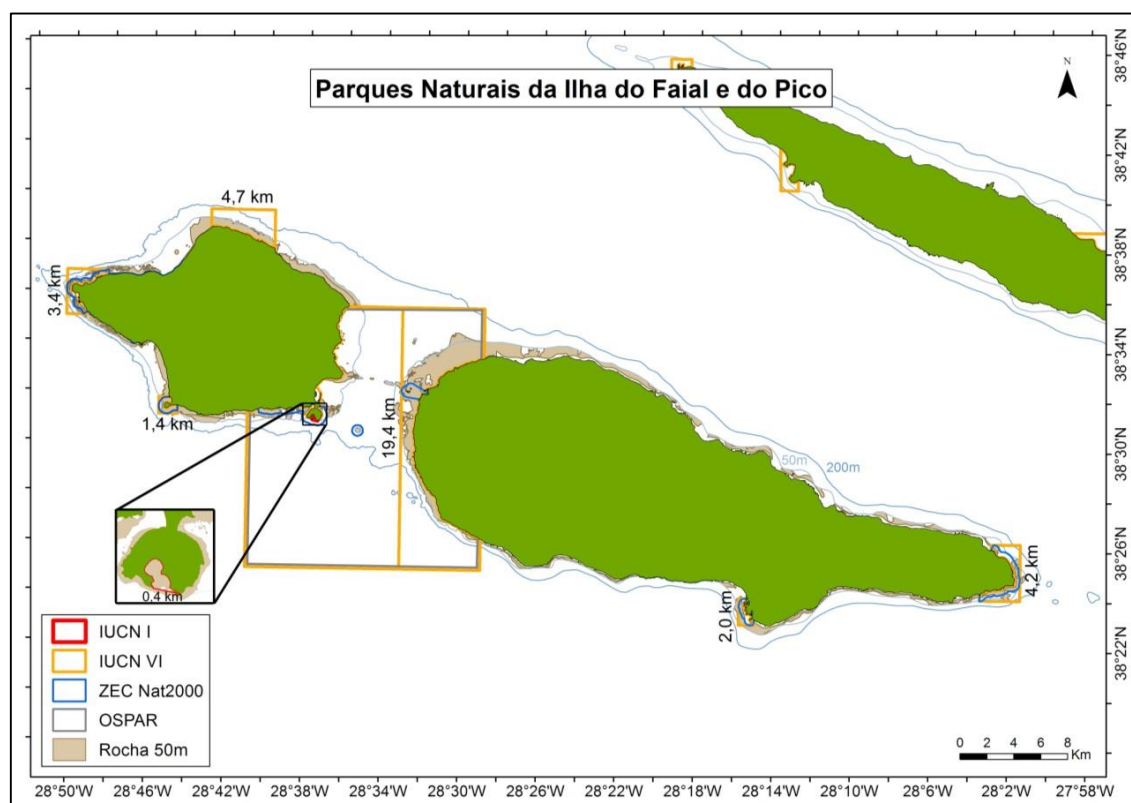


**Figura 3.13:** Habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha de São Jorge. Não existe informação suficiente para distinguir o tipo de fundo.

**Tabela 3.7: Habitat protegido nos Parques Naturais das Ilhas do Pico e Faial. As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).**

ilha	área	habitat costeiro PNI / <i>ilha</i>	habitat plataforma PNI / <i>ilha</i>	habitat talude PNI	habitat costeiro rochoso PNI / <i>ilha</i>
Pico	Canal / sector Pico	30,8% / 33,2% (20,6 km <sup>2</sup> )	36,5% / 24,3% (24,4 km <sup>2</sup> )	32,7% (21,9 km <sup>2</sup> )	86,8% / 48,0% (17,1 km <sup>2</sup> ); (0% <i>NoData</i> )
Pico	Ponta da ilha	72,5% / 7,0% (4,3 km <sup>2</sup> )	24,6% / 1,5% (1,5 km <sup>2</sup> )	3,0% (0,2 km <sup>2</sup> )	40,8% / 4,9% (1,8 km <sup>2</sup> ); (31,0% <i>NoData</i> )
Pico	Porto das Lajes	98,2% / 2,4% (1,5 km <sup>2</sup> )	1,8% / 0,03% (0,03 km <sup>2</sup> )	0%	54,0% / 2,3% (0,8 km <sup>2</sup> ); (44,3% <i>NoData</i> )
Faial	Caldeirinhas*	100,0% / 0,2% (0,1 km <sup>2</sup> )	0%	0%	92,2% / 0,4% (0,1 km <sup>2</sup> )
Faial	Canal / sector Faial	11,0% / 38,9% (19,2 km <sup>2</sup> )	27,2% / 50,1% (47,4 km <sup>2</sup> )	61,7% (107,3 km <sup>2</sup> )	24,3% / 21,3% (5,0 km <sup>2</sup> )
Faial	Capelinhos	31,1% / 6,4% (1,6 km <sup>2</sup> )	67,4% / 1,0% (3,4 km <sup>2</sup> )	1,5% (0,1 km <sup>2</sup> )	50,8% / 7,3% (1,7 km <sup>2</sup> )
Faial	Castelo Branco	89,1% / 1,9% (1,2 km <sup>2</sup> )	10,9% / 0,3% (0,1 km <sup>2</sup> )	0%	88,2% / 3,8% (0,9 km <sup>2</sup> )
Faial	Cedros	41,2% / 5,6% (3,7 km <sup>2</sup> )	43,8% / 4,0% (3,9 km <sup>2</sup> )	15,0% (1,3 km <sup>2</sup> )	95,4% / 12,0% (2,8 km <sup>2</sup> )

\*= categoria IUCN I. Foi usado o *shapefile* dos PNIs sem editar os ilhéus. Informação batimétrica e do habitat rochoso do Faial e do canal Faial/Pico: Tempera (2008); habitat rochoso Pico: Quartau et al. (2003).



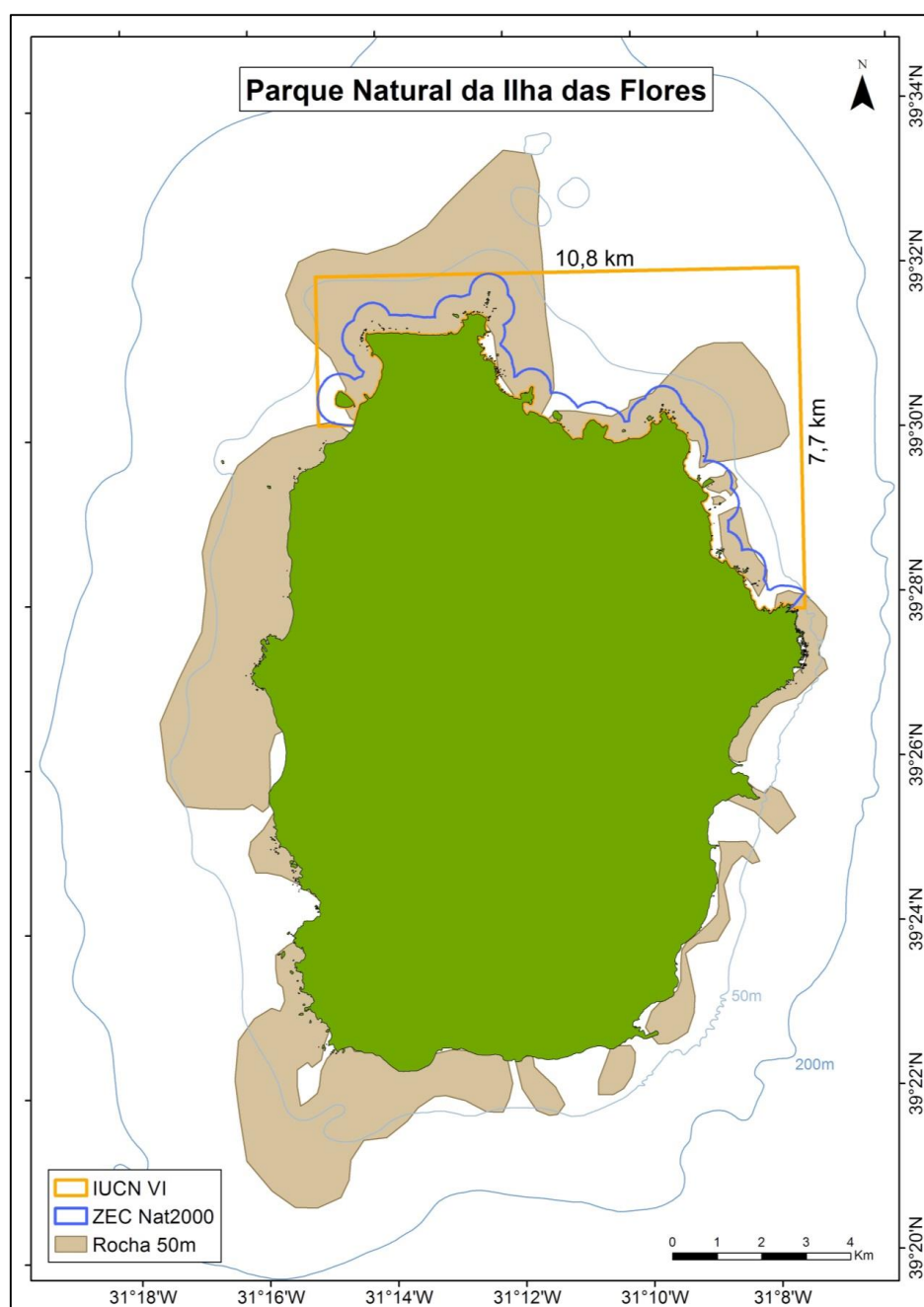
**Figura 3.14:** Habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha do Pico e do Faial. A informação da batimetria e do habitat rochoso provém de Tempera (2008) e Quartau et al. (2003).



**Tabela 3.8: Habitat protegido no Parque Natural da Ilha das Flores (PNI).** As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).

área	habitat costeiro PNI / <i>Ilha</i>	habitat plataforma PNI / <i>Ilha</i>	habitat talude PNI	habitat costeiro rochoso PNI / <i>Ilha</i>
Costa Norte	53,7% / 29,7% (20,8 km <sup>2</sup> )	46,3% / 8,1% (17,9 km <sup>2</sup> )	0%	42,1% / 34,3% (8,7 km <sup>2</sup> ); (13,9% <i>NoData</i> )

Foi usado o *shapefile* dos PNIs sem editar os ilhéus. Informação do habitat rochoso: Bates (2005).



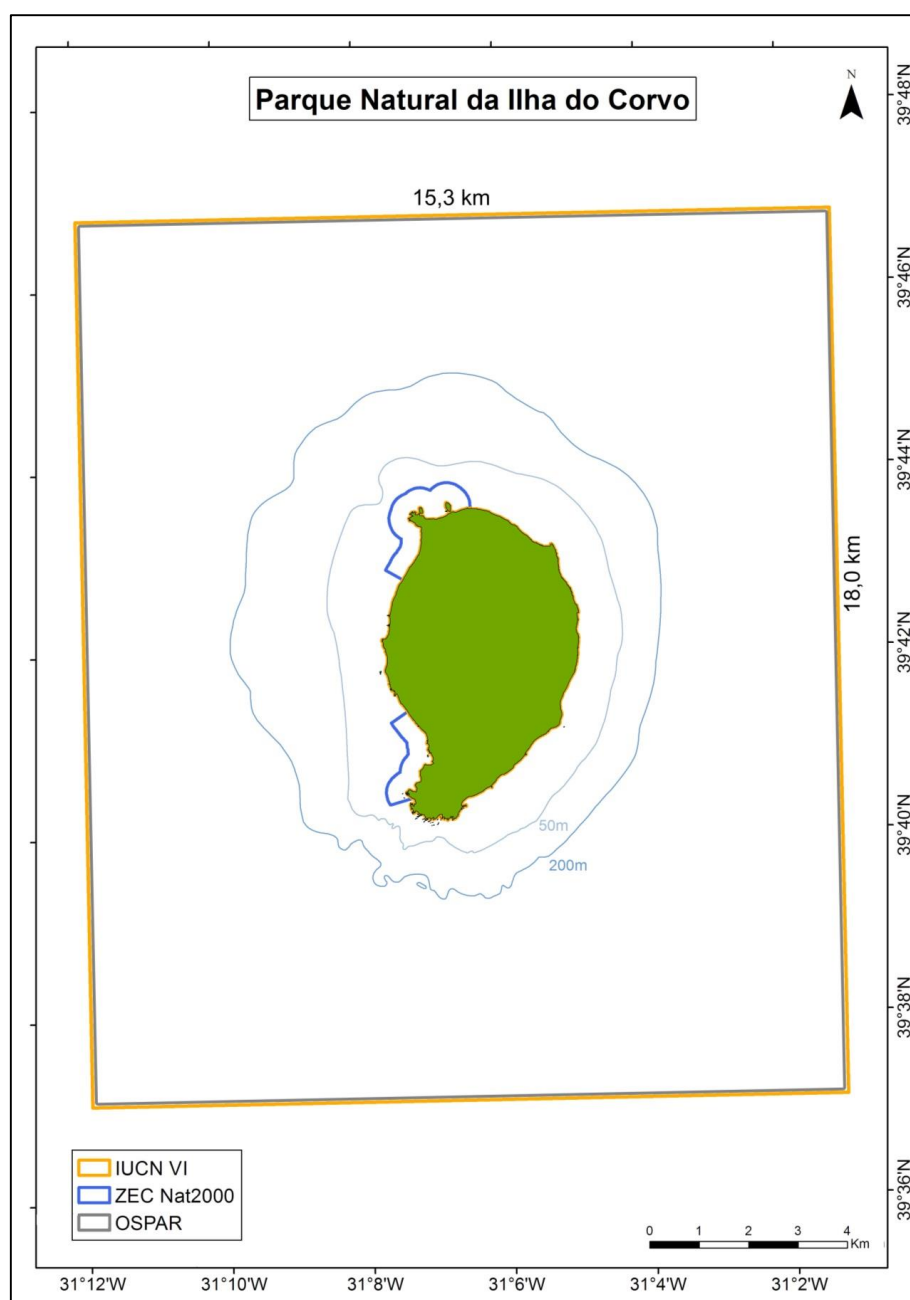
**Figura 3.15:** Habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha das Flores. O mapeamento do habitat rochoso provém de Bates (2005).



**Tabela 3.9: Habitat protegido no Parque Natural da Ilha do Corvo. As percentagens referem-se ao tamanho total do PNI (esquerda) e à área total do habitat (direita, *itálico*).**

Área	Habitat Costeiro – PNI / <i>Ilha</i>	Habitat Plataforma – PNI / <i>Ilha</i>	Habitat Talude – PNI
Costa do Corvo	7,9% / 100,0% (20,3 km <sup>2</sup> )	12,2% / 100,0% (31,4 km <sup>2</sup> )	79,9% (205,7 km <sup>2</sup> )

Foi usado o *shapefile* dos PNIs sem editar os ilhéus. Não existe informação sobre o tipo de fundo.



**Figura 3.16:** Habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha do Corvo. Não existe informação relativa à natureza do fundo.

### 3.3. Heterogeneidade e incongruências legais nos PNIs

As heterogeneidades referem-se a situações em que o regulamento do PNI varia substancialmente na solução legal encontrada para o mesmo tipo de AMP em PNIs diferentes. As incongruências legais quando os mesmos apresentam erros ou não estão escritos de forma perceptível e clara.

Para esta análise foram utilizados os *shapefiles* oficiais dos PNIs (Governo Regional). Adicionalmente, foram analisados os atos e atividades regulamentados em áreas terrestres dos PNIs com implicações diretas para as atividades no mar. São igualmente listadas as dúvidas e heterogeneidades em outros regulamentos, por exemplo no Diploma da Apanha e nos POOCs. Todos os atos e atividades regulamentados nas áreas marinhas dos PNIs considerados com não sendo ‘razoáveis’ (p. ex. a prática de campismo) estão devidamente assinalados (ver Anexo 6.n.1).

#### 3.3.1. Legislação

a) Os objetivos das AMPs de igual categoria variam na sua forma escrita (ver 2.1.2.), p. ex.:

‘Promover a gestão efetiva visando o uso sustentável dos recursos, nomeadamente a pesca, o pastoreio, a exploração florestal e outras atividades com baixa incidência de impactes ambientais’ (São Miguel, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores, Corvo) *versus* ‘Promover a gestão efetiva visando o uso sustentável dos recursos, nomeadamente a pesca e outras atividades com baixa incidência de impactes ambientais’ (Santa Maria) *versus* ‘Promover a gestão efetiva visando o uso sustentável dos recursos, nomeadamente a água, a pesca, o pastoreio, a exploração florestal e outras atividades com baixa incidência de impactes ambientais’ (Terceira).

b) O mesmo se verifica para as regras, que também variam na forma escrita quando o conteúdo é o mesmo, p. ex.:

‘A prática de atividade cinegética’ (Corvo, São Miguel) *versus* ‘O exercício da atividade cinegética’ (Faial);

‘A acostagem de quaisquer tipos de embarcações, o desembarque e permanência, exceto quando destinadas a operações de salvamento e socorro’ (Santa Maria) *versus* ‘A acostagem de quaisquer tipos de embarcações e o desembarque, exceto quando destinada a operações de salvamento e socorro’ (Graciosa);

‘As ações que provoquem distúrbios à nidificação’ (Santa Maria) *versus* ‘As ações que provoquem distúrbios à nidificação, nomeadamente destruição de ninhos ou locais de nidificação’ (Faial, Pico);

‘A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer organismos, sujeitos as medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats’ (Santa Maria, Faial) *versus* ‘A colheita, corte, abate, captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus habitats’ (Corvo).

- c) São frequentes as omissões ou não clarificação das regras e regulamentos aplicáveis a determinadas AMPs:

O PNI do Faial (DLR n.º 46/2008/A) revoga ou integra o DRR n.º 13/84/A? Qual é a proteção em volta do Monte da Guia? Nomeadamente, mantêm-se os condicionamentos para usos extrativos, como definidos de forma clara no DRR n.º 13/84/A (interdição da caça submarina na orla marítima e da pesca ao longo da costa)?

O regulamento não clarifica se as regras da *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies dos Capelinhos, Costa Noroeste e Varadouro* se aplicam também à *Área protegida de gestão de recursos dos Capelinhos* (Artigo 22.º), PNI do Faial.

Quais as regras aplicáveis à *Área protegida de gestão de recursos da costa Este* (Artigo 31) e *Área protegida de gestão de recursos do porto das Capelas — Ponta das Calhetas* (Artigo 33) no PNI de São Miguel?

Não se definem quais “os organismos sujeitos a medidas de proteção” tal como constante em vários PNIs, nomeadamente se se refere aos mesmos organismos definidos no Diploma da Biodiversidade?

Não é definido “O exercício da pesca não regulamentada” (PNI do Faial) nem a sua diferença para “O exercício da atividade de pesca em regime não ordenado” (PNI de Graciosa). Existem pescas não regulamentadas/ordenadas?

Não é definida, em vários PNIs, a “extração ou dragagem de areia não regulamentada”.

Não são definidas, em vários PNIs, quais as “outras espécies da flora marinha” para além das algas.

- d) Os limites espaciais são também, por vezes, omissos ou contraditórios, p. ex.

O Ilhéu de Vila Franca, PNI de São Miguel, é delimitado “pelo nível médio das águas do mar” (DLR 19/2008/A). No entanto, não é clara a inclusão da porção marinha (inundada) dentro da caldeira do Ilhéu de Vila Franca na *Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca* e/ou na *Área Protegida de Gestão de Recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca* (não está incluída no *shapefile* da 1ª mas sim no da 2ª), ainda que seja alvo de regras específicas.

- e) Algumas AMPs adotam regras cuja lógica implica a sua aplicação apenas a atividades terrestres (marcadas com † no anexo), p. ex.:

Algumas AMPs de gestão de recursos do PNI de São Miguel adotam regras dos artigos das ‘*Áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies*’ ou dos ‘*Monumentos naturais*’ (p. ex. o n.º 4 do artigo 34 condiciona “a abertura de novos locais de estacionamento”).

- f) Os regulamentos contêm também diversos erros:

Para a *Área protegida de gestão de recursos da ponta do Cintrão — Ponta da Maia*, PNI de São Miguel, 1) a captura de organismos sujeitos a medidas de proteção está listada como atividade interdita e condicionada em simultâneo; 2) a introdução de espécies zoológicas e botânicas invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos, está interdita e condicionada em simultâneo; 3) o n.º 4 do artigo 32 refere-se à regra h) do n.º 3 do artigo 17, mas este não existe; 4) as mesmas atividades aparecem duas vezes como condicionadas (nomeadamente i) a instalação de parques eólicos, de campos de golfe, de oleodutos, de teleféricos, de elevadores panorâmicos ou

estruturas similares, e ii) a valorização das linhas de água, incluindo medidas de recuperação, revitalização e estabilização biofísica).

Para a *Área protegida de gestão de recursos da ponta da Ferraria — Ponta da Bretanha*, PNI de São Miguel, o regulamento n.º 5 do artigo 34 refere-se ao regulamento do n.º 4 do artigo 21 e do n.º 4 de artigo 24. As referências são redundantes e erradas, pois o referido ponto h) do n.º 3 do artigo 17 não existe.

A legislação da *Área protegida de gestão de recursos da Costa Sudeste* (n.º 7 do artigo 16.º), PNI da Graciosa, refere-se erradamente à *Área protegida gestão de habitats ou espécies da Costa Sudeste*.

A legislação da *Área protegida de gestão de recursos da Costa Noroeste* (n.º 6 do artigo 17.º), PNI da Graciosa, refere-se erradamente à *Área protegida gestão de habitats ou espécies da Costa Noroeste*.

### 3.3.2. Shapefiles do SIG

- a) Alguns *shapefiles* incluem os portos/marinas (p. ex. Porto de Madalena no PNI do Pico) como parte integrante das AMPs;
- b) A maioria dos *shapefiles* incluem os ilhéus, inclusive ilhéus grandes, na parte marinha (i.e., consideram o ilhéu como mar), enquanto outros os excluem;
- c) O contorno/perfil dos PNIs nem sempre coincide com a linha da costa (p. ex. São Jorge (Costa das Fajãs), Faial (Canal Faial-Pico/Sector Faial), Pico, São Miguel;
- d) A localização do ilhéu dentro da área das Quatro Ribeiras (TER15), PNI da Terceira, está errada (deslocada para o norte);
- e) A parte marinha da *Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca*, PNI de São Miguel, não integra o respetivo *shapefile* mas está incluída na “Área Protegida de Gestão de Recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca” (ver 3.3.1).

### 3.3.3. Condicionamentos das áreas terrestres à parte marinha

Por vezes, as áreas terrestres dos PNIs condicionam as atividades no mar adjacente. Estas regras podem corresponder ao regulamento das AMPs (p. ex. a *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da ponta do Cintrão* e a *Área protegida de gestão de recursos da ponta do Cintrão — ponta da Maia*, PNI de São Miguel, que interditam as ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, Anexo 6.2.1). No entanto, na maioria dos casos o regulamento das partes terrestre e marinha não são coerentes, ou não existe correspondência espacial nos seus limites, nomeadamente:

- a) PNI da Terceira

Na *Área protegida da Ponta das Contendas* (costa sudeste) estão interditas 1) ‘as ações que provoquem alterações significativas do nível de ruído, nomeadamente as decorrentes da permanência e navegação de embarcações a motor nas zonas marinhas em torno das colónias de aves’, e 2) ‘a acostagem, o desembarque e a permanência de quaisquer tipos de embarcações junto aos ilhéus, exceto quando destinadas a operações de salvamento e socorro, de segurança e à

realização de ações de natureza científica e de conservação autorizadas pelo departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente'. A AMP correspondente não regulamenta estas atividades.

b) PNI da Graciosa

Na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da ponta da Restinga* (costa sudeste), na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da ponta Branca* (costa sudoeste), e na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da ponta da Barca* (costa norte) estão interditas 'as ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas'. Estes regulamentos são coerente com os regulamentos das AMPs *Área protegida de gestão de recursos da Costa Sudeste* e *Área protegida de gestão de recursos da Costa Noroeste*, mas estas áreas marinhas são menores do que a parte terrestre ou inexistentes.

c) PNI do Pico

Na *Reserva Natural das Furnas de Santo António* (costa norte) ficam condicionados e sujeitos a parecer prévio 'a permanência de embarcações, a navegação a motor e competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas'. Não existem áreas marinhas protegidas, nem há um regulamento da parte marinha nesta costa (norte) do Pico.

Na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies das Lajes do Pico* (costa sul), na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Silveira* (costa sul), na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies das Furnas de Santo António* (costa norte) na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies do Mistério de São João* (costa sudoeste), e na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Terra Alta* (costa nordeste) ficam condicionados e sujeitos a parecer prévio 'As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas'. A área marinha protegida na zona das Lajes do Pico não regulamenta estas atividades e é menos extensa. Apenas a *Área protegida de gestão de recursos da ponta da ilha* (costa oeste) condiciona as mesmas atividades. Para a restante costa do Pico não existem AMPs.

d) PNI do Faial

Na *Área protegida para a gestão de habitats ou espécies dos Capelinhos, Costa Noroeste e Varadouro* ficam condicionados e sujeitos a parecer prévio, de carácter vinculativo 'as ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas'. O mesmo regulamento aplica-se na parte marinha da *Área protegida de gestão de recursos do Canal Faial -Pico/Sector Faial* (costa este), da *Área protegida de gestão de recursos do Castelo Branco* (costa sul), da *Área protegida de gestão de recursos dos Capelinhos* (costa oeste), e da *Área*

*protegida de gestão de recursos dos Cedros* (costa norte). No entanto, estas áreas apenas coincidem parcialmente com a área terrestre referida acima.

e) PNI das Flores

Na *Reserva Natural do Ilhéu de Maria Vaz* (costa noroeste) estão interditas 'a acostagem de qualquer tipo de embarcações e o desembarque e a permanência de pessoas, exceto quando no âmbito de operações de salvamento e socorro, de fiscalização ou segurança e, quando previamente autorizados pelo departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente, para a realização de trabalhos de limpeza, investigação ou de atividades de interesse relevante'. Esta reserva terrestre está incluída dentro da AMP *Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Nordeste*, que não regulamenta estas atividades.

### **3.3.4. Outros regulamentos**

a) Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas (Reservas de Apanha)

Estas AMPs estiveram na base do desenho das AMPs dos PNIs (categoria VI). No entanto, um exercício de sobreposição de ambas releva várias incongruências:

As reservas de apanha estão delimitadas por uma distância de 1 MN à costa. Este limite é claramente excessivo, considerando que as atividades regulamentadas apenas ocorrem em zonas baixas junto à costa. No entanto, não o é se considerarmos o âmbito e regulamentação mais alargado das respetivas AMPs dos PNIs. Assim sendo, as reservas de apanha deveriam estar integradas nas AMPs dos PNIs como parte do zonamento das mesmas.

A própria delimitação legal em mapa das Reserva de Apanha não utiliza o limite de 1 MN, mas antes adota caixas. Esta situação requer uma revisão (ver sugestão no anexo 6.n.3).

Os nomes das Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na costa norte e sul da ilha Graciosa estão trocados no regulamento da apanha (Portaria n.º 1/2014 de 10 de Janeiro de 2014. Anexo V, Anexo V-E).

b) Planos de Ordenamento da Orla Costeira

O regulamento dos POOCs é omissivo quanto ao seu âmbito, nomeadamente se se aplica as pessoas privadas ou apenas as entidades. Esta questão tem implicações diretas na aplicação destas regras a AMPs dos PNIs. Para além disso, existem outras incongruências específicas, nomeadamente: Em relação ao regulamento dos POOCs da Terceira e São Jorge (artigo 8), não é claro se as atividades regulamentadas estão interditas ou condicionadas.

A legislação dos POOCs utiliza os termos “fauna silvestre” e “fauna selvagem”, sem clarificar se existe uma diferença.

### 3.4. Conflitos legais

No ordenamento jurídico português são atos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais (DLR). As leis e os decretos-leis têm igual valor, sem prejuízo da subordinação às correspondentes leis dos decretos-leis publicados no uso de autorização legislativa e dos que desenvolvam as bases gerais dos regimes jurídicos.

Os decretos legislativos regionais versam sobre matérias de interesse específico para a região autónoma e não reservadas à Assembleia da República ou ao Governo (devem sempre invocar expressamente as Leis ou Decretos-leis cujos princípios ou bases gerais desenvolvem). Regra geral, sem prejuízo de disposição em contrário, não há um mecanismo próprio para derrogar o mesmo: ou são revistos e republicados, ou são revogados, deixando de produzir efeitos.

No sistema jurídico português, os decretos regulamentares regionais (DRR) destinam-se a pormenorizar a lei nas regiões autónomas, de forma a conduzir à sua boa execução, os mesmos sendo elaborados pelo Governo Regional. Regra geral, sem prejuízo de disposição em contrário, um DRR é revogado por outro DRR. A Portaria é um documento de ato administrativo de qualquer autoridade pública que contém ordens, instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de carácter geral e normas sobre a execução de serviços, a fim de esclarecer ou informar sobre atos ou eventos. Comparativamente com os restantes atos legislativos, a sua força legal é menor.

Resumidamente, por advir de um ato legislativo superior, ***uma dada restrição não afasta outras provenientes de atos legislativos menores***. No caso das AMPs, esta conclusão resulta na necessidade de se considerarem todas as limitações legais para cada zona em concreto.

Neste contexto, são aqui avaliados os eventuais conflitos legais, que se referem a uma situação em que dois instrumentos legais distintos mas igualmente válidos incidem sobre o mesmo local mas adotam regulamentos contraditórios. Nesta análise foram consideradas as AMPs definidas nos PNIs e a sua legislação associada para detetar situações de conflito que derivem de 1) atividades permitidas ou condicionadas no PNI mas interditas noutros regulamentos (Tab. 3.10), 2) atividades interditas no PNI mas permitidas ou condicionadas noutros regulamentos (Tab. 3.11), e 3) incongruência em atividades interditas no PNI e noutros regulamentos (Tab. 3.12). Apenas foram consideradas atividades de extração de recursos marinhos.

**Tabela 3.10 (2 paginas): Conflitos legais entre atividades permitidas/condicionadas nos Parques Naturais de Ilha (PNI) e outros regulamentos mais restritivos.**

área	atividade condicionada no PNI	atividade interdita noutro regulamento
APGR Baía de São Lourenço (Santa Maria)	Apanha de caranguejos e cracas	APGR: a colheita, captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer organismos sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus habitats; RA: a apanha de cracas e caranguejos (entre outros invertebrados); POOC: a captura ou abate de espécies da fauna selvagem
APGR Costa Norte (Santa Maria)	Extração ou dragagem de areia não regulamentada;	POOC: A extração de areias
APGR Costa Sul (Santa Maria)	Apanha de algas para fins industriais	RA: a apanha de Agar ( <i>Pterocladia</i> <i>capillacea</i> ) e Sargaço ( <i>Sargassum</i> <i>sp.</i> )
APGR Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo (São Miguel)	Colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies naturais, vegetais ou animais, sujeitas a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo destruição de ninhos e apanha de ovos, perturbação ou destruição dos habitats	RA: a captura de certos invertebrados e algas considerados como organismos com medidas de proteção
APGR Baixa da Vila Nova, APGR Ilhéus das Cabras, APGR Monte Brasil (Terceira); Todas as APGRs (São Jorge); APGR Costa Norte (Flores)	Apanha de algas e de outras espécies da flora marinha	RA: a apanha de Agar ( <i>Pterocladia</i> <i>capillacea</i> ) e Sargaço ( <i>Sargassum</i> <i>sp.</i> )
RN Caldeirinhas (Faial)	Colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer organismos sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo destruição de ninhos e apanha de ovos, perturbação ou destruição dos habitats	RA: a captura de certos invertebrados e algas considerados como organismos com medidas de proteção
APGR Costa do Corvo (Corvo)	A caça submarina e a apanha de moluscos	APGR: a colheita, corte, abate, captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem



		<p>como a perturbação ou a destruição dos seus habitats;</p> <p>RA: a apanha de certos moluscos e outros invertebrados e algas considerados como organismos com medidas de proteção;</p> <p>POOC: a captura ou abate de espécies da fauna selvagem</p>
APGR Costa do Corvo (Corvo)	Recolha e posse de qualquer elemento ou amostra geológica, com exceção dos destinados a investigação científica ou ações de monitorização ambiental	POOC: a recolha de amostras geológicas, a extração de substratos de fundos marinhos, a alteração da linha de costa e a construção de esporões; e a recolha de qualquer elemento de valor arqueológico ou geológico
APGR Costa do Corvo (Corvo)	A extração de areias ou outro material inerte marinho	POOC: a extração de areias

RN= Reserva Natural (IUCN I), APGR= Área Protegida de Gestão de Recursos (IUCN VI), RA= Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas (Apanha), POOC= Plano de Ordenamento da Orla Costeira.

**Tabela 3.11: Conflitos legais entre atividades não permitidas nos Parques Naturais de Ilha (PNI) e outros regulamentos menos restritivos.**

área	atividade interdita no PNI	atividade permitida <sup>1</sup> / condicionada <sup>2</sup> noutro regulamento
APGR Costa do Corvo (Corvo)	A extração de areias ou outro material inerte marinho*	EI: uma zona de extração de inertes, dentro da mesma APGR <sup>1</sup>
APGR da Costa Sudeste (Graciosa)	A prática de todo e qualquer tipo de pesca, incluindo a pesca lúdica e a caça submarina	POOC: A perturbação, colheita ou danificação da fauna e da flora autóctones ou a afetação dos habitats, exceto a decorrente da pesca comercial ou lúdica <sup>1</sup>
APGR Baía de São Lourenço e APGR Costa Norte (Santa Maria); RN Ilhéu da Praia, RN do Ilhéu de Baixo (Graciosa); APGR Costa do Corvo (Corvo)	A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer organismos, sujeitos as medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats	POOC: A perturbação, colheita ou danificação da fauna e da flora autóctones ou a afetação dos habitats, exceto a decorrente da pesca comercial ou lúdica <sup>2</sup>

RN= Reserva Natural (IUCN I), EI= Zona de Extração de Inertes. APGR = Área Protegida de Gestão de Recursos, IUCN VI; POOC= Plano de Ordenamento da Orla Costeira.

**Tabela 3.12: Incongruências legais entre atividades interditas nas áreas marinhas protegidas do Parque Natural de Ilha (PNI) e noutros regulamentos.**

área	atividade interdita no PNI	atividade interdita noutro regulamento
RN Ilhéu da Vila (Santa Maria)	A pesca, com exceção da pesca de pequenos pelágicos	RM: o exercício da pesca, comercial e lúdica, (...) com exceção da pesca com arte de salto-e-vara para captura de tunídeos e captura de isco vivo
APGR Costa Norte, APGR Baía de São Lourenço e APGR Costa Sul (Santa Maria)	A recolha e posse de qualquer elemento ou amostra geológica ou paleontológica, com exceção das ações de monitorização ambiental e sem prejuízo do disposto nos Artigos 24.ºA e seguintes	POOC: A recolha de amostras geológicas, a extração de substratos de fundos marinhos, a alteração da linha de costa e a construção de esporões
APGR Baía de São Lourenço e APGR Costa Sul (Santa Maria)	A extração ou dragagem de areia não regulamentada;	POOC: A extração de areias

RN= Reserva Natural (IUCN I), APGR = Área Protegida de Gestão de Recursos (IUCN VI), POOC= Plano de Ordenamento da Orla Costeira, RM= Área Protegida na Zona Marítima da Ilha de Santa Maria (Reserva de mergulho). A extração da areia no PNI de Santa Maria (Baía de São Lourenço, Costa Sul) refere-se à extração não regulamentada. Por isso a sobreposição da APGR da Costa Sul com a Zona de Extração de Inertes, que está regulamentada, não foi indicada como incongruência.

## 4. Bases para a revisão da rede regional de PNIs

O planeamento sistemático da conservação deve ser um processo estruturado e transparente, e considerar o princípio de complementaridade das áreas. A gestão das mesmas é um processo adaptativo. Este planeamento deve incluir os seguintes passos (Margules & Pressey 2000):

- i) Identificar e envolver os utilizadores ('*stakeholders*');
- ii) Identificar e quantificar os objetivos e os alvos de conservação;
- iii) Avaliar e mapear a biodiversidade;
- iv) Compilar informação sobre a socioeconomia (i.e., custos e benefícios);
- v) Avaliar as AMPs existentes;
- vi) Selecionar novas áreas e/ou redesenhar as AMPs existentes (considerando a complementaridade, os custos, e as áreas insubstituíveis);
- vii) Implementar as AMPs;
- viii) Gerir e monitorizar as AMPs.

Neste contexto, o objetivo deste capítulo é fornecer algumas *guidelines*, ou linhas orientadoras, para a revisão da rede regional de AMPs costeiras dos Açores, centrada nos PNIs, ou seja, contribuir para os passos ii), v) e vi).

Estas linhas são apresentadas em resultado de uma análise crítica das características individuais de cada PNI e do seu conjunto. Esta análise considerou 1) as recomendações gerais geralmente adotadas para o planeamento espacial marinho nas suas vertentes da conservação e de apoio à gestão pesqueira, em particular os critérios OSPAR, 2) os objetivos de gestão dos PNIs tal como definidos na lei, e 3) a aplicação de uns a outros para identificação de medidas de gestão adaptativa e definição de metas a atingir para os PNIs e para a rede.

### 4.1. Desenho de redes de AMPs: critérios gerais

As redes de AMPs, no conjunto das suas áreas individuais, devem respeitar vários critérios de forma para que se possa atingir um desenho adequado aos objetivos de conservação e gestão da rede. De uma forma mais abrangente, os princípios de planeamento sistemático da conservação que devem presidir ao desenho de uma rede de AMPs são, segundo Possingham et al. (2006), a abrangência, a complementaridade, a representatividade, a aptidão, a eficiência, a flexibilidade, e a insubstituibilidade.

Uma rede **abrangente** inclui, idealmente, todos os atributos da biodiversidade (espécies, habitats, processos ecológicos). Como tal não é genericamente possível, a rede deve incluir a maior variabilidade possível destes atributos. De acordo com o princípio da **complementaridade**, as áreas selecionadas para a conservação não devem ser redundantes mas complementares para maximizar o número de objetivos de conservação atingidos. A **representatividade** considera que a biodiversidade deve estar o mais possível representativa, ou seja, que a rede seja o abrangente na sua capacidade de proteger toda a biodiversidade da região. A **aptidão** ou viabilidade refere-se à dimensão ou ao tamanho e à forma das áreas, que devem ter o tamanho adequado e as medidas da proteção apropriadas para proteger eficazmente uma espécie/população/comunidade. A **eficiência** considera a relação entre o custo e o benefício na seleção de áreas para a conservação com o objetivo de maximizar a proteção com o mínimo de custos. A **flexibilidade** significa que os

objetivos de conservação podem ser atingidos por diversas soluções eficientes (p. ex. existem várias combinações de áreas prioritárias para desenhar uma rede). A **insubstituibilidade** refere-se à identificação das áreas indispensáveis para atingir os objetivos de conservação e à avaliação da contribuição potencial de cada área para garantir a representatividade (p. ex. a inclusão de um habitat essencial único na região).

No entanto, este sistema pode ser simplificado. Os critérios OSPAR (2007), por exemplo, que são grosso modo os adotados no Diploma da Biodiversidade, e por isso aqui considerados como os critérios orientadores, consideram quatro critérios (Fig. 4.1).



**Figura 4.1:** Os critérios OSPAR para o desenho de redes de áreas marinhas protegidas.

## 4.2. Objetivos de gestão dos PNIs

Tal como criada, a rede de AMPs dos Açores pretendia essencialmente garantir ferramentas de gestão espacial para o desenvolvimento sustentável e conservação ambiental (DLR 15/2007, que revê e adapta o DLR 21/93/A e depois foi adaptado e revogado pelo DLR n.º15/2012/A). A abordagem central foi a de criar e reclassificar todas as áreas protegidas da região sob as categorias IUCN, que definem por sua vez os objetivos específicos de gestão. No caso da AMPs costeiras foram adotadas duas categorias:

IUCN I: Objetivos de conservação, incluindo os processos ecológicos e biodiversidade.

IUCN VI: Objetivos de desenvolvimento sustentável, incluindo os usos extrativos.

De um total de 34 AMPs, cinco (três ilhas e Formigas) são IUCN I e 29 são IUCN VI (todas as ilhas).

### **AMPs de categoria IUCN I**

A nível mundial, a categoria I é utilizada para ordenar áreas com um elevado nível de restrição, tipicamente correspondendo às chamadas reservas marinhas ou áreas '*no-take*', onde as atividades extrativas (de recursos vivos e não vivos) são impedidas e as não extrativas condicionadas, ou mesmo impedidas. Na rede Açoriana não é este o caso. Das cinco AMPs de categoria I, apenas a

mais pequena (Caldeirinhas, Faial) cumpre esta abordagem. As restantes quatro permitem algumas formas e regimes de pesca e são omissas quanto à gestão de recursos não vivos.

Do ponto de vista do desenho da rede, acresce que estas áreas (excetuando as Formigas) cobrem apenas uns meros 0,2 a 6,2% do habitat costeiro e 0,4 a 10% do habitat costeiro rochoso, nenhum ou apenas 0,1% de habitat de plataforma, e incluem apenas três ilhas em dois grupos, resultando num desenho de rede claramente sub-representativo e desequilibrado geograficamente. Excetuando as Formigas, que não é uma área costeira, as outras quatro áreas são de dimensão muito reduzida (0,1 a 2,1 km<sup>2</sup>) quando comparadas com a dimensão indicada pela maioria dos estudos para atingir objetivos de conservação da biodiversidade através da proteção efetiva dentro das suas fronteiras e do consequente ‘efeito de reserva’ (p. ex.. Claudet et al. 2008, Edgar et al. 2014).

### **AMPs de categoria IUCN VI**

A categoria VI é utilizada como ferramenta espacial para gerir recursos de forma sustentável, tendo como potenciais vantagens relativamente a outras formas de regulamentação (p. ex. medidas clássicas de gestão pesqueira) a abordagem ecossistémica e a gestão de conflitos. No entanto, a sua eficácia para gerir recursos vivos depende de um real efeito de reserva dentro de AMPs que possa resultar num efeito combinado positivo para as áreas exploráveis através dos mecanismos de dispersão larvar (‘exportação de larvas’) e/ou emigração de pós recrutas (efeito de ‘derrame’). Colocam-se, assim, algumas das condicionantes de categoria I para a sua eficácia.

Relativamente ao desenho da rede, as 29 áreas de categoria VI estão bem distribuídas pelo Arquipélago, cobrindo todas as ilhas. Muitas destas áreas também têm um tamanho considerável, considerando a área disponível por ilha. No entanto, o seu número, tamanho (e correspondente área de habitat a proteger) e tipos de habitat incluídos por ilha é muito variável, com alguns consequentes impactos negativos ao nível dos critérios OSPAR. São exemplo as ilhas do Pico, São Jorge e Terceira, onde estas áreas estão claramente sub-representadas em área e número (ver 4.3).

Talvez mais grave seja o facto de os regulamentos das AMPs de categoria VI serem geralmente pouco restritivos quando comparados com numerosos exemplos de outras regiões. Por exemplo, a *South Tasman Rise Commonwealth Marine Reserve* na Austrália (27.704 km<sup>2</sup>) interdita a pesca comercial e condiciona a pesca e outras atividades turísticas, a exploração dos minerais, a investigação, as atividades de monitorização ambiental, e as estruturas e obras, enquanto a pesca recreativa, incluindo a caça submarina e os torneios de pesca organizados, é permitida.

Do ponto de vista do desenho, as AMPs assentam tipicamente em esquemas de zonamento onde diversas áreas são alocadas para vários usos e fins específicos (Kelleher 1999, Fernandes et al. 2005, FAO 2011). Usualmente, deve ser assegurada a proteção efetiva através de atividade humana mínima numa zona nuclear (reserva) dentro de uma área tampão maior de uso controlado (*tampão*) onde, por exemplo, podem ser permitidas algumas atividades de baixo impacto que promovam o uso sustentável dos recursos naturais do ecossistema. Este esquema de zoneamento fornece uma abordagem explícita para resolver conflitos entre as diferentes atividades, equilibrar esses interesses concorrentes, e acomoda-los na gestão da AMP (Watts et al. 2009). Por exemplo na *Reserva Marina de la Isla de la Palma*, no arquipélago das Canárias, que tem um regulamento mais restritivo para a zona nuclear (categoria I, interdição de qualquer tipo de uso, excetuando o uso banhar nas zonas estabelecidas e a atividade científica) e um regime condicionado na zona de categoria VI (condições para a pesca profissional e recreativa, as atividades subaquáticas de recreio,

e as atividades científicas. Neste sentido, as áreas de categoria I podiam representar o núcleo e as áreas da categoria VI o *tampão* em seu redor. No entanto, esta solução não foi aplicada nos Açores, com a exceção relativa do Monte da Guia, PNI de Faial (que, paradigmaticamente, está atualmente suspensa).

Em conclusão, **a rede de AMPs costeiras dos Açores não garante o cumprimento dos objetivos definidos para as suas áreas IUCN I (o desenho e os regulamentos) e áreas IUCN VI (sobretudo regulamentos), nem a sua contribuição para o todo.**

### 4.3. Os critérios OSPAR aplicados aos PNI

Os PNIs dos Açores foram analisados tendo em conta os quatro critérios da OSPAR, a representatividade, a conectividade, a viabilidade e a replicação (OSPAR 2007).

#### Representatividade:

Relativamente à fração de habitat incluído no respetivo PNI, e concentrando esta análise nas áreas de categoria VI (uma vez que as áreas de categoria I são, atualmente, mínimas – ver acima), **o habitat costeiro está razoavelmente ou bem representado** na maioria das ilhas (8% - 53%) e dentro das metas habitualmente consideradas (10% - 30%, IUCN, WPC 2003 e Aichi targets, CBD 2010) (Tab. 2.2). No entanto, é importante salientar que os PNIs da Terceira e São Jorge estão no limite inferior destas metas, e que estariam claramente abaixo caso se considerassem metas mais restritivas, como as constantes de outras recomendações científicas que aconselham a proteção de 20 a 40% (Green et al. 2014) ou mesmo 30 a 50% do habitat disponível (Airame et al. 2003), e um mínimo de 30% se a pressão da pesca for muito elevada. A situação globalmente positiva mantém-se se considerarmos apenas o habitat rochoso costeiro, que suporta uma maior biodiversidade de macro-algas e macrofauna (p. ex. Kendall et al. 2004, Tempera 2008, Dunn & Halpin 2009, Schmiing et al. 2014) e que é habitualmente considerado como de maior valor intrínseco, incluindo nos Açores. A exceção é o PNI da Terceira. Pelo contrário, **o habitat de plataforma insular está claramente sub-representado** (< 10%) na maioria das ilhas (São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Flores). O habitat de talude deverá estar numa situação semelhante, embora não seja possível determinar com exatidão a sua extensão em todas as ilhas.

Considerando a distribuição relativa da proteção por habitat dentro de cada PNI, há uma **distribuição enviesada para a proteção costeira** em cinco ilhas (Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge) mas equilibrada noutras quatro (Pico, Faial, Flores e Corvo) o que reflete claramente a reduzida extensão das AMPs naquelas ilhas. Importa aqui realçar que a representatividade equitativa dos três tipos de habitats pode vir a representar um bom ponto de partida para a utilização potencial dos PNIs como ferramenta de gestão para a pesca dirigidas a recursos demersais de plataforma, que nos Açores assume grande importância, e deve por isso ser revista nos primeiros cinco PNIs.

Atualmente, 31.8% (218,1 km<sup>2</sup>) do habitat costeiro está incluído nos PNIs e, portanto, atinge a meta recomendada. No entanto, esta proteção a) não está distribuída de forma equitativa entre as ilhas, e b) não tem medidas suficientes para garantir a sustentabilidade geral. Por exemplo, a cobertura do habitat costeiro atinge apenas 8% na Terceira. Por outro lado, 12,8% (193,9 km<sup>2</sup>) do habitat de plataforma está atualmente integrado nos PNIs e portanto no limite inferior da recomendação.

Neste aspeto, **a rede de AMPs costeiras certamente beneficiária de um redesenho e, nomeadamente, de um alargamento das áreas protegidas a habitats mais profundos.** Por exemplo, na ilha do Pico existem (apenas) três AMPs que, aparentemente, cumprem os requisitos da representatividade para os habitats protegidos (42,6% habitat costeiro; 25,83% habitat de plataforma; 55,2 % habitat costeiro rochoso). Na realidade, apenas uma destas três áreas, a maior (Canal Faial-Pico, setor Pico) é responsável por essa proteção (33,2% habitat costeiro, 24,3% habitat plataforma e 48% habitat rochoso costeiro). As restantes duas áreas contribuem muito pouco para este cenário.

De qualquer forma, as recomendações citadas referem-se sempre a uma proteção total, ou seja, sem qualquer perturbação e extração dos recursos marinhos (p. ex. *no-take*). Nenhum dos PNIs atinge as metas neste aspeto, uma vez que a maioria das atividades extrativas está condicionada mas raramente interdita. As medidas existentes nos PNIs dos Açores são insuficientes para fornecer uma proteção *no-take* e perturbação dos biótopos costeiros. **Alcançar a proteção recomendada, pelo WPC (2003) para as zonas costeiras atualmente protegidas e os seus recursos requer a revisão dos regulamentos com a exclusão da pesca, da extração das matérias inertes e do depósito de dragagem** (Amorim et al. 2015).

Importa ainda garantir que os PNIs, potencialmente, devem proteger os habitats críticos das diversas espécies, em particular daquelas mais ameaçadas ou sensíveis, por exemplo bancos de coral de água fria (*'Vulnerable Marine Ecosystems'*, VMEs), campos de fontes hidrotermais de baixa profundidade, locais de agregação para desova de peixes, maternidades de desova ou crescimento de tubarões e raias. Neste contexto, alguns locais podem mesmo ser **únicos** no contexto do arquipélago, ou seja, da rede, porque são únicos para uma determinada espécie ou porque são únicos na sua capacidade de serem importantes para um conjunto alargado de espécies (*'hotspots'*). Estes locais deverão merecer especial atenção. No entanto, a muito escassa informação atualmente disponível não permite uma imagem realista da ocorrência e distribuição de habitats críticos ao longo do arquipélago, recomendando-se por isso que **a revisão dos PNIs tenha em especial consideração a pouca informação existente sobre a ocorrência destes locais numa abordagem precaucionária.** São exemplos os bancos de coral e esponjas conhecidos na zona sul do canal Faial-Pico, as maternidades de tubarão martelo nas costas norte do Faial e de S. Jorge, a agregação de jamantas na baixa do Ambrósio em Santa Maria, e as agregações de badejo em algumas baixas costeiras de Santa Maria e Graciosa.

#### **Conectividade:**

Cada AMP deve estar suficientemente perto de outras AMPs para garantir a conectividade das suas populações, um aspeto chave da sustentabilidade de uma rede de AMPs (OSPAR 2007). Na verdade, **as distâncias médias entre as AMPs no desenho atual são, provavelmente, adequadas para promover a conectividade da rede dentro dos PNIs,** mesmo tendo em conta as distâncias de dispersão larvar curtas de muitos peixes de recife rochoso (Jones et al. 2009) e assumindo uma distância máxima de 30 km entre as áreas (McCook et al. 2009). No entanto, em alguns casos existem grandes distâncias entre as áreas. Por exemplo, a costa norte do Pico não tem uma área designada no PNI, e a área da Ponta da Ilha dista da área mais próxima de tamanho razoável mais de 50 km. Uma situação semelhante surge no sul de São Jorge (47 km entre a área do Topo e Entre Morros) e no sul de São Miguel (44 km entre a área Caloura-Ilhéu de Vila Franca do Campo e Ponta Ferraria-Ponta Bretanha).

A conectividade entre as ilhas depende das correntes, da sobrevivência das larvas, mas também do ‘derrame’ que possa ocorrer através da emigração de pós-recrutas a partir dos PNIs. Esta conectividade vai depender em larga medida do comportamento específico de cada espécie (p. ex. Afonso 2007). No entanto, se por um lado as distâncias médias entre AMPs são maioritariamente inferiores às dispersões máximas que se pensa existirem em muitas das espécies comerciais, tal pode muito bem não ser o caso para outras espécies (p. ex. blenídeos, muraenídeos, etc.). ***Dada a grande variabilidade na escala dos movimentos dos adultos das diferentes espécies marinhas, a escolha do tamanho da AMP representa um compromisso inerente e pode ser sub-ideal para algumas espécies*** (Gaines et al. 2010). Neste contexto, os PNIs da Terceira, Graciosa e São Jorge, que cobrem a menor percentagem de habitat costeiro (8-23%) em comparação às restantes ilhas, beneficiariam da extensão das áreas protegidas. Amorim et al. (2015) sugerem que uma proteção adequada destas três ilhas podia reforçar o recrutamento exógeno e as fontes de regeneração das ilhas situadas a jusante. Neste ponto, é importante ter em conta que, embora à escala da ilha as AMPs tenham, em média, uma distância suficientemente reduzida para se encontrarem dentro do limite natural à dispersão larvar, há que considerar que o mesmo tem de ser garantido em relação à rede, ou seja, à escala do Arquipélago. Aqui, a distância entre as ilhas pode constituir uma barreira e uma limitação à capacidade de sustentação da rede, sobretudo entre os três grupos. Desta forma, ***é fundamental garantir o funcionamento eficaz das sub-unidades da rede em cada um dos três grupos de ilhas.***

No entanto, importa realçar que ***o estado de conhecimento relativo às condições de dispersão (i.e., a circulação junto a e entre as ilhas do Arquipélago) é ainda muito rudimentar para se poderem efetuar previsões minimamente sólidas.***

#### **Viabilidade/Aptidão:**

O tamanho, número e espaçamento das AMPs são interdependentes. De forma simplificada, o tamanho ótimo de uma AMP depende do seu objetivo e varia de acordo com a distância de dispersão potencial, a taxa de crescimento da população e a pressão (p. ex. de pesca) sobre as espécies alvo (p. ex. Roberts et al. 2001).

Em relação à contribuição das redes de AMPs para a proteção da biodiversidade (p. ex. contra as alterações climáticas e degradação de habitats), a regra geralmente adotada é a de que as AMPs devem ter um tamanho tão grande quanto possível, uma vez que assim oferecem mais garantias de resiliência das populações de um maior número de espécies em eventos extremos, e pelo menos de tamanho moderado - 5 a 20 km de extensão (p. ex. McLeod et al. 2009, Gaines et al. 2010).

Em relação à contribuição das redes de AMPs para a gestão da pesca, uma AMP deve ser suficientemente grande para permitir compensar o impacto económico que a consequente redução da área de pesca acarreta no curto-médio prazo com o potencial de exportação de larvas (sobretudo) e da emigração de pós-recrutas (efeito de derrame) para o aumento das capturas a longo prazo. Ambos estes potenciais dependem da capacidade da reserva em proteger as populações ao longo da vida (efeito de reserva). As AMPs devem ter idealmente entre 10 e 30 km de diâmetro, mas nunca menos de 6 km diâmetro, para contribuírem potencialmente para a pesca sustentável (p. ex. Shanks et al. 2003, Afonso 2007). AMP menores poderão ser eficazes se integrarem uma rede que assegure a conectividade e dispersão de adultos e larvas (Hastings & Botsford 1999).



A combinação destes fatores é complexa. Por exemplo, o Oregon's Ocean Policy Advisory Council aconselha um tamanho mínimo de 5 a 10 km e ótimo 10 a 20 km da linha da costa ([www.oregon.gov/LCD/OPAC/docs/mr\\_recomendation\\_to\\_gov\\_kulongoski.01dec.pdf](http://www.oregon.gov/LCD/OPAC/docs/mr_recomendation_to_gov_kulongoski.01dec.pdf)).

Nos Açores, apenas nove das 33 AMPs dos PNIs (sem considerar os Ilhéus das Formigas) são maiores do que 10 km<sup>2</sup> e apenas seis atingem um comprimento máximo superior a 10 km de extensão.

***Resulta daqui que a maioria das AMPs é mais pequena do que o recomendado, particularmente as AMPs dos PNIs da Terceira, Graciosa e São Jorge.***

Por fim, sendo expectável que a proteção de espécies mais móveis (p. ex. predadores pelágicos) requeira AMPs de maiores dimensões, tal implica também demasiadas restrições ao uso humano. Alternativamente, estas espécies podem ser alvo de proteção efetiva em habitats essenciais, tais como zonas de agregação (p. ex. Roberts et al. 2001, Afonso 2007). Nos Açores, esta regra pode aplicar-se à ***proteção de agregações multiespecíficas em baixas costeiras e offshore.***

#### **Replicação:**

A atual falta de conhecimento detalhado sobre os tipos de habitats e de biótopos dentro das grandes categorias de habitat aqui consideradas, nomeadamente os habitats costeiro e de plataforma, rochoso e arenoso, constitui um sério entrave a uma avaliação adequada da replicação. O Corvo e o banco das Formigas, onde se protegem potencialmente a totalidade dos habitats costeiro, de plataforma e mesmo de talude, constituem exceções. Ou seja, se é possível dizer que a rede de PNIs e mesmo a maioria dos PNIs atingem um nível de replicação elevado relativamente àquelas grandes categorias, não é possível avaliar se o mesmo se passa relativamente a uma caracterização mais fina dos habitats rochosos. Esta diferença é bem mais do que uma nuance. O exemplo das chamadas 'baixas', que constituem habitats localmente distintos e suportam comunidades diferentes na sua estrutura do restante habitat costeiro, não pode ser avaliado por não existir esta informação para a maioria das ilhas. ***Esta avaliação é prioritária e requer o mapeamento fino de habitats até aos 200 m de profundidade com recurso a sondagem multifeixe.***

## **4.4. Propostas gerais para revisão do desenho e regulamentação**

A revisão da rede de AMPs dos Açores deverá ter particularmente em conta, do ponto de vista das políticas internacionais de conservação e gestão marinha, a DQEM, que define as principais pressões e impactos relativamente às perdas e danos físicos ao ecossistema marinho. Esta diretiva impõe a implementação de regras que evitem ou reduzam estes impactos, nomeadamente:

1) A modificação do perfil do fundo e/ou assoreamento, tal como:

- Erosão costeira;
- Exploração de inertes submarinos;
- Dragagens em áreas portuárias;
- Deposição do material dragado;
- Regeneração de praias e criação de praias artificiais;
- Cabos e tubagens submarinas;
- Navios afundados e recifes artificiais;
- Infraestruturas portuárias, de defesa costeira e uso balnear;
- Extração de minerais profundidade.

- 2) Os danos da pesca nos fundos marinhos.
- 3) Outros danos físicos, tal como:
  - Ancoragem de embarcações;
  - Retenção de água em reservatórios.

Para além destas regras gerais a ter em conta, a avaliação das AMPs costeiras aqui apresentada revela que, apesar do seu equilíbrio geográfico global, a rede Açoriana padece de várias deficiências no seu desenho atual que parecem impedir o cumprimento dos objetivos internacionais de conservação através dos PNIs, nomeadamente:

- i) Várias AMPs têm uma dimensão excessivamente pequena para proteger eficazmente as suas comunidades (< 1 km<sup>2</sup>);*
- ii) Apenas 10 de 34 AMPs têm uma dimensão que permita uma proteção mais abrangente da biodiversidade (> 10 km<sup>2</sup>);*
- iii) A representatividade de habitats varia substancialmente entre ilhas;*
- iv) O habitat de plataforma insular está maioritariamente sub-representado;*
- v) Apenas 5 destas áreas estão classificadas como categoria IUCN I;*
- vi) Apenas uma, a mais pequena da rede, corresponde de facto a uma reserva;*
- vii) As áreas IUCN VI são globalmente pouco restritiva às atividades extrativas.*

Neste contexto, e porque a atual ausência de planos de gestão dos PNIs e respetivas revisões dos regulamentos e zonamentos constituem tanto um problema quanto uma oportunidade, ***considera-se prioritária a aplicação da gestão adaptativa***. Esta abordagem deve integrar todos os resultados de estudos científicos e avaliações disponíveis para monitorizar, rever e melhorar periodicamente as medidas de conservação, e adotar uma abordagem baseada no zoneamento (ver 4.2) como forma de atingir metas de proteção e reduzir conflitos entre utilizadores.

Sem prejuízo de outros critérios a considerar (p. ex. socio-económicos, ver abaixo), sugerem-se as seguintes regras gerais na revisão do desenho e regulamentação:

- i) Aumentar o número de RNs que interditem qualquer tipo de atividades extrativas ('no-take'), garantindo a existência de, pelo menos, uma destas RN por ilha;*
- ii) Utilizar estas RNs como áreas nucleares, rodeando-as de AMPs 'tampão' onde é restringida a atividade extrativa;*
- iii) Rever e aumentar, quando necessário, a dimensão das RNs e AMPs (tampão ou não) para proteger o conjunto das espécies nas RNs e, pelo menos, as espécies comercialmente importantes nas AMPs;*
- iv) Integrar habitat costeiro com maior área de habitat de plataforma insular na mesma AMP;*
- v) Integrar VMEs e outros habitats críticos (p. ex. zonas de maternidade e agregação de peixes, campos de fontes hidrotermais de baixa profundidade) nas AMPs.*

Propõe-se também a adoção de regras gerais de ordenamento dentro de todas as AMPs em relação a atividades de reconhecida capacidade de perturbação do equilíbrio do ecossistema marinho, nomeadamente:

- i) A interdição de deposição de resíduos orgânicos ou inorgânicos;**
- ii) A interdição de extração ou deposição de inertes;**
- iii) A interdição da arte de pesca com redes de emalhar.**

Este processo de revisão do desenho e regulamentos terá, necessariamente, de **ter em conta as especificidades de cada PNI**. Por exemplo, no caso dos PNIs do Faial e Pico, devido à especificidade ecológica e de conectividade do conjunto destas ilhas, deve ser considerado um desenho e regulamentação das atividades para os dois PNIs em conjunto. As duas ilhas partilham a plataforma insular e o habitat do Canal, único no Arquipélago, mas as atuais designações dos PNIs a) separam o habitat rochoso contínuo do canal, b) mostram um claro desequilíbrio na área (total e em %) e representação de zonas de maior profundidade e c) são heterogéneas nas atividades interditas e condicionadas. No caso do PNI de São Miguel, um aumento de 8% na cobertura das áreas infralitorais, acompanhado por uma correta aplicação das áreas existentes, facilitaria a recuperação de recursos costeiros, como por exemplo as lapas, que se têm mantido consideravelmente reduzidos nesta ilha desde o colapso da pesca na década de 1980 (Amorim et al. 2015).

Algumas das atividades que podem significativamente afetar os habitats costeiros, tais como a extração das materiais inertes e a deposição de material dragado, ocorrem atualmente dentro de determinadas AMPs (p. ex. PNI do Faial). Os impactos sobre os biótopos do infralitoral dependentes da luz não foram ainda formalmente avaliados ou monitorizados mas, dada a extensão temporal da atividade e os volumes de sedimentos envolvidos, provavelmente estes serão significativos (Amorim et al. 2015). Uma revisão dos PNIs deve ter em conta todas estas atividades e, se necessário, **aplicar um regime mais restritivo e rigoroso**.

Do ponto de vista operacional e legal, a análise deste relatório releva ser necessária 1) **uma revisão dos shapefiles oficiais (SIG)**, que nem sempre têm a projeção adequada, e 2) **a revisão da legislação existente, com a clarificação das regras e a correção dos erros**.

Por fim, e regressando ao início, importa realçar que **esta revisão deve aproveitar a atual fase de preparação dos planos de gestão para todos os PNIs e tem de ser integrada num processo de planeamento sistemático da conservação que se inicia com a identificação dos utilizadores**. O (re)desenho da rede de AMPs deve considerar, em primeiro lugar, os objetivos e uso das zonas pelos utilizadores (p. ex. pescadores, atividades marítimo-turísticas, investigação). Nos Açores, tal como em outras regiões, existe ainda uma necessidade premente de integração das informações ecológica e socioeconómica no planeamento espacial para a conservação da biodiversidade. O próprio mapeamento destas atividades está, largamente, por fazer. Neste sentido, uma consulta pública na implementação das novas AMPs ou no redesenho das AMPs existentes é prioritário e incontornável. O facto de as AMPs mais respeitadas e funcionais nos Açores serem resultado de iniciativas de utilizadores e não patrocínio da administração são bem demonstrativos desta necessidade.

## 5. Referências

- Afonso P (2007) Habitat use and movement patterns of three sympatric fishes with different life history strategies: implications for design of marine reserves. PhD Thesis, University of Hawai'i, USA, xii + 190 p.
- Airame S, Dugan JE, Lafferty, KD, Leslie H, McArdle DA, Warner RR (2003) Applying ecological criteria to marine reserve design: A case study from the California Channel Islands. *Ecological Applications* 13(1): 170 – 184.
- Amorim P, Atchoi E, Berecibar E, Tempera F (2015) Infralittoral mapping around an oceanic archipelago using MERIS FR satellite imagery and deep kelp observations: a new tool for assessing MPA coverage targets. *Journal of Sea Research* 100: 141-151.
- Bates CR (2005) Sub-bottom profiling for sand resource assessment, Flores Island, Azores. Team Internal Report 05-04.
- Claudet J, Osenberg CW, Benedetti-Cecchi L, Domenici P, García-Charton J-A, Pérez-Ruzafa Á, Badalamenti F, Bayle-Sempere J, Brito A, Bulleri F, Culioli J-M, Dimech M, Falcón JM, Guala I, Milazzo M, Sánchez-Meca J, Somerfield PJ, Stobart B, Vandeperre F, Valle C, Planes S (2008) Marine reserves: Size and age do matter. *Ecology Letters* 11(5): 481-489.
- Convention on Biological Diversity (CBD) (2010) Decision X/2 - The Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and the Aichi Biodiversity Targets. Tenth meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity, Nagoya, Aichi Prefecture, Japan, 18 - 29 October 2010.
- Dunn DC, Halpin PN (2009) Rugosity-based regional modeling of hard-bottom habitat. *Marine Ecology Progress Series* 377: 1-11.
- Edgar GJ, Stuart-Smith RD, Willis TJ, Kininmonth S, Baker SC, Banks S, Barrett NS, Becerro MA, Bernard ATF, Berkhout J, Buxton CD, Campbell SJ, Cooper AT, Davey M, Edgar SC, Forsterra G, Galvan DE, Irigoyen AJ, Kushner DJ, Moura R, Parnell PE, Shears NT, Soler G, Strain EMA, Thomson RJ (2014) Global conservation outcomes depend on marine protected areas with five key features. *Nature* 506: 216-220.
- Fernandes L, Day J, Lewis A, Slegers S, Kerrigan B, Breen D, Cameron D, Jago B, Hall J, Lowe D, Innes J, Tanzer J, Chadwick V, Thompson L, Gorman K, Simmons M, Barnett B, Sampson K, Death G, Mapstone B, Marsh H, Possingham H, Ball I, Ward T, Dobbs K, Aumend J, Slater D, Stapleton K (2005) Establishing representative no-take areas in the Great Barrier Reef: Large scale implementation of theory on marine protected areas. *Conservation Biology* 19(6): 1733-1744.
- FAO (2011) Fisheries management. Marine protected areas and fisheries. FAO Technical Guidelines for Responsible Fisheries. No. 4, Suppl. 4. Rome, 198 p.
- Gaines SD, White C, Carr MH, Palumbi SR (2010) Designing marine reserve networks for both conservation and fisheries management. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 107 (43): 18286-18293.
- Green AL, Fernandes L, Almany G, Abesamis R, McLeod E, Aliño PM, White AT, Salm R, Tanzer J, Pressey RL (2014) Designing marine reserves for fisheries management, biodiversity conservation, and climate change adaptation. *Coastal Management* 42(2): 143-159.
- Hastings A, Botsford L (1999) Equivalence in yield from marine reserves and traditional fisheries management. *Science* 284: 1–2.

- Heath MF, Evans MI, Hoccom DG, Payne AJ, Peet NB (eds) (2000) Important Bird Areas in Europe: priority sites for conservation - Volume 2: Southern Europe. Cambridge, UK: BirdLife International. 789 pp.
- Jones GP, Almany GR, Russ GR, Sale PF, Steneck RS, van Oppen MJH, Willis BL (2009) Larval retention and connectivity among populations of corals and reef fishes: history, advances and challenges. *Coral Reefs* 28: 307–325.
- Kelleher G (1999) Guidelines for Marine Protected Areas. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. xxiv +107 pp.
- Kendall MS, Christensen JD, Caldow C, Coyne M, Jeffrey C, Monaco ME, Morrison W, Hillis-Starr Z (2004) The influence of bottom type and shelf position on biodiversity of tropical fish inside a recently enlarged marine reserve. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems* 14(2): 113-132.
- Mata Chacón D, Sanz Alonso JL, Gonçalves JMS, Monteiro P, Bentes L, McGrath F, Henriques V, Freitas R, Amorim P, Tempera F, Fossecave P, Alonso C, Galparsoro I, Vasquez M, Populus J (2013) Report on collation of historic maps. Bathymetry, substrate and habitats – MeshAtlantic Report. Spanish Institute of Oceanography. 98 pp.
- Margules CR, Pressey RL (2000) Systematic conservation planning. *Nature* 405: 243-253.
- McCook LJ, Almany GR, Berumen ML, Day JC, Green AL, Jones GP, Leis JM, Planes S, Russ GR, Sale PF, Thorrold SR (2009) Management under uncertainty: guide-lines for incorporating connectivity into the protection of coral reefs. *Coral Reefs* 28: 353-366.
- McLeod E, Salm R, Green A, Almany J (2009) Designing marine protected area networks to address the impacts of climate change. *Frontiers in Ecology and the Environment* 7: 362-370.
- OSPAR (2007) Background document to support the assessment of whether the OSPAR network of marine protected areas is ecologically coherent. OSPAR Biodiversity Series 320, 54 pp.
- Possingham HP, Wilson KA, Andelman S, Vynne CH (2006) Protected areas: goals, limitations, and design. In: Groom MJ, Meffe GK, Carroll CR (Eds.) *Principles of conservation biology*, 3rd Edition. Sinauer Associates, Sunderland, MA, pp. 509-533.
- Quartau R, Curado F, Bouriak S, Monteiro JH, Pinheiro L (2003) Projecto GEMAS – Localização e distribuição de areias em redor da ilha do Pico (Campanha FAPI2-2002). Relatório Técnico INGMARDEP 16/2003, Dept. Geologia Marinha - INETI, I.P., Lisboa.
- Quartau R, Curado F, Duarte H, Pinto C (2006) Projecto GEMAS – Localização e distribuição de areias em redor da ilha de S. Miguel. Relatório Técnico INGMARDEP 02/2006, Dept. Geologia Marinha - INETI, I.P., Lisboa.
- Ramírez I, Geraldés P, Meirinho A, Amorim P, Paiva V (2008) Áreas Importantes para as Aves Marinhas em Portugal. Projecto LIFE04NAT/PT/000213 – Sociedade Portuguesa para o estudo das Aves. Lisboa. 240 pp.
- Roberts C, Halpern B, Palumbi SR, Warner RR (2001) Designing marine reserve networks: why small isolated protected areas are not enough. *Conservation Biology in Practice* 2(3): 10–17.
- Schmiing M, Diogo H, Santos RS, Afonso P (2014) Assessing hotspots within hotspots to conserve biodiversity and support fisheries management. *Marine Ecology Progress Series* 513:187-199.
- Shanks AL, Grantham BA, Carr M (2003) Propagule dispersal distance and the size and spacing of marine reserves. *Ecological Applications* 13(1): S159-S169.

- Tempera F, Afonso P, Morato T, Santos RS (2002a) Comunidades Biológicas da Envolvente Marinha do Corvo. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta. Arquivos do DOP, Série Relatórios Internos, n.º 1/2002, iv+52 pp.
- Tempera F, Cardigos F, Afonso P, Morato T, Pitta MJ, Gubbay S, Santos RS (2002b) Proposta Técnico-Científica de Gestão da Envolvente Marinha do Corvo. Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta. Arquivos do DOP, Série Relatórios Internos, n.º 2/2001, vi+57 pp.
- Tempera F, Serrão Santos RS (2003) Complement to the Technical-Scientific Management Proposal for the Marine Environment of Corvo Island: Maps and Action Plan (em Português). Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Horta. 25pp.
- Tempera F (2008) Benthic habitats of the extended Faial island shelf and their relationship to geologic, oceanographic and infralittoral biologic features. PhD dissertation, University of St. Andrews, St. Andrews, United Kingdom. Available from <http://research-repository.st-andrews.ac.uk/handle/10023/726>.
- Watts ME, Ball IR, Stewart RS, Klein CJ, Wilson K, Steinback C, Lourival R, Kircher L, Possingham HP (2009) Marxan with Zones: Software for optimal conservation based land- and sea-use zoning. *Environmental Modelling & Software* 24: 1513–1521.
- World Parks Congress (WPC) (2003) Recommendation V.22: Building a global system of marine and coastal protected area networks. Vth IUCN World Parks Congress. IUCN, 8–17 September 2003, Durban, South Africa.

## 6. Anexos

Esta secção apresenta um sumário dos atos e atividades interditas e condicionadas por ilha e por área protegida. Os regulamentos gerais (p. ex. Extração da areia DLR n.º 31/2012/A, Parque Arqueológico, e outros regulamentos de pesca) não estão incluídos, excetuando o Diploma da Biodiversidade. Por vezes os regulamentos dos PNIs adotam regras cuja lógica implica a sua aplicação apenas a atividades terrestres (marcadas com †). Os POOCs integram no seu âmbito também as zonas balneares, que possuem regulamento específico, e que não foram aqui considerados.

### 6.1. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas na Ilha de Santa Maria

#### 6.1.1. Parque Natural da Ilha de Santa Maria (DLR 47/2008/A, de 7 de Novembro, alterado pelo DLR 39/2012/A, de 19 de Setembro)

##### 6.1.1.1. Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas (SMA1)

*Atos e atividades interditas:*

1. A caça submarina, apanha ou colheita de organismos marinhos com ou sem auxílio de embarcação;
2. A perturbação, por qualquer meio, das aves que se acolhem nos ilhéus;
3. O depósito de resíduos;
4. A pesca (com exceção da pesca comercial, com linha de mão ou salto e vara, dirigida a tunídeos, exercida por atuneiros ou embarcações que integrem o sistema de monitorização contínua das atividades da pesca (MONICAP).

*Atos e atividades condicionadas:*

1. Investigação, divulgação científica, monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, conservação da natureza, nomeadamente e entre outros, quanto ao disposto na alínea a) do número anterior;
2. A recolha e posse de elemento ou amostra geológica ou paleontológica, com exceção das ações de monitorização ambiental e sem prejuízo do disposto nos artigos 24.º-A e seguintes;
3. O mergulho com escafandro;
4. Atividades de manutenção e limpeza da área protegida;
5. A alteração da configuração dos fundos marinhos;
6. A realização de eventos culturais e desportivos.

Outras classificações e legislações:

- DLR 14/04/88;
- ZEC Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat da Rede Natura 2000;
- Sítio Ramsar n.º 1804 — Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat;
- Área Marinha Protegida OSPAR n.º O-PT020001 — Banco das Formigas e Recife Dollabarat.

#### 6.1.1.2. Reserva Natural Regional do Ilhéu da Vila (SMA2) (mar e terra)

##### *Atos e atividades interditas:*

1. A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva, com exceção das decorrentes da execução de ações de manutenção e limpeza da área protegida;
2. A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer organismos, sujeitos as medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
3. A introdução de espécies zoológicas e botânicas invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos;
4. O depósito de resíduos;
5. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente;
6. A caça submarina, a apanha ou a colheita de organismos marinhos com ou sem auxílio de embarcação;
7. A pesca, com exceção da pesca de pequenos pelágicos, a qual fica sujeita a parecer vinculativo da Inspeção Regional das Pescas.

##### *Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A acostagem de quaisquer tipos de embarcações, o desembarque e permanência, exceto quando destinadas a operações de salvamento e socorro.

##### *Outras classificações e legislações:*

- ZPE Ilhéu da Vila e Costa Adjacente estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000;
- IBA.

#### 6.1.1.3. Baía de São Lourenço (SMA11)

##### *Atos e atividades interditas:*

1. A recolha e posse de qualquer elemento ou amostra geológica ou paleontológica, com exceção das ações de monitorização ambiental e sem prejuízo do disposto nos Artigos 24.ºA e seguintes;
2. A colheita, captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer organismos sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
3. A extração ou dragagem de areia não regulamentada;
4. A pesca de arrasto, palangre e com redes de emalhar;
5. A introdução de espécies infestantes ou não características das formações e associações naturais existentes;
6. O depósito de resíduos;
7. O lançamento de águas residuais industriais, agrícolas ou de uso doméstico em infração à legislação vigente que se relacione com a sua recolha, tratamento e descarga, bem como o lançamento de efluentes provenientes de lamas, derrames de transportes e outros veículos motorizados;



8. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A apanha de caranguejos e cracas;
2. As escavações, aterros ou alterações de fundos;
3. A apanha de algas para fins industriais;
4. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
5. A instalação de infraestruturas subterrâneas e subaquáticas, bem como as relacionadas com o aproveitamento de energias renováveis;
6. A prática de atividades desportivas motorizadas que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído e de deteriorarem os fatores naturais da área.

6.1.1.4. Área protegida de gestão de recursos da Costa Norte (SMA12)

*Atos e atividades interditas:*

1. A recolha e a posse de qualquer elemento ou amostra geológica ou paleontológica, com exceção das ações de monitorização ambiental e sem prejuízo do disposto nos artigos 24.º -A e seguintes;
2. A colheita, captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer organismos sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
3. A introdução de espécies infestantes ou não características das formações e associações naturais existentes;
4. O depósito de resíduos;
5. O lançamento de águas residuais industriais, agrícolas ou de uso doméstico em infração à legislação vigente que se relacione com a sua recolha, tratamento e descarga, bem como o lançamento de efluentes provenientes de lamas, derrames de transportes e outros veículos motorizados;
6. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A extração ou a dragagem de areia não regulamentada;
2. A apanha de algas para fins industriais;
3. As escavações, os aterros ou as alterações de fundos;
4. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica e de ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental ou de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
5. A instalação de infraestruturas subterrâneas e subaquáticas, bem como as relacionadas com o aproveitamento de energias renováveis;
6. A prática de atividades desportivas motorizadas que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído e de deteriorarem os fatores naturais da área.

#### 6.1.1.5. Área protegida de gestão de recursos da Costa Sul (SMA13)

##### *Atos e atividades interditas:*

1. A recolha e a posse de qualquer elemento ou amostra geológica ou paleontológica, com exceção das ações de monitorização ambiental e sem prejuízo do disposto no artigo 24.º - A e seguintes;
2. A extração ou a dragagem de areia não regulamentada;
3. O depósito de resíduos;
4. A introdução de espécies infestantes ou não características das formações e associações naturais existentes;
5. As ações que provoquem distúrbios à nidificação;
6. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

##### *Atos e atividades condicionadas:*

1. Apanha de algas para fins industriais;
2. As escavações, os aterros ou as alterações de fundos;
3. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica e de ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, ou de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
4. A exploração e a extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos;
5. A prática de atividades desportivas motorizadas que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído e de deteriorarem os fatores naturais da área.

##### Outras classificações e legislações:

- SIC Ponta do Castelo estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000 → passou a ser uma ZEC.

#### **6.1.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (DRR 15/2008/A)**

##### ***Zona A — Terrestre - Áreas de proteção e conservação da natureza***

As áreas de proteção e conservação da natureza integram as áreas seguintes:

- a) Faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com a largura de 50 m;
- b) Áreas abrangidas pela Rede Natura 2000;
- c) Áreas abrangidas pela Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores.

##### *Atos e atividades interditas nas Áreas de proteção e conservação da natureza (Artigo 17.º):*

1. Alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva;
2. Captura ou abate de espécies da fauna selvagem;
3. Corte ou recolha de espécies vegetais autóctones, exceto quando integradas em medidas fitossanitárias justificadas ou que respondam a um plano de gestão específico;

4. Destruição, danificação, recolha ou detenção de ninhos e ovos, mesmo que vazios;
5. Deterioração, perturbação ou destruição dos locais ou das áreas de repouso das espécies protegidas;
6. Introdução de espécies exóticas;
7. Aplicação de efluentes da pecuária ou de lamas;
8. Plantação de espécies não indígenas, nos termos da legislação em vigor;
9. Competições desportivas, designadamente todo -o- -terreno e atividades similares, salvo as devidamente licenciadas;
10. Uso do fogo para gestão de pastagens ou prevenção de incêndios, exceto quando decorrentes das situações previstas na legislação específica em vigor;
11. Ações de limpeza de material vegetal, exceto as estritamente necessárias à correta drenagem dos cursos de água, à proteção das edificações, as decorrentes dos respetivos planos de gestão específicos ou as previstas nas normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais, nos termos da legislação em vigor;
12. Deposição ou lançamento de dragados, sucata, veículos, inertes, detritos, entulhos ou outros resíduos;
13. Recolha de qualquer elemento de valor arqueológico ou geológico;
14. Lançamento de águas residuais industriais, agrícolas ou de uso doméstico em infração à legislação vigente que se relacione com a sua recolha, tratamento e descarga, bem como o lançamento de efluentes provenientes de derrames de transportes e outros veículos motorizados;
15. Acesso aos ilhéus de Maio a Outubro, exceto para ações de monitorização e gestão por parte de entidades de investigação científica, mediante autorização prévia da entidade competente.

#### ***Zona A - Marítima - Áreas de proteção e conservação da natureza***

*Atividades interditas nas áreas de proteção e conservação da natureza na zona A - Marítima: (Artigo 21):*

1. A recolha de amostras geológicas, a extração de substratos de fundos marinhos, a alteração da linha de costa e a construção de esporões;
2. Extração de areias;
3. A deposição de dragados, entulhos, inertes ou resíduos sólidos;
4. O lançamento de efluentes sem tratamento terciário;
5. A utilização de quaisquer armas, substâncias tóxicas ou poluentes, ou de explosivos que possam causar dano, ou perturbar de alguma forma espécimes de espécies da fauna ou da flora.

Relativamente ao disposto no número anterior, excetuam-se a realização de obras e ações de proteção costeira, que se mostrem necessárias, atendendo exclusivamente a condições de risco imediato para a segurança de pessoas e bens, de manutenção das condições de acessibilidade às zonas portuárias, as quais deverão ser precedidas da realização de estudo de impacte ambiental, nos termos da legislação em vigor.

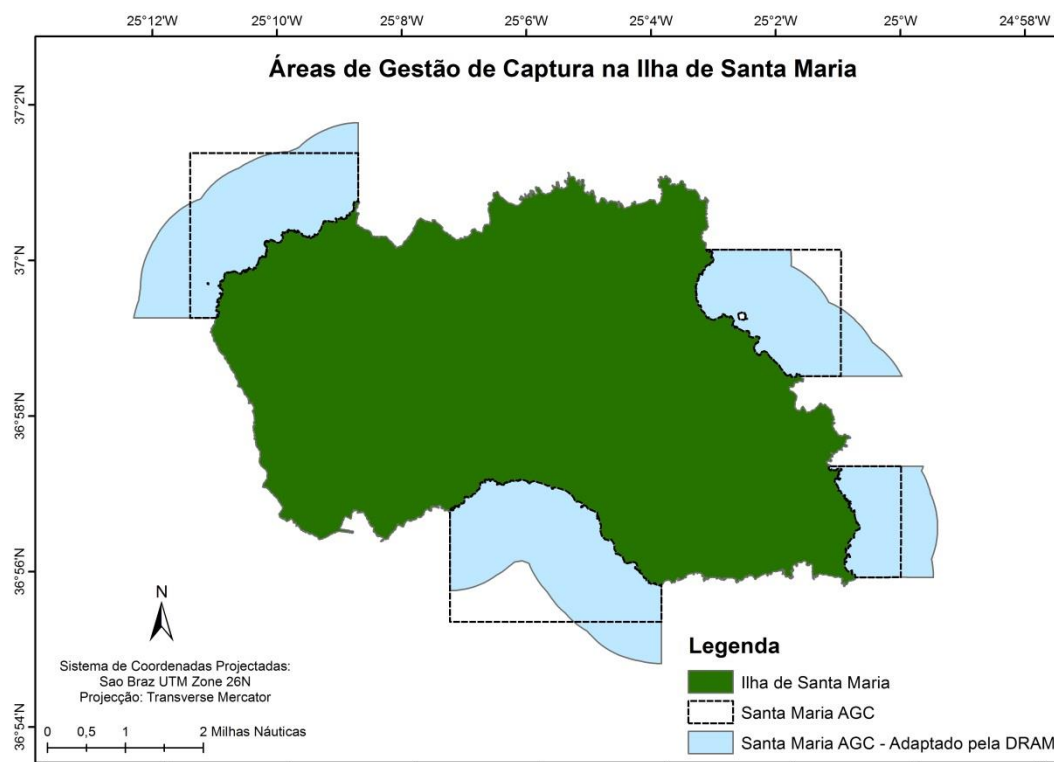
*Atividades interditas nas áreas de proteção e conservação da natureza da zona A - Marítima:*

1. A perturbação, colheita ou danificação da fauna e da flora autóctones ou a afetação dos habitats, exceto a decorrente da pesca comercial ou lúdica;
2. Os trabalhos de investigação científica, ações de monitorização ambiental e dos ecossistemas, bem como ações de conservação da natureza e de salvaguarda dos valores naturais;
3. A criação e cultura de qualquer espécie da fauna ou da flora, exceto quando integradas em ações de conservação da natureza e de investigação científica;
4. A circulação de motos de água ou similares;
5. A realização de provas competitivas;
6. O estabelecimento de culturas marinhas;
7. A realização de dragagens com exceção das necessárias à manutenção das condições de navegabilidade promovidas pela autoridade portuária, previstas num plano anual de dragagens.

**6.1.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)**

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha à exceção dos ilhéus das Formigas.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, Inspeção Regional das Pescas (IRP).



**Figura 6.1:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha de Santa Maria (publicado e adaptado).

#### **6.1.4. Regulamento de uso de Áreas Protegidas na zona marítima da Ilha de Santa Maria**

Portaria n.º 87/2014 de 29 de Dezembro de 2014: Baixa do Ambrósio, Baixa da Maia, Baixa da Pedrinha, Ilhéu da Vila.

*Condicionamentos ao exercício da pesca (Artigo 6.º):*

1. É proibido o exercício da pesca, comercial e lúdica, nas áreas marinhas (...), com exceção da pesca com arte de salto-e-vara para captura de tunídeos e captura de isco vivo.
2. Nenhuma embarcação de pesca pode entrar nas áreas definidas (...) com artes de pesca, a bordo ou no mar, diferentes das artes identificadas no número anterior (1), nem ter pescado a bordo que não seja das espécies de tunídeos ou de isco vivo.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, é permitida a passagem de embarcações de pesca na área do Ilhéu da Vila, apenas entre o Ilhéu da Vila e a costa.
4. A proibição estabelecida no número 1 inclui a pesca e a apanha submarina.
5. As embarcações de pesca que pretendam pescar tunídeos com arte de salto e vara e isco vivo nas áreas definidas nos artigos 2.º a 5.º estão obrigadas a informar previamente a Capitania do Porto de Vila do Porto ou, fora do horário de expediente, a Polícia Marítima, por telefone ou por VHF CH 16/11, no momento da saída do porto, informando a hora prevista do início da atividade.

*Condicionamentos ao exercício de atividades marítimo-turísticas (Artigo 7.º):*

1. Todas as empresas licenciadas para o exercício da atividade marítimo-turística que pretendam efetuar mergulho nas áreas definidas (...), devem contactar a Capitania do Porto de Vila do Porto ou, fora do horário de expediente, a Polícia Marítima, por telefone ou por VHF CH 16/11, no momento da saída do porto, informando a hora prevista do início da atividade.
2. A Capitania do Porto regista a identificação da embarcação e a hora da chamada, informando se já existe algum registo anterior.
3. As embarcações que utilizem as áreas definidas (...) para mergulho turístico podem ter a bordo até um máximo de dez mergulhadores, incluindo guias.
4. Antes de cada mergulho turístico, os operadores marítimo-turísticos devem efetuar uma exposição (*briefing*) onde se salientem as características e as fragilidades das áreas a visitar e a conduta a ser seguida voluntariamente por todos os mergulhadores.
5. Independentemente do número de embarcações e de mergulhadores presentes nas áreas de operação, os mergulhadores de cada embarcação devem permanecer num grupo único e coeso, quando estão dentro de água.
6. A recomendação referida no número anterior aplica-se, em especial, aos mergulhos nas agregações de pelágicos.
7. As indicações mencionadas nos números 4 e 5 aplicam-se a qualquer tipo de mergulho, incluindo o mergulho em apneia.
8. Para efeitos de aperfeiçoamento das regras de gestão e acompanhamento científico das áreas protegidas, as empresas marítimo-turísticas que operem nas áreas referidas (...) devem enviar com periodicidade mínima mensal ao departamento do Governo Regional com competência na área de mar, um relatório com informação sobre todas as saídas a estes locais.

*Condicionamentos à náutica de recreio e mergulho amador (Artigo 9.º):*

1. Após audição da Autoridade Marítima, podem ser colocadas bóias destinadas a amarração de embarcações, nas áreas identificadas (...), caso em que é proibido fundear.
2. O disposto no número anterior aplica-se exclusivamente às embarcações marítimo-turísticas que se destinem a transportar mergulhadores.
3. Nas bóias de amarração, é proibida a permanência, em simultâneo, de mais embarcações do que os locais de amarração oficiais existentes, dentro dos limites das áreas definidas (...), excetuando-se do aqui disposto, as embarcações de apoio ao mergulho técnico.
4. Quando amarradas às bóias, as embarcações devem permanecer com os motores desligados.
5. É obrigatória a manutenção de distância mínima de 50 metros a qualquer embarcação que ostente a Bandeira Alfa do Código Internacional de Sinais, exceto se claramente autorizado pelo skipper ou patrão da embarcação que ostenta a bandeira e apenas nas condições que este indicar.
6. No caso de se registar alguma anomalia com as bóias de amarração, esta deve ser imediatamente comunicada à Autoridade Marítima Nacional e ao Parque Natural da Ilha de Santa Maria.

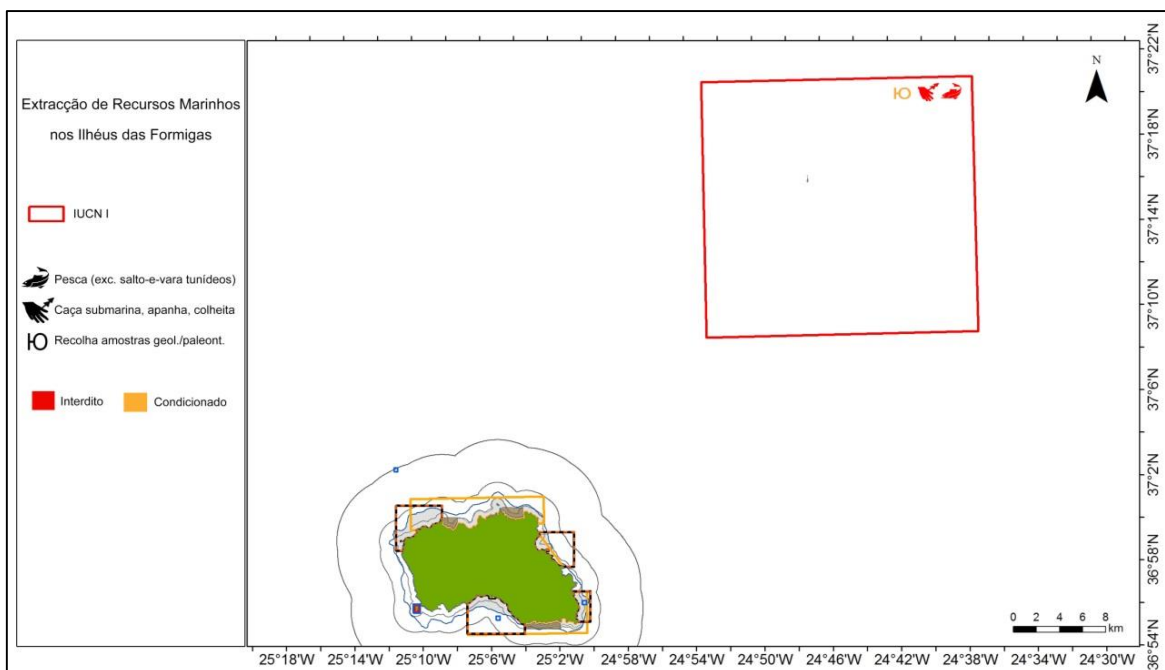
7. No caso de não haver bóias de amarração, apenas podem permanecer, em simultâneo, em cada área classificada um máximo de duas embarcações, devendo a embarcação que chegar mais tarde guardar uma distância superior a 50 metros da embarcação em operações de mergulho.
8. As embarcações apenas podem utilizar cada uma das áreas definidas (...) uma vez por dia e durante um período máximo de uma hora e trinta minutos.

Portaria n.º 87/2014 de 29 de Dezembro de 2014, Artigo 10.º: Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas.

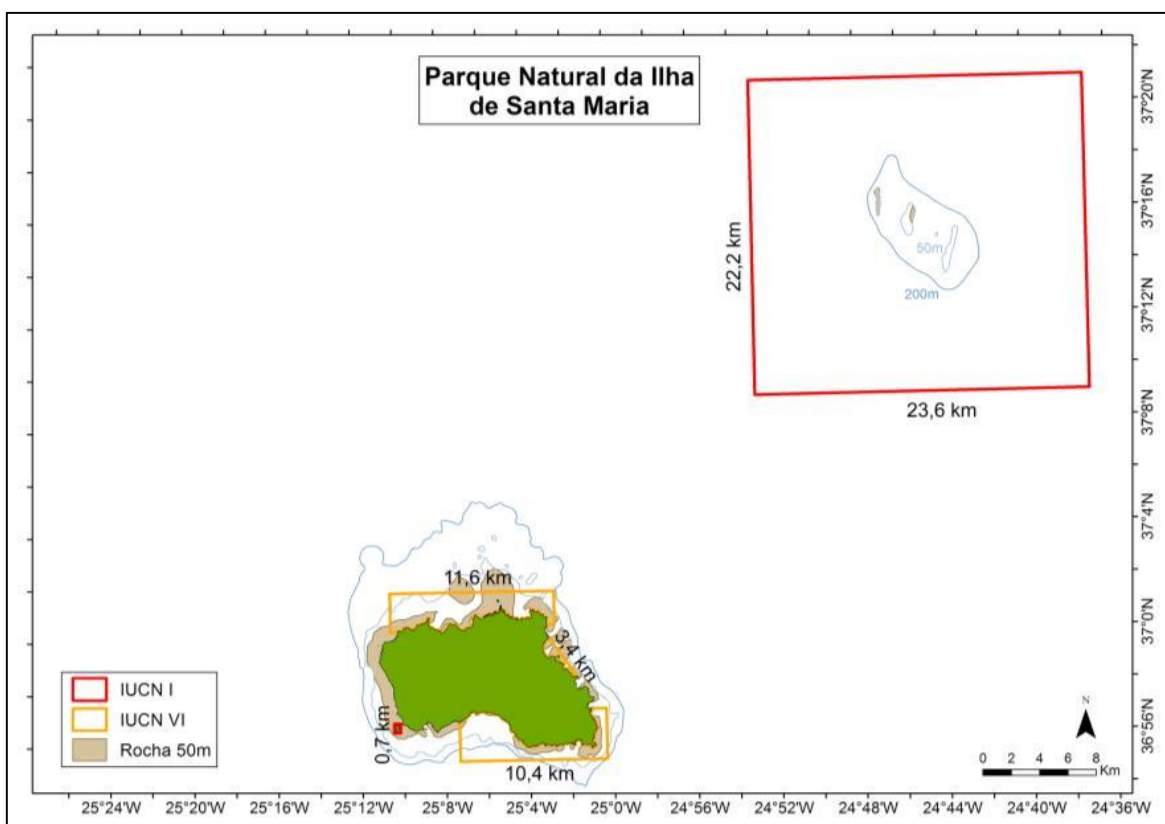
1. Sem prejuízo dos casos previstos na alínea d) do número 3, do artigo 8.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de Novembro, alterado e republicado através do Decreto Legislativo Regional 39/2012/A, de 19 de Setembro, é proibida a presença de embarcações com instrumentos de pesca a bordo na Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas.
2. Nenhuma embarcação pode operar na Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas, com pescado a bordo que não seja das espécies de tunídeos e isco vivo.

Exceções (Artigo 11.º):

1. O disposto nos artigos 6.º a 9.º não se aplica a embarcações envolvidas em operações, de monitorização científica ou captura de espécies para fins científicos devidamente autorizadas pela Autoridade Marítima Nacional, pelo Parque Natural de Santa Maria ou pelo departamento do Governo Regional com competências em Assuntos do Mar e Pescas, quando aplicável.
2. Por forma a agilizar a utilização sustentável das áreas referidas nos artigos 2.º a 5.º (Baixa do Ambrósio, Baixa da Maia, Baixa da Pedrinha, Ilhéu da Vila), pode a Autoridade Marítima Nacional, através de edital do Capitão do Porto, devidamente fundamentado, alterar as regras constantes dos artigos 7.º, 8.º e 9.º presente portaria.
3. Para os efeitos do disposto no ponto anterior, deve a Autoridade Marítima Nacional informar os departamentos do Governo Regional com competências nas áreas do Turismo, Assuntos do Mar, Pescas e respetivas Inspeções Regionais.



**Figura 6.2:** Regulamento das atividades de exploração dos recursos marinhos (vivos e inertes) na Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas (PNI Santa Maria). O regulamento em redor à ilha de Santa Maria não está simbolizado. É proibida a presença de embarcações com instrumentos de pesca a bordo e a operação de embarcações com pescado a bordo (exceto espécies de tunídeos e isco vivo) na Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas.



**Figura 6.3:** Os habitats protegidos nas áreas marinhas do Parque Natural da Ilha de Santa Maria.



## **6.2. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha de São Miguel**

### **6.2.1. Parque Natural da Ilha de São Miguel (DLR 19/2008/A, de 8 de Julho)**

No DLR existem varias referências a pontos dum artigo que não existem (p. ex. 3 h, artigo 17.º), referências que não se aplicam ao mar, referências redundantes e regulamentos duplicados.

A parte marinha dentro da caldeira do ilhéu da Vila Franca do Campo foi considerado de pertencer à *Área protegida de gestão de recursos da Caloura — Ilhéu de Vila Franca do Campo* (ver 3.3.1).

#### **6.2.1.1 Área Protegida de Gestão de Recursos da Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo (SMG19)**

*Atos e atividades interditas:*

1. A introdução de espécies zoológicas e botânicas invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos;
2. O depósito de resíduos;
3. A prática de todo e qualquer tipo de pesca, incluindo a pesca lúdica e a caça submarina;
4. A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da área protegida;
5. A recolha e posse de qualquer elemento ou amostra geológica, com exceção dos destinados à investigação científica ou no âmbito de ações de monitorização ambiental;
6. A prática de campismo;†
7. A instalação de infra -estruturas elétricas e telefónicas, aéreas, subterrâneas e de aproveitamento de energias renováveis;
8. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos;
9. O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância e combate a incêndios, operações de salvamento e trabalhos científicos devidamente autorizados pela entidade competente;
10. A utilização de aparelhagens sonoras;
11. A prática de atividades desportivas motorizadas;
12. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva, com exceção das decorrentes da execução de ações de manutenção e limpeza da área protegida;
2. A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies naturais, vegetais ou animais, sujeitas a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
3. A prática de foguear, incluindo a utilização de grelhadores e similares, e a realização de queimadas;
4. A introdução ou reintrodução de espécies zoológicas e botânicas não referidas na alínea a) do número anterior, bem como a entrada de animais de companhia;

5. A utilização de produtos químicos em operações de gestão e manutenção, nomeadamente de herbicidas e fertilizantes químicos;
6. A pernoita; †
7. A captação e o desvio de águas ou a execução de quaisquer obras hidráulicas;
8. A circulação fora dos trilhos e caminhos estabelecidos, exceto quando necessário para ações científicas e de educação ambiental ou outras atividades de carácter excecional, nomeadamente de manutenção e limpeza da área protegida; †
9. A abertura de novos trilhos e caminhos com interesse para a gestão, fruição ou usufruto da área protegida, bem como a requalificação dos existentes; †
10. A instalação de infra -estruturas de saneamento básico;
11. A alteração da configuração dos fundos marinhos;
12. A acostagem de embarcações no molhe do ilhéu;
13. A realização de eventos culturais e desportivos.
14. A realização de obras de construção civil, designadamente novos edifícios, ampliação, conservação, coleção de dissonâncias, recuperação e reabilitação ou demolição de edificações, exceto quando regulamentadas; †

Outras classificações e legislações:

- SIC da Caloura — ponta da Galera, estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000 → passou a ser uma ZEC;
- Área de especial interesse ambiental da faixa litoral terrestre e marinha do POOC da Costa Sul da Ilha de São Miguel;
- Reserva integral de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Água de Pau/Vila Franca do Campo.

#### 6.2.1.3 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Este (SMG20)

Não existe uma lista com atividades interditas e condicionadas.

Outras classificações e legislações:

- POOC da Costa Sul da Ilha de São Miguel;
- Reserva integral de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Nordeste.

#### 6.2.1.4 Área Protegida de Gestão de Recursos da Ponta do Cintrão – Ponta da Maia (SMG21)

*Atos e atividades interditas:*

1. A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies naturais, vegetais ou animais, sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats; *(a mesma atividade também está condicionada)*

2. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas;
3. As ações antrópicas com impacte ao nível da estabilidade e taxas de erosão das falésias;
4. A navegação com embarcações, salvo quando destinadas a operações de socorro, salvamento ou no âmbito de atividades de investigação científica ou monitorização do estado de qualidade da água.
5. A introdução de espécies zoológicas e botânicas invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos; *(a mesma atividade está condicionada)*
6. O depósito de resíduos;
7. A prática de atividade cinegética;
8. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos; *(a mesma atividade também está condicionada)*
9. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A instalação de parques eólicos, de campos de golfe, de oleodutos, de teleféricos, de elevadores panorâmicos ou estruturas similares; *(duplicado no regulamento!)* †
2. A valorização das linhas de água, incluindo medidas de recuperação, revitalização e estabilização biofísica; *(duplicado no regulamento)*
3. A introdução de espécies zoológicas e botânicas invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos; *(a mesma atividade está interdita)*
4. A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva, com exceção das decorrentes da execução de ações de manutenção e limpeza da área protegida;
5. A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies naturais, vegetais ou animais, sujeitas a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats; *(a mesma atividade também está interdita)*
6. A captação e o desvio de águas ou a execução de quaisquer obras hidráulicas;
7. A circulação fora dos trilhos e caminhos estabelecidos, exceto quando necessário para ações científicas e de educação ambiental ou outras atividades de carácter excecional, nomeadamente de manutenção e limpeza da área protegida; †
8. A abertura de novos trilhos e caminhos com interesse para a gestão, fruição ou usufruto da área protegida, bem como a requalificação dos existentes; †
9. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
10. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos; *(a mesma atividade também está interdita)*

11. A instalação de viveiros, bem como recolha de sementes e de estacas para a reprodução de plantas espontâneas ou naturais. †

O regulamento também refere-se ao ponto h do n.º 3 do Artigo 17º, mas este ponto não existe.

Outras classificações e legislações:

- POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel.
- Reserva integral de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas do Porto Formoso/Baía da Maia.

#### 6.2.1.5 Área Protegida de Gestão de Recursos do Porto das Capelas – Ponta das Calhetas (SMG22)

Não existe uma lista com atividades interditas e condicionadas.

Outras classificações e legislações:

- POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel.

#### 6.2.1.6 Área Protegida de Gestão de Recursos da Ponta da Ferraria – Ponta da Bretanha (SMG23)

*Atos e atividades interditas:*

1. A abertura de novas vias de comunicação ou de acesso; †
2. A instalação de linhas aéreas, nomeadamente elétricas ou telefónicas; †
3. A prática de atividades desportivas, nomeadamente o desporto motorizado motocross e os raids de veículos de todo o terreno; †
4. O acesso ao cone litoral/pseudo cratera existente na fajã lávica. †
5. A colheita, corte, abate, captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer espécies naturais vegetais ou animais em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus habitats, com exceção das ações de natureza científica;
6. O depósito de resíduos;
7. A prática de campismo; †
8. A recolha e posse de qualquer elemento ou amostra geológica, com exceção dos destinados à investigação científica ou no âmbito de ações de monitorização ambiental;
9. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.
10. A exploração de recursos geológicos e a alteração da morfologia do terreno, nomeadamente através de escavações, aterros e depósitos de resíduos.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de eventos culturais;
2. O combate, por qualquer modo, a espécies infestantes e pragas;

3. A realização de ações de reabilitação paisagística, geomorfológica e ecológica, incluindo aquelas que visem a redução de passivos e a minimização de impactes ambientais associados a zonas de extração de inertes abandonadas e não recuperadas;
4. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
5. A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da área protegida;
6. A abertura de novos trilhos e caminhos com interesse para a gestão, fruição ou usufruto da área protegida, bem como a requalificação dos existentes; †
7. A alteração do coberto vegetal através da realização de cortes rasos de povoamentos florestais, pelo corte de vegetação arbórea ou arbustiva destinada a ações de limpeza ou pela destruição das compartimentações existentes de sebes vivas; †
8. A abertura de novos locais de estacionamento; †
9. Os atos e atividades necessários à preservação, valorização e ordenamento da área protegida.
10. A introdução ou reintrodução de espécies zoológicas e botânicas não referidas na alínea a) do número anterior, bem como a entrada de animais de companhia;
11. A captação e o desvio de águas ou a execução de quaisquer obras hidráulicas;
12. A circulação fora dos trilhos e caminhos estabelecidos, exceto quando necessário para ações científicas e de educação ambiental ou outras atividades de carácter excecional, nomeadamente de manutenção e limpeza da área protegida;†
13. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos;
14. A valorização de linhas de água, incluindo medidas de recuperação, revitalização e estabilização biofísica;
15. A instalação de parques eólicos, de campos de golfe, de oleodutos, de teleféricos, de elevadores panorâmicos ou estruturas similares; *(duplicada no regulamento)* †
16. A instalação de viveiros, bem como recolha de sementes e de estacas para a reprodução de plantas espontâneas ou naturais; *(duplicada no regulamento)* †
17. A introdução de espécies zoológicas e botânicas invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos.

O regulamento também refere-se ao ponto h) do n.º 3 do Artigo 17º, mas este ponto não existe.

Outras classificações e legislações:

- Monumento Natural do Pico das Camarinhas — Ponta da Ferraria referido no artigo 13.º
- Áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies da ponta do Escalvado e da Ferraria referidas, respetivamente, nos artigos 21.º e 24.º
- Áreas de proteção do meio marinho definidas como espaço marítimo correspondendo ao troço entre a ponta da Ferraria e a ponta da Bretanha da área de intervenção do POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel.

## **6.2.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**

### **6.2.2.1 POOC da Costa Sul São Miguel (DRR 29/2007/A)**

#### ***Área de intervenção do POOC***

*Atos e atividades condicionadas na área de intervenção do POOC (Artigo 8.º):*

1. A realização de obras de construção, de reconstrução e de ampliação;
2. A abertura de novos acessos viários e caminhos pedonais;
3. A abertura de novos acessos viários pavimentados, com exceção dos localizados no solo urbano nas condições e nos termos das disposições dos respetivos PMOT ou dos que resultem de novas acessibilidades regionais;
4. A abertura de novos acessos viários, com exceção dos destinados ao uso exclusivo agrícola e florestal os quais serão regularizados, devidamente sinalizados e preferencialmente perpendiculares à linha de costa;
5. A realização de eventos turístico-culturais ou turístico-desportivos, sem prévia autorização das entidades competentes;
6. A instalação de tendas ou equipamentos móveis em locais públicos, sem prévio licenciamento;
7. A instalação de novas explorações de inertes, sem prévio parecer de localização da entidade com competência em matéria de ordenamento do território;
8. A alteração da morfologia do terreno onde existem cavidades vulcânicas inventariadas, sem prévio parecer da entidade com competências em matéria de ambiente.

*Atos e atividades interditas na área de intervenção do POOC (Artigo 8.º):*

1. A prática de campismo fora dos locais destinados a esse efeito;
2. O depósito de resíduos sólidos, de entulhos, de sucatas, de lixeiras bem como de aterros sanitários;
3. O depósito de materiais de construção e de produtos tóxicos ou perigosos;
4. A instalação de indústrias, salvo quando se localizem em áreas edificadas nos termos e nas condições da legislação específica aplicável;
5. A descarga de efluentes de origem doméstica ou industrial não tratados;
6. A extração de materiais inertes na faixa marítima de proteção, quando não se trate de dragagens necessárias à conservação das condições de escoamento dos cursos de água e das zonas húmidas e à manutenção de áreas portuárias e respetivos canais de acesso designadamente nas áreas adjacentes às infra -estruturas portuárias.

Os acessos na área de intervenção podem ser temporário ou definitivamente condicionados em qualquer das seguintes situações:

1. Acesso a áreas que têm como objetivo defender ecossistemas e valores naturais de especial sensibilidade;
2. Acessos associados ao uso balnear de uso suspenso em função dos resultados da monitorização da qualidade da água;
3. Acessos a áreas instáveis que coloquem em risco a segurança das pessoas.

### ***Zona A (inclusivo a faixa marítima de proteção até a batimétrica de -30 m)***

*Atos e atividades condicionadas na zona A (Artigo 12.º):*

1. Abertura de novos acessos viários, bem como ampliação dos existentes sobre as margens das águas do mar, salvo os previstos no presente Regulamento nomeadamente nos planos das zonas balnear;
2. As atividades desportivas, designadamente todo--o -terreno e atividades similares, salvo as devidamente licenciadas;
3. A alteração da morfologia do solo ou da cobertura vegetal, com exceção das situações decorrentes do regime de usos estabelecido neste título;
4. A circulação com qualquer veículo fora das estradas e caminhos existentes, com exceção dos veículos utilizados em atividades agrícolas ou florestais, ações de socorro, fiscalização, vigilância, combate a incêndios, decorrentes de intervenção de reabilitação paisagística e ecológica e de limpeza de zonas balneares;
5. A construção, reconstrução ou ampliação de quaisquer edificações ou infra -estruturas ou de novas instalações no domínio hídrico, salvo nas situações decorrentes do regime de usos estabelecido neste título.

*Atos e atividades interditas na zona A:*

1. Novas explorações de Inertes.

### ***Áreas de especial interesse ambiental***

*A) Atividades interditas nas Áreas de especial interesse ambiental (Artigo 29.º):*

1. Captura ou abate de espécies da fauna silvestre;
2. Corte ou recolha de espécies vegetais autóctones, exceto quando integradas em medidas fitossanitárias justificadas ou que respondam a um plano de gestão específico;
3. Destruição, danificação, recolha ou detenção de ninhos e ovos, mesmo que vazios;
4. Deterioração, perturbação ou destruição dos locais ou das áreas de repouso das espécies protegidas;
5. Introdução de espécies exóticas;
6. Alteração do relevo ou da cobertura vegetal, exceto quando autorizadas pela entidade competente;
7. Aplicação de efluentes da pecuária ou de lamas;
8. Plantação de espécies não indígenas, nos termos da legislação em vigor;
9. Competições desportivas;
10. Uso do fogo para gestão de pastagens ou prevenção de incêndios, exceto quando decorrentes das situações previstas na legislação específica em vigor;
11. Ações de limpeza de material vegetal, exceto as estritamente necessárias à correta drenagem dos cursos de água, à proteção das edificações, as decorrentes dos respetivos planos de gestão específicos ou as previstas nas normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais, nos termos da legislação em vigor;
12. Caça submarina;
13. Criação de novas zonas balneares, de acordo com o estipulado no n.º 6 do artigo 16.º do presente Regulamento.

B) A instalação de novas linhas aéreas de transporte de energia e de comunicações à superfície do solo nestas áreas fica condicionada à autorização ou licenciamento pela entidade competente, a qual deverá garantir que é assegurada a integração paisagística e a minimização de impactes ambientais.

C) Nas áreas de especial interesse ambiental é interdita a abertura de novos acessos viários, nos termos do artigo 12.º

D) Nas áreas de especial interesse ambiental não são permitidas novas construções, sendo apenas admitidas obras de reconstrução e de conservação do edificado existente nos termos dos artigos 9.º e 13.º

E) Excetuam-se do disposto no número anterior:

- a) A instalação de equipamento de suporte à divulgação e sensibilização dos ecossistemas naturais;
- b) A instalação de painéis informativos e de divulgação do património natural;
- c) A construção de trilhos ou acessos pedonais não consolidados.

#### 6.2.2.2 POOC da Costa Norte São Miguel (DRR 6/2005/A)

##### ***Área de intervenção do POOC***

*Atos e atividades interditas na área de intervenção do POOC (Artigo 10.º):*

- 1. A descarga de efluentes, com exceção das situações previstas nos n.º 2 e 3 do artigo 25.º;
- 2. A instalação de indústrias fora das áreas urbanas, com exceção das áreas de pequena indústria e armazéns, cuja delimitação será definida em plano de urbanização;
- 3. A abertura de novos acessos às praias, não previstos no Plano.

*Atos e atividades condicionadas na área de condicionadas do POOC (Artigo 10.º):*

- 1. A extração de materiais inertes fora das zonas licenciadas;
- 2. O depósito de entulhos, sucata, produtos tóxicos ou perigosos, bem como resíduos de origem doméstica, industrial ou agro-pecuária;
- 3. A instalação de aterros sanitários;
- 4. Instalação de exutores submarinos;
- 5. Instalação de tendas ou de equipamentos móveis com fins comerciais por períodos seguidos ou interpolados superiores a 30 dias por ano;
- 6. Consolidação das arribas para salvaguarda da segurança de pessoas e bens ou para proteção de valores naturais e culturais;
- 7. Realização de obras tendentes à estabilização ou recuperação das praias;
- 8. Realização de obras de desobstrução e conservação de linhas de água;
- 9. Instalação de condutas para aquicultura ou estabelecimentos conexos, desde que no licenciamento tenham sido fixados os parâmetros de qualidade dos respetivos efluentes;
- 10. Obras para construção de infra-estruturas marítimas.



### **Áreas de proteção do meio marinho (Artigo 33.º)**

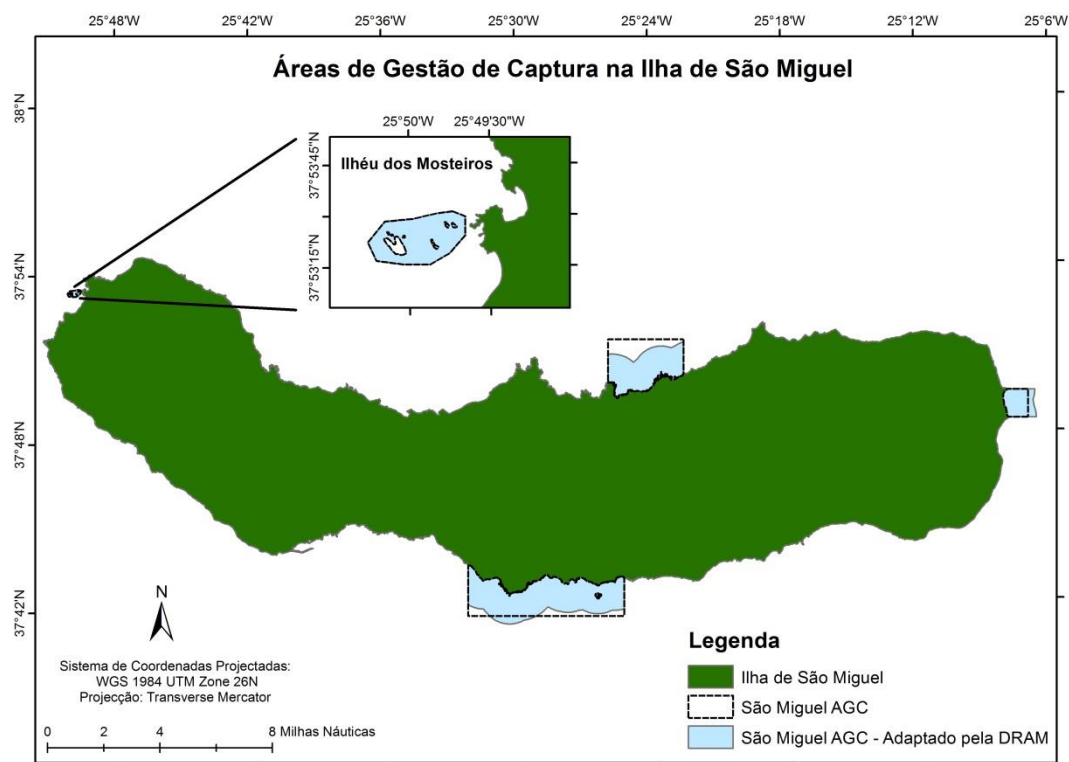
*Atos e atividades interditas na Áreas de proteção do meio marinho (Artigo 33.º):*

1. a) Aquicultura;
2. b) Lançamento de efluentes não tratados;
3. c) Caça submarina e apanha de algas.

#### **6.2.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)**

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.4:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha de São Miguel (publicado e adaptado).

## **6.3. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha da Terceira**

### **6.3.1. Parque Natural da Ilha da Terceira (DLR 11/2011/A, de 20 de Abril)**

#### **6.3.1.1 Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos das Quatro Ribeiras (TER15)**

##### *Atos e atividades interditas:*

- 1) A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
- 2) O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais não tratadas;
- 3) A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente algas e animais alóctones com potencial invasor;
- 4) A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

##### *Atos e atividades condicionadas:*

- 1) A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
- 2) A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
- 3) A instalação de infra-estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
- 4) A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações, que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

##### *Outras classificações e legislações:*

- ZEC da Costa das Quatro Ribeiras (PTTER0018) estabelecido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- POOC da Ilha Terceira;
- Área importante para as aves (IBA).

#### **6.3.1.2 Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos da Costa das Contendas (TER16)**

##### *Atos e atividades interditas:*

- 1) A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
- 2) O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais não tratadas;

- 3) A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente algas e animais alóctones com potencial invasor;
- 4) A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

- 1) A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
- 2) A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
- 3) A instalação de infra -estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
- 4) A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações, que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

*Outras classificações e legislações:*

- ZPE da Ponta das Contendas (PTZPE0031) estabelecido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- POOC da Ilha Terceira;
- Área importante para as aves (IBA).

6.3.1.3 Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos dos Ilhéus das Cabras (TER17)

*Atos e atividades interditas:*

- 1) A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
- 2) O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais não tratadas;
- 3) A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente algas e animais alóctones com potencial invasor;
- 4) A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

- 1) A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
- 2) A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
- 3) A instalação de infra -estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;

- 4) A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações, que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

Outras classificações e legislações:

- ZPE dos ilhéus das Cabras (PTZPE0032) estabelecido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- POOC da Ilha Terceira;
- Área importante para as aves (IBA).

#### 6.3.1.4 Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos das Cinco Ribeiras (TER18)

*Atos e atividades interditas:*

- 1) A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
- 2) O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais não tratadas;
- 3) A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente algas e animais alóctones com potencial invasor;
- 4) A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

- 1) A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
- 2) A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
- 3) A instalação de infra-estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
- 4) A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações, que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

Outras classificações e legislações:

- Área importante para as aves (IBA).

#### 6.3.1.5 Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos da Baixa da Vila Nova (TER19)

##### *Atos e atividades interditas:*

- 1) A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
- 2) O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais não tratadas;
- 3) A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente algas e animais alóctones com potencial invasor;
- 4) A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

##### *Atos e atividades condicionadas:*

- 1) A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
- 2) A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
- 3) A instalação de infra-estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
- 4) A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações, que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

##### *Outras classificações e legislações:*

- Área importante para as aves (IBA).

#### 6.3.1.6 Área Marinha Protegida de Gestão de Recursos do Monte Brasil (TER20)

##### *Atos e atividades interditas:*

- 1) A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
- 2) O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais não tratadas;
- 3) A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente algas e animais alóctones com potencial invasor;
- 4) A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

- 1) A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
- 2) A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
- 3) A instalação de infra -estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
- 4) A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações, que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

### **6.3.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (DRR 1/2005/A)**

#### ***Área de intervenção do POOC***

*Atos e atividades interditos ou condicionados na Área de intervenção do POOC (Artigo 8.º):\**

- 1) A prática de campismo fora dos locais destinados a esse efeito;
- 2) O depósito de lixo e de sucatas, lixeiras e nitreiras;
- 3) O depósito de materiais de construção e de produtos tóxicos ou perigosos;
- 4) A instalação de aterros sanitários;
- 5) A instalação de indústrias, salvo quando se localizem em áreas de uso preferencial urbano ou industrial e cumpram a legislação aplicável;
- 6) A extração de materiais inertes, quando não se trate de dragagens necessárias à conservação das condições de escoamento dos cursos de água e das zonas húmidas e à manutenção de áreas portuárias e respetivos canais de acesso, designadamente do porto da Praia da Vitória;
- 7) As explorações de inertes licenciadas nos termos da lei ficam sujeitas ao cumprimento das disposições legais vigentes, designadamente de requalificação e integração paisagística segundo o plano de lavra aprovado, o qual deverá ter em consideração a estabilidade geotécnica do local;
- 8) Fora das áreas de uso urbano ou industrial não é permitida a abertura de novos acessos viários, para além dos identificados na planta de síntese ou que venham a ser definidos nos PMOT, com exceção daqueles destinados ao uso exclusivo agrícola e florestal, os quais serão não regularizados e devidamente sinalizados.

*\*Nota: Incongruência detetada - o regulamento não define se as atividades estão afinal interditas ou condicionadas.*

Os acessos na área de intervenção podem ser temporários ou definitivamente *condicionados* em qualquer das seguintes situações:

- 1) Acesso a áreas que têm como objetivo defender ecossistemas e valores naturais de especial sensibilidade;

- 2) Acessos associados ao uso balnear de uso suspenso em função dos resultados da monitorização da qualidade da água;
- 3) Acessos a áreas instáveis que coloquem em risco a segurança das pessoas.

### ***Áreas de especial interesse ambiental***

*Atividades interditas nas Áreas de especial interesse ambiental (Artigo 29.º):*

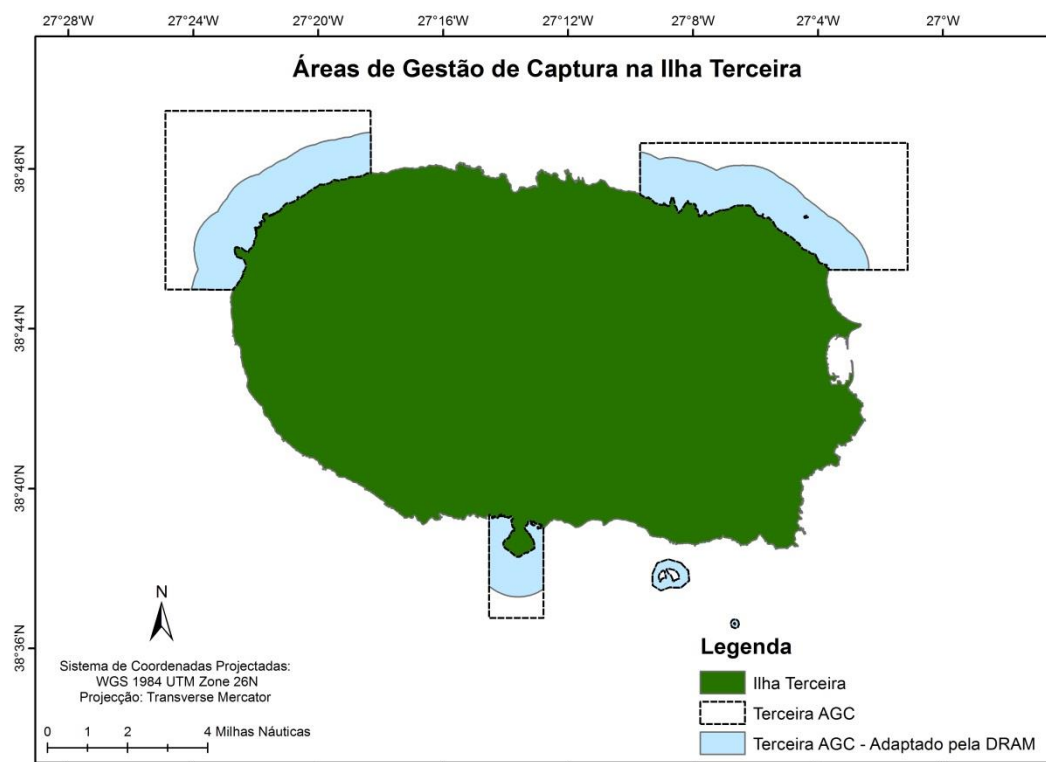
- 1) Captura ou abate de espécies da fauna silvestre;
- 2) Corte ou recolha de espécies vegetais protegidas;
- 3) Destruição, danificação, recolha ou detenção de ninhos e ovos, mesmo que vazios;
- 4) Deterioração ou destruição dos locais ou das áreas de repouso das espécies protegidas;
- 5) Introdução de espécies exóticas;
- 6) Alteração da cobertura vegetal, exceto quando autorizadas pela entidade competente.

A instalação de novas linhas aéreas de transporte de energia e de comunicações à superfície do solo nestas áreas fica *condicionada* à autorização ou licenciamento pela entidade competente, a qual deverá garantir que é assegurada a integração paisagística e a minimização de impactes ambientais.

### **6.3.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)**

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.5:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha da Terceira (publicado e adaptado).

## 6.4. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha da Graciosa

### 6.4.1. Parque Natural da Ilha da Graciosa (DLR 45/2008/A, de 5 de Novembro)

#### 6.4.1.1 Reserva Natural do Ilhéu de Baixo (GRA01) (mar e terra)

*Atos e atividades interditas:*

1. A colheita, captura, abate ou a detenção de organismos sujeitos a medidas de proteção, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
2. A introdução de espécies invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos;
3. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. O exercício da atividade de pesca em regime não ordenado;
3. O combate, por qualquer modo, a espécies infestantes e pragas;
4. A acostagem de quaisquer tipos de embarcações, o desembarque e permanência, exceto quando destinadas a operações de salvamento e socorro ou para a apanha lúdica de cracas.



Outras Classificações e legislações:

- SIC do ilhéu de Baixo — Restinga (→ passou a ser uma ZEC) e a ZPE do ilhéu de Baixo estabelecido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

#### 6.4.1.2 Reserva Natural do Ilhéu da Praia (GRA02) (mar e terra)

*Atos e atividades interditas:*

1. A prática de campismo;
2. A colheita, captura, abate ou a detenção de organismos sujeitos a medidas de proteção, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
3. Introdução de espécies invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos;
4. A realização de quaisquer atividade que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. O exercício da atividade de pesca em regime não ordenado;
3. O combate, por qualquer modo, a espécies infestantes e pragas;
4. A acostagem de quaisquer tipos de embarcações, o desembarque e permanência, exceto quando destinadas a operações de salvamento e socorro ou para a apanha lúdica de cracas;
5. Fundear.

Outras classificações:

- ZPE ilhéu da Praia estabelecido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

#### 6.4.1.3 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Sudeste (GRA07)

*Atos e atividades interditas:*

1. O depósito de resíduos;
2. A acostagem de quaisquer tipos de embarcações e o desembarque, exceto quando destinada a operações de salvamento e socorro;
3. A prática de todo e qualquer tipo de pesca, incluindo a pesca lúdica e a caça submarina;
4. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e da realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas;

5. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos;
6. A prática de atividades desportivas motorizadas fora da rede regional ou municipal de vias públicas de comunicação terrestre, que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área; †
7. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. O mergulho com escafandro;
2. A alteração da configuração dos fundos marinhos;
3. A realização de eventos culturais e desportivos.

*Outras classificações:*

- SIC ilhéu de Baixo — Restinga estabelecido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000 → passou a ser uma ZEC;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Baía do Carapacho / Ponta do Feliciano. (Nota: incongruência na Portaria n.º 1/2014 – nomes das áreas na costa norte e sul trocados).

#### 6.4.1.4 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Noroeste (GRA08)

*Atos e atividades interditas:*

1. O depósito de resíduos;
2. A acostagem de quaisquer tipos de embarcações e o desembarque, exceto quando destinada a operações de salvamento e socorro;
3. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e da realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas;
4. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos;
5. A prática de atividades desportivas motorizadas fora da rede regional ou municipal de vias públicas de comunicação terrestre, que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área; †
6. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente;
7. A utilização de quaisquer tipos de redes.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. O mergulho com escafandro;
2. A alteração da configuração dos fundos marinhos;
3. A realização de eventos culturais e desportivos.

Outras classificações e legislações:

- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas da Baía da Vitória / Baía das Diagaves. (Nota: incongruência na Portaria n.º 1/2014 – nomes das áreas na costa norte e sul trocados).

#### **6.4.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**

##### ***Zona A — Terrestre - Áreas de proteção e conservação da natureza***

As áreas de proteção e conservação da natureza integram as áreas seguintes:

- a) Faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com a largura de 50 m;
- b) Áreas abrangidas pela Rede Natura 2000;
- c) Áreas abrangidas pela Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores.

*Atos e atividades interditas nas Áreas de proteção e conservação da natureza (Artigo 17.º):*

1. Alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva;
2. Captura ou abate de espécies da fauna selvagem;
3. Corte ou recolha de espécies vegetais autóctones, exceto quando integradas em medidas fitossanitárias justificadas ou que respondam a um plano de gestão específico;
4. Destruição, danificação, recolha ou detenção de ninhos e ovos, mesmo que vazios;
5. Deterioração, perturbação ou destruição dos locais ou das áreas de repouso das espécies protegidas;
6. Introdução de espécies exóticas;
7. Aplicação de efluentes da pecuária ou de lamas;
8. Plantação de espécies não indígenas, nos termos da legislação em vigor;
9. Competições desportivas, designadamente todo -o- terreno e atividades similares, salvo as devidamente licenciadas;
10. Uso do fogo para gestão de pastagens ou prevenção de incêndios, exceto quando decorrentes das situações previstas na legislação específica em vigor;
11. Ações de limpeza de material vegetal, exceto as estritamente necessárias à correta drenagem dos cursos de água, à proteção das edificações, as decorrentes dos respetivos planos de gestão específicos ou as previstas nas normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais, nos termos da legislação em vigor;
12. Deposição ou lançamento de dragados, sucata, veículos, inertes, detritos, entulhos ou outros resíduos;
13. Recolha de qualquer elemento de valor arqueológico ou geológico;
14. Lançamento de águas residuais industriais, agrícolas ou de uso doméstico em infração à legislação vigente que se relacione com a sua recolha, tratamento e descarga, bem como o lançamento de efluentes provenientes de derrames de transportes e outros veículos motorizados;
15. Acesso aos ilhéus de Maio a Outubro, exceto para ações de monitorização e gestão por parte de entidades de investigação científica, mediante autorização prévia da entidade competente.

### ***Zona A — Marítima -Áreas de proteção e conservação da natureza***

*Atividades interditas nas áreas de proteção e conservação da natureza na zona A - Marítima (Artigo 21.º):*

1. A recolha de amostras geológicas, a extração de substratos de fundos marinhos, a alteração da linha de costa e a construção de esporões;
2. A extração de areias;
3. A deposição de dragados, entulhos, inertes ou resíduos sólidos;
4. O lançamento de efluentes sem tratamento terciário;
5. A utilização de quaisquer armas, substâncias tóxicas ou poluentes, ou de explosivos que possam causar dano ou perturbar de alguma forma espécimes de espécies da fauna ou da flora.

Relativamente ao disposto no número anterior, excetuam -se a realização de obras e ações de proteção costeira, que se mostrem necessárias, atendendo exclusivamente a condições de risco imediato para a segurança de pessoas e bens, de manutenção das condições de acessibilidade às zonas portuárias, as quais deverão ser precedidas da realização de estudo de impacte ambiental, nos termos da legislação em vigor.

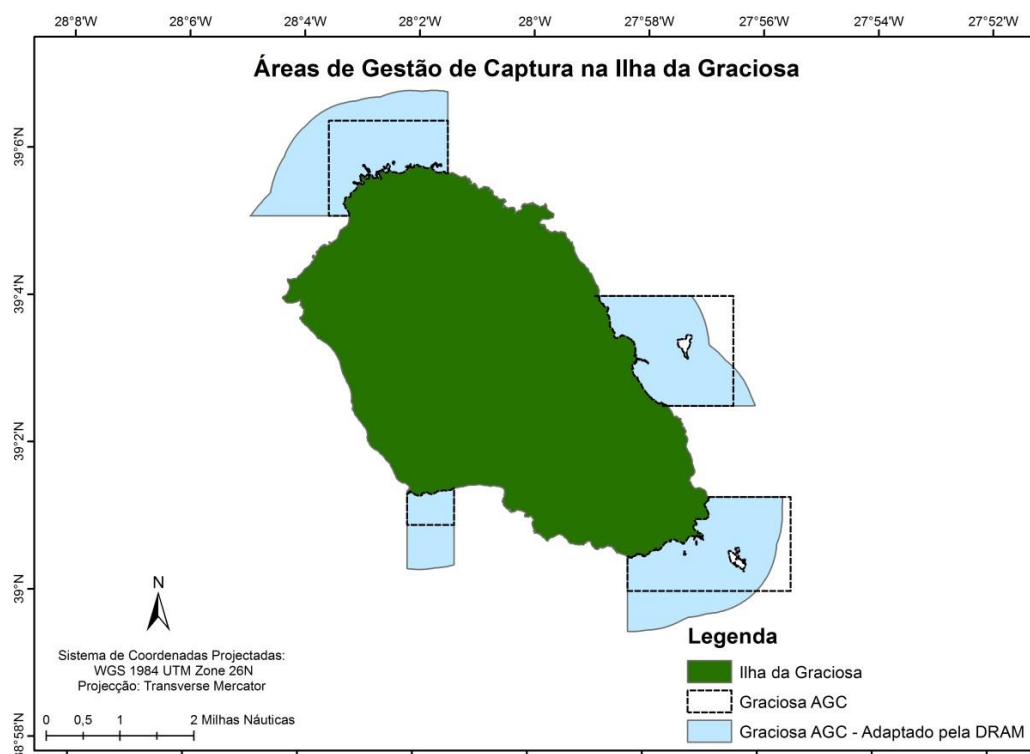
*Atividades condicionadas nas áreas de proteção e conservação da natureza na zona A - Marítima:*

1. A perturbação, colheita ou danificação da fauna e da flora autóctones ou a afetação dos habitats, exceto a decorrente da pesca comercial ou lúdica;
2. Os trabalhos de investigação científica, ações de monitorização ambiental e dos ecossistemas, bem como ações de conservação da natureza e de salvaguarda dos valores naturais;
3. A criação e cultura de qualquer espécie da fauna ou da flora, exceto quando integradas em ações de conservação da natureza e de investigação científica;
4. A circulação de motos de água ou similares;
5. A realização de provas competitivas;
6. O estabelecimento de culturas marinhas;
7. A realização de dragagens com exceção das necessárias à manutenção das condições de navegabilidade promovidas pela autoridade portuária, previstas num plano anual de dragagens.

#### **6.4.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)**

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.6:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha da Graciosa (publicado e adaptado).

## 6.5. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha de São Jorge

### 6.5.1. Parque Natural da Ilha de São Jorge (DLR 10/2011/A, de 28 de Março)

#### 6.5.1.1 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Oeste (SJO10)

*Atos e atividades interditas:*

1. A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
2. O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais;
3. A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais alóctones com potencial invasor;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;

2. A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
3. A instalação de infra -estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
4. A instalação de condutas e cabos de qualquer natureza;
5. A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

Outras classificações e legislações:

- ZEC Ponta dos Rosais (PTJOR0013) estabelecido no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e o regime decorrente do POOC de São Jorge.

#### 6.5.1.2 Área Protegida de Gestão de Recursos de Entre Morros (SJO11)

*Atos e atividades interditas:*

1. A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
2. O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais;
3. A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais alóctones com potencial invasor;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
3. A instalação de infra -estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
4. A instalação de condutas e cabos de qualquer natureza;
5. A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

Outras classificações e legislações:

- POOC de São Jorge.

#### 6.5.1.3 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa das Fajãs (SJO12)

##### *Atos e atividades interditas:*

1. A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
2. O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais;
3. A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais alóctones com potencial invasor;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

##### *Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
3. A instalação de infra-estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
4. A instalação de condutas e cabos de qualquer natureza;
5. A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

##### *Outras classificações e legislações:*

- A ZEC Costa NE e Ponta do Topo (PTSJO0014) estabelecido pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- POOC de São Jorge.

#### 6.5.1.4 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Nordeste (SJO13)

##### *Atos e atividades interditas:*

1. A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
2. O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais;
3. A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais alóctones com potencial invasor;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
3. A instalação de infra-estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
4. A instalação de condutas e cabos de qualquer natureza;
5. A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente.

*Outras classificações e legislações:*

- A ZEC Costa NE e Ponta do Topo (PTSJO0014) estabelecido no Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- POOC de São Jorge.

### **6.5.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**

A faixa marítima do POOC de São Jorge tem como limite máximo uma meia milha marítima da costa, ao contrário de todos os outros POOCs que vão até batimétrica dos -30m.

#### ***Área de intervenção do POOC***

*Atos e atividades interditos ou condicionados na área de intervenção do POOC (Artigo 8-º):\**

1. A prática de campismo fora dos locais destinados a esse efeito;
2. O depósito de lixo e de sucatas, lixeiras e nitreiras;
3. O depósito de materiais de construção e de produtos tóxicos ou perigosos;
4. A instalação de novos aterros sanitários;
5. A instalação de indústrias, salvo quando se localizem em áreas de uso preferencial urbano ou industrial e cumpram a legislação aplicável;
6. A extração de materiais inertes, quando não se trate de dragagens necessárias à conservação das condições de escoamento dos cursos de água e das zonas húmidas e à manutenção de áreas portuárias e respetivos canais de acesso;
7. As explorações de inertes licenciadas nos termos da lei ficam sujeitas ao cumprimento das disposições legais vigentes, designadamente de requalificação e integração paisagística segundo o plano de lavra aprovado, passando a ser obrigatória a apresentação anual de dados técnicos que garantam a estabilidade geotécnica do local;
8. Fora das áreas de uso urbano, a abertura de novos acessos viários, para além dos identificados na planta de síntese ou que venham a ser definidos nos PMOT ou em planos de emergência da proteção civil, bem como a ampliação dos existentes sobre as margens das águas do mar, com exceção daqueles destinados ao uso exclusivo agrícola e florestal, os quais serão não regularizados e devidamente sinalizados, está condicionada a decisão



- do membro do Governo Regional com competência em matéria de ambiente e a parecer prévio vinculativo do Laboratório Regional de Engenharia Civil, quando negativo;
9. As atividades desportivas, designadamente todo-o-terreno e atividades similares, salvo as devidamente licenciadas;
  10. A alteração da morfologia do solo ou da cobertura vegetal, com exceção das situações previstas no Regulamento;
  11. A circulação com qualquer veículo fora das estradas e caminhos existentes, com exceção dos veículos utilizados em atividades agrícolas ou florestais, ações de socorro, fiscalização, vigilância, combate a incêndios, decorrentes de intervenção de reabilitação paisagística e ecológica e de limpeza de zonas balneares;
  12. A construção, reconstrução ou ampliação de quaisquer edificações ou infra - estruturas ou de novas instalações no domínio hídrico, salvo nos casos previstos no Regulamento.

\*Nota: Incongruência detetada - o regulamento não define se as atividades estão afinal interditas ou condicionadas.

Os acessos na área de intervenção podem ser temporários ou definitivamente condicionados em qualquer das seguintes situações:

1. Acesso a áreas que têm como objetivo defender ecossistemas e valores naturais de especial sensibilidade;
2. Acessos associados ao uso balnear de uso suspenso em função dos resultados da monitorização da qualidade da água;
3. Acessos a áreas instáveis que coloquem em risco a segurança das pessoas.

### ***Áreas de especial interesse ambiental***

*Atividades interditas nas Áreas de especial interesse ambiental:*

1. Captura ou abate de espécies da fauna silvestre;
2. Corte ou recolha de espécies vegetais protegidas;
3. Destruição, danificação, recolha ou detenção de ninhos e ovos, mesmo que vazios;
4. Deterioração ou destruição dos locais ou das áreas de repouso das espécies protegidas;
5. Introdução de espécies exóticas;
6. Alteração da cobertura vegetal, exceto quando autorizadas pela entidade competente.

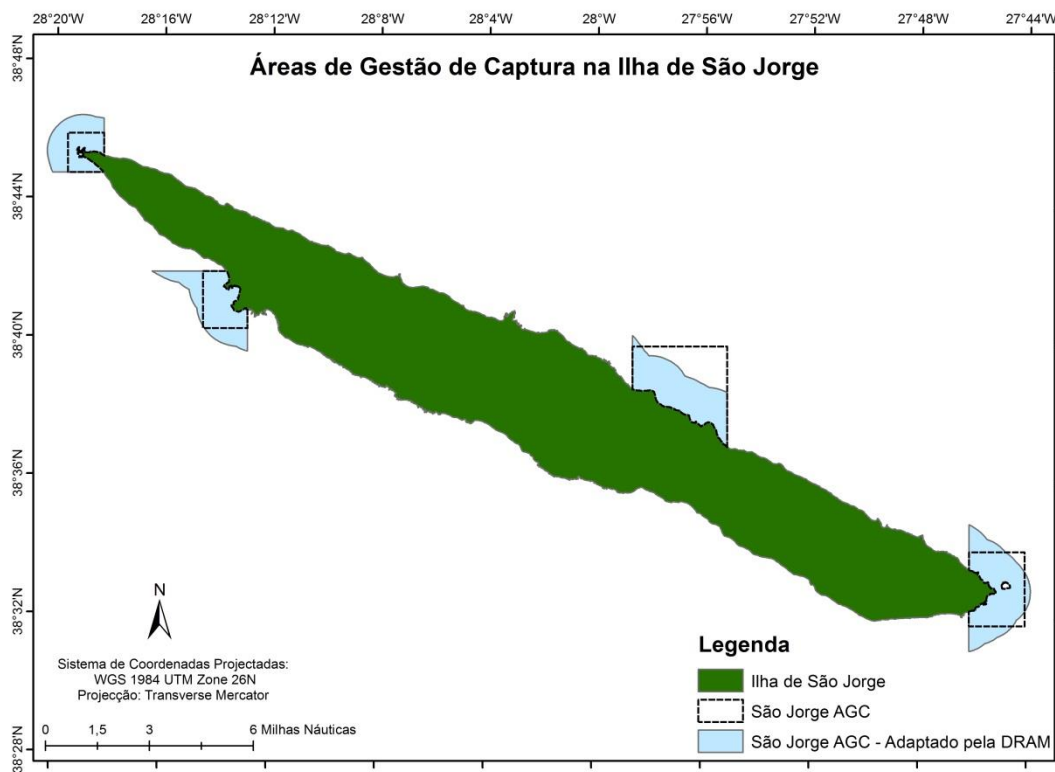
A instalação de novas linhas aéreas de transporte de energia e de comunicações à superfície do solo nestas áreas fica *condicionada* ao parecer da entidade competente.

### **6.5.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e Portaria n.º1/2014)**

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a apanha de amêijoas dentro da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, sendo as zonas de apanha definidas conforme Anexo V – F da Portaria. A apanha de amêijoas é apenas permitida na zona abaixo do nível da água, com referência à maré baixa,

sendo proibida a apanha na faixa entre marés. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.7:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha de São Jorge (publicado e adaptado). A área de apanha da amêijoia-boia da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo não está ilustrada.

## 6.6. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha do Pico

### 6.6.1. Parque Natural da Ilha do Pico (DLR 20/2008/A, de 9 de Julho)

#### 6.6.1.1 Área Protegida de Gestão de Recursos do Porto das Lajes (PICO20)

Não existem atos e atividades interditas.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A realização de ações de reabilitação paisagística, geomorfológica e ecológica, incluindo aquelas que visem a redução de passivos e a minimização de impactes ambientais associados a zonas de extração de inertes abandonadas e não recuperadas;

3. O depósito de resíduos;
4. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos.

Outras classificações e legislações:

- SIC Lajes do Pico estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. → passou a ser uma ZEC;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Baía das Lajes / Ponta da Queimada.

#### 6.6.1.2 Área Protegida de Gestão de Recursos da Ponta da Ilha (PICO21)

*Atos e atividades interditas:*

1. O depósito de resíduos;
2. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos;
3. As ações que provoquem distúrbios à nidificação, nomeadamente destruição de ninhos ou locais de nidificação;
4. As ações suscetíveis de provocar alterações ao equilíbrio natural.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas;
3. A reintrodução de espécies da flora indígena;
4. A realização de ações de reabilitação paisagística, geomorfológica e ecológica, incluindo aquelas que visem a redução de passivos e a minimização de impactes ambientais associados a zonas de extração de inertes abandonadas e não recuperadas.

Outras classificações e legislações:

- SIC da Ponta da Ilha estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. → passou a ser uma ZEC;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Ponta dos Mistérios / Baía das Canas.

### 6.6.1.3 Área Protegida de Gestão de Recursos do Canal Faial Pico/Sector Pico (PICO22)

Não existem atos e atividades interditas.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A realização de ações de reabilitação paisagística, geomorfológica e ecológica, incluindo aquelas que visem a redução de passivos e a minimização de impactes ambientais associados a zonas de extração de inertes abandonadas e não recuperadas;
3. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos.

Outras classificações e legislações:

- SIC Ilhéus da Madalena estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. → passou a ser uma ZEC;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Pé do Monte / Cachorro.

### **6.6.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (DRR 24/2011/A)**

***Zona A (inclusivo a faixa marítima de proteção até a batimétrica de -30 m)***

*Atividades condicionadas na zona A (Artigo 11.º):*

1. A realização de obras de construção, de reconstrução e de ampliação de quaisquer edificações ou infra-estruturas ou de novas instalações no domínio hídrico, salvo nas situações decorrentes do regime de usos estabelecido no presente capítulo;
2. A abertura de novos acessos viários e caminhos pedonais, bem como ampliação dos existentes sobre as margens das águas do mar, exceto os previstos no presente Regulamento e nos planos das zonas balneares;
3. A circulação com qualquer veículo fora das estradas e caminhos existentes, com exceção dos veículos utilizados em atividades agrícolas ou florestais, ações de socorro, fiscalização, vigilância, combate a incêndios, decorrentes de intervenção de reabilitação paisagística e ecológica e de limpeza de zonas balneares;
4. A realização de eventos turísticos -culturais ou turístico-desportivos, sem prévia autorização;
5. A instalação de tendas ou equipamentos móveis em locais públicos, sem prévio licenciamento ou autorização;
6. As atividades desportivas, designadamente todo o -o-terreno e atividades similares, sem prévio licenciamento ou autorização;
7. A alteração da morfologia do solo ou da cobertura vegetal, em especial onde existam cavidades vulcânicas inventariadas, com exceção das situações decorrentes do regime de usos estabelecido no presente capítulo.

#### *Atividades interditas na zona A:*

1. A prática de campismo fora dos locais especificamente destinados a esse efeito;
2. O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo entulhos, sucatas e lixos, bem como a instalação de aterros sanitários;
3. O depósito de materiais de construção e de produtos tóxicos ou perigosos;
4. A instalação de novas indústrias, exceto as da classe C, desde que sejam complementares às atividades tradicionais;
5. A descarga de efluentes de origem doméstica ou industrial não tratados;
6. A instalação de novas explorações de inertes ou a renovação das licenças;
7. A extração de materiais inertes na faixa marítima de proteção obedece ao disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de Março, que aprova o regime jurídico de extração de inertes na faixa costeira e no mar territorial na Região Autónoma dos Açores.

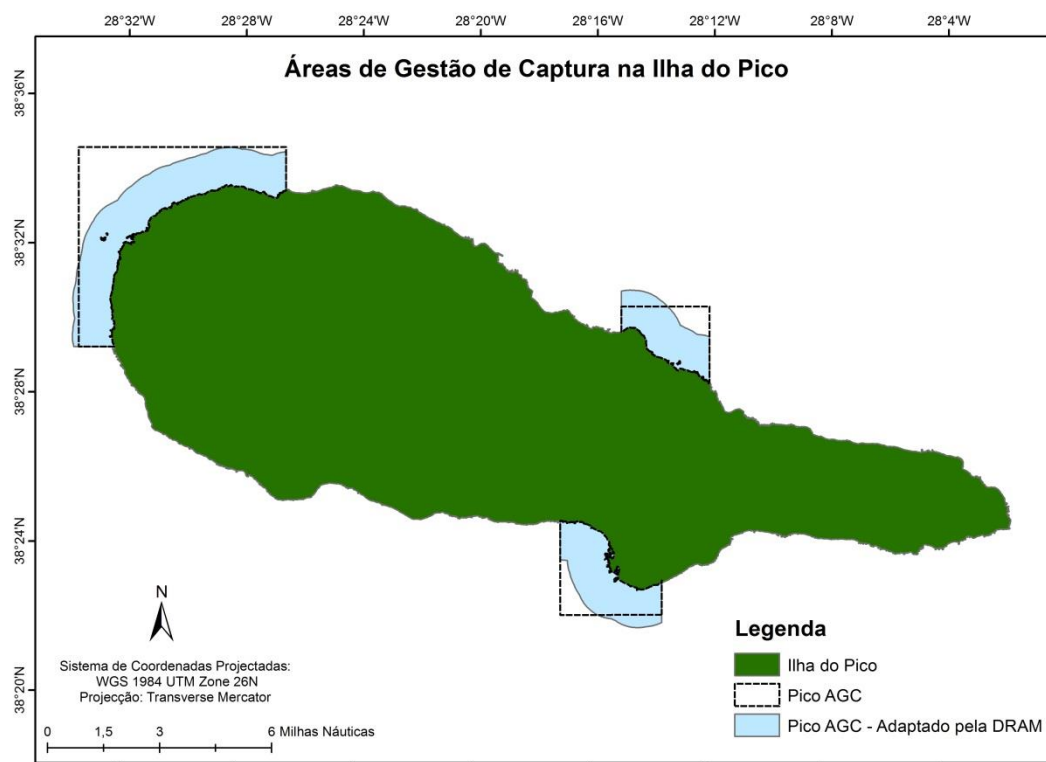
Os acessos na zona A podem ser temporária ou definitivamente condicionados, nos termos do artigo 14.º e dos artigos 36.º a 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de Maio, em qualquer das seguintes situações:

1. Acessos a áreas que têm como objetivo defender ecossistemas e valores naturais de especial sensibilidade;
2. Acessos associados ao uso balnear suspenso em função dos resultados da monitorização da qualidade da água;
3. Acessos a áreas instáveis que coloquem em risco a segurança das pessoas.

#### **6.6.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)**

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.8:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha do Pico (publicado e adaptado).

## 6.7. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha do Faial

### 6.7.1. Parque Natural da Ilha do Faial (DLR 46/2008/A, de 7 de Novembro)

#### 6.7.1.1 Reserva Natural das Caldeirinhas (FAI01)

*Atos e atividades interditas:*

1. O livre acesso do público e de embarcações;
2. O exercício da atividade cinegética;
3. A pesca e caça submarina;
4. O depósito de resíduos;
5. Alteração dos fundos marinhos;
6. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da área protegida;

3. A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer organismos, sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
4. A exploração e extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos;
5. A recolha de qualquer elemento geológico, com exceção dos destinados à investigação científica ou no âmbito de ações de monitorização ambiental.

Outras classificações e legislações:

- SIC Monte da Guia estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. → passou a ser uma ZEC;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Feteira / Horta.

#### 6.7.1.2 Área Protegida de Gestão de Recursos do Canal Faial-Pico/Sector Faial (FAI10)

Não existem atos e atividades interditas.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas;
3. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

Outras classificações e legislações:

- SIC Baixa do Sul e o SIC Monte da Guia estabelecidos pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. → passaram a ser ZECs;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Feteira / Horta.

#### 6.7.1.3 Área Protegida de Gestão de Recursos do Castelo Branco (FAI11)

*Atos e atividades interditas:*

1. O depósito de resíduos;
2. A caça submarina;
3. As ações que provoquem distúrbios à nidificação, nomeadamente destruição de ninhos ou locais de nidificação;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. O exercício da pesca não regulamentada;
2. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
3. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas.

*Outras classificações e legislações:*

- SIC Morro do Castelo Branco estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. → passou a ser uma ZEC;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Morro do Castelo Branco.

6.7.1.3 Área Protegida de Gestão de Recursos dos Capelinhos (FAI12)

*Atos e atividades interditas:*

1. O depósito de resíduos;
2. A caça submarina;
3. As ações que provoquem distúrbios à nidificação, nomeadamente destruição de ninhos ou locais de nidificação;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. O exercício da pesca não regulamentada;
2. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
3. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas.

*Outras classificações e legislações:*

- SIC Caldeira e Capelinhos estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000. → passou a ser uma ZEC;
- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Vulcão dos Capelinhos.



#### 6.7.1.4 Área Protegida de Gestão de Recursos dos Cedros (FAI13)

##### *Atos e atividades interditas:*

1. O depósito de resíduos;
2. A caça submarina;
3. As ações que provoquem distúrbios à nidificação, nomeadamente destruição de ninhos ou locais de nidificação;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

##### *Atos e atividades condicionadas:*

1. O exercício da pesca não regulamentada;
2. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
3. As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente as decorrentes da permanência de embarcações, da navegação a motor e realização de competições náuticas desportivas nas zonas marinhas em torno das colónias de aves, exceto quando regulamentadas.

##### *Outras classificações e legislações:*

- Reserva integral de captura de lapas, revogado como Área de Reserva para a Gestão de Capturas Cedros / Salão.

#### **6.7.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**

##### ***Zona A (inclusivo a faixa marítima de proteção até a batimétrica de -30 m)***

##### *Atividades condicionadas na zona A (Artigo 11.º):*

1. A realização de obras de construção, de reconstrução e de ampliação de quaisquer edificações ou infraestruturas ou de novas instalações no domínio hídrico, salvo nas situações decorrentes do regime de usos estabelecido no artigo anterior;
2. Abertura de novos acessos viários e caminhos pedonais, bem como ampliação dos existentes sobre as margens das águas do mar, exceto os previstos no presente Regulamento e nos planos das zonas balneares;
3. A circulação com qualquer veículo fora das estradas e caminhos existentes, com exceção dos veículos utilizados em atividades agrícolas ou florestais, ações de socorro, fiscalização, vigilância, combate a incêndios, decorrentes de intervenção de reabilitação paisagística e ecológica e de limpeza de zonas balneares ou outras devidamente autorizadas;
4. A prática de campismo, a instalação de tendas ou equipamentos móveis em locais públicos ou privados, exceto quando autorizado pelo município competente nos termos do artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2012/A, de 28 de Março;
5. As atividades desportivas com impacte ambiental relevante, designadamente todo o terreno e atividades similares;

6. A alteração da morfologia do solo ou da cobertura vegetal, em especial onde existam cavidades naturais, com exceção das situações decorrentes do regime de usos estabelecido no presente Regulamento;
7. A instalação de infraestruturas de aquicultura, de acordo com o estabelecido no Decreto Legislativo Regional n.º 22/2011/A, de 4 de Julho;
8. A instalação de novas explorações de inertes ou a renovação das licenças;
9. A extração de materiais inertes na faixa marítima de proteção, incluindo as dragagens necessárias à conservação das condições de escoamento dos cursos de água e das zonas húmidas e à manutenção de áreas portuárias e respetivos canais de acesso, designadamente nas áreas adjacentes às infraestruturas portuárias, de acordo com a legislação em vigor.

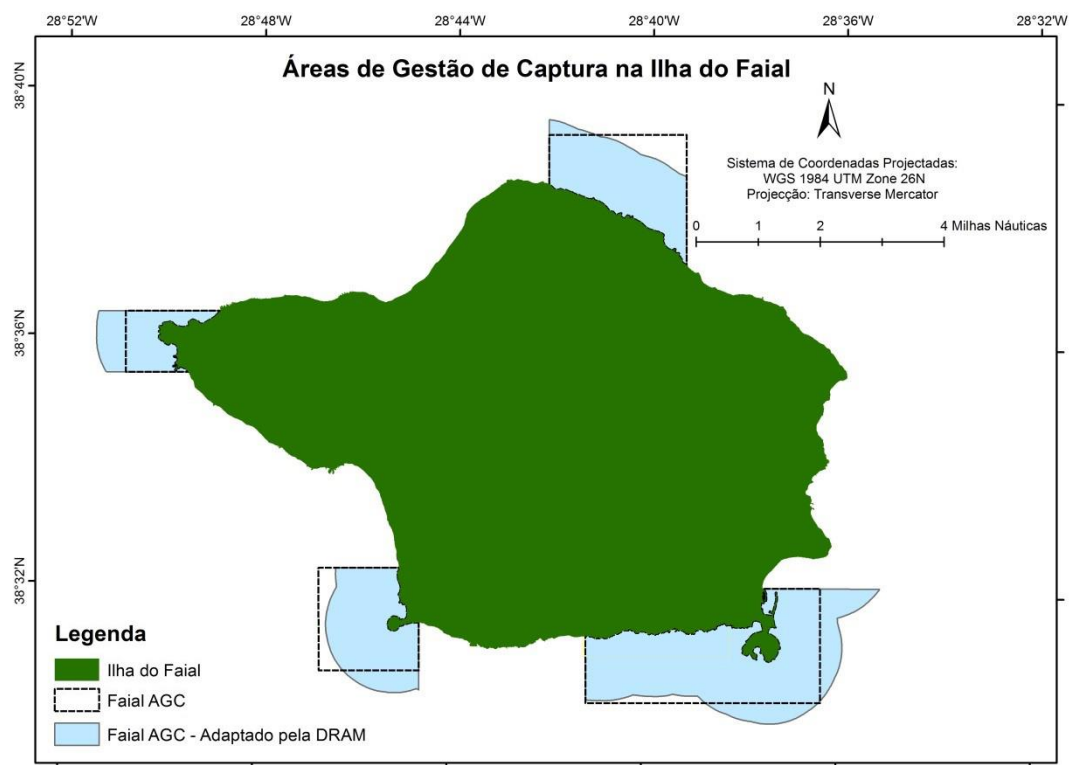
*Atividades interditas na zona A:*

1. O depósito, o abandono ou libertação de resíduos sólidos, de entulhos, de sucatas e de lixeiras;
2. O depósito de materiais de construção, exceto nos estaleiros de obras devidamente licenciadas;
3. O depósito de produtos tóxicos ou perigosos;
4. A instalação de novas indústrias, exceto as do tipo 3, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de Janeiro.

**6.7.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)**

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.9:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha do Faial (publicado e adaptado).

## 6.8. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha das Flores

### 6.8.1. Parque Natural da Ilha das Flores (DLR 8/2011/A, de 23 de Março)

#### 6.8.1.1 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Norte (FLO09)

*Atos e atividades interditas:*

1. A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias, exceto atividades de investigação científica devidamente autorizadas pelo diretor do Parque Natural da Ilha das Flores;
2. O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais;
3. A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente algas e animais alóctones com potencial invasor;
4. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
2. A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;

3. A instalação de infra-estruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
4. A instalação de condutas e cabos de qualquer natureza;
5. A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente, especialmente em torno das colónias de aves.

Outras classificações e legislações:

- A ZEC Costa Nordeste (PTFLO0002) e a ZPE Costa Nordeste (PTZPE0022), Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- POOC das Flores.

#### **6.8.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**

##### ***Zona A — Marítima -Áreas de proteção e conservação da natureza***

*Atividades interditas nas áreas de proteção e conservação da natureza na zona A - Marítima (Artigo 22.º):*

1. A recolha de amostras geológicas, a extração de substratos de fundos marinhos, a alteração da linha de costa e a construção de esporões;
2. A extração de areias;
3. A deposição de dragados, entulhos, inertes ou resíduos sólidos;
4. O lançamento de efluentes sem tratamento terciário;
5. A utilização de quaisquer armas, substâncias tóxicas ou poluentes, ou de explosivos que possam causar dano, ou perturbar de alguma forma espécimes de espécies da fauna ou da flora.

Relativamente ao disposto no número anterior, excetuam -se a realização de obras e ações de proteção costeira, que se mostrem necessárias, atendendo exclusivamente a condições de risco imediato para a segurança de pessoas e bens, e de manutenção das condições de acessibilidade às zonas portuárias, as quais deverão ser precedidas da realização de estudo de impacto ambiental, nos termos da legislação em vigor.

*Atividades condicionadas nas áreas de proteção e conservação da natureza na zona A - Marítima:*

1. A perturbação, colheita ou danificação da fauna e da flora autóctones ou a afetação dos habitats, exceto a decorrente da pesca comercial ou lúdica;
2. Os trabalhos de investigação científica, de ações de monitorização ambiental e dos ecossistemas, bem como ações de conservação da natureza e de salvaguarda dos valores naturais;
3. A criação e cultura de qualquer espécie da fauna ou da flora, exceto quando integradas em ações de conservação da natureza e de investigação científica;
4. A circulação de motos de água ou similares;
5. A realização de provas competitivas;
6. O estabelecimento de culturas marinhas;

7. A realização de dragagens com exceção das necessárias à manutenção das condições de navegabilidade promovidas pela autoridade portuária, previstas num plano anual de dragagens.

#### ***Zona A — Terrestre - Áreas de proteção e conservação da natureza***

As áreas de proteção e conservação da natureza integram as áreas seguintes:

- a) Faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com a largura de 50 m;
- b) Áreas abrangidas pela Rede Natura 2000;
- c) Áreas abrangidas pela Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores.

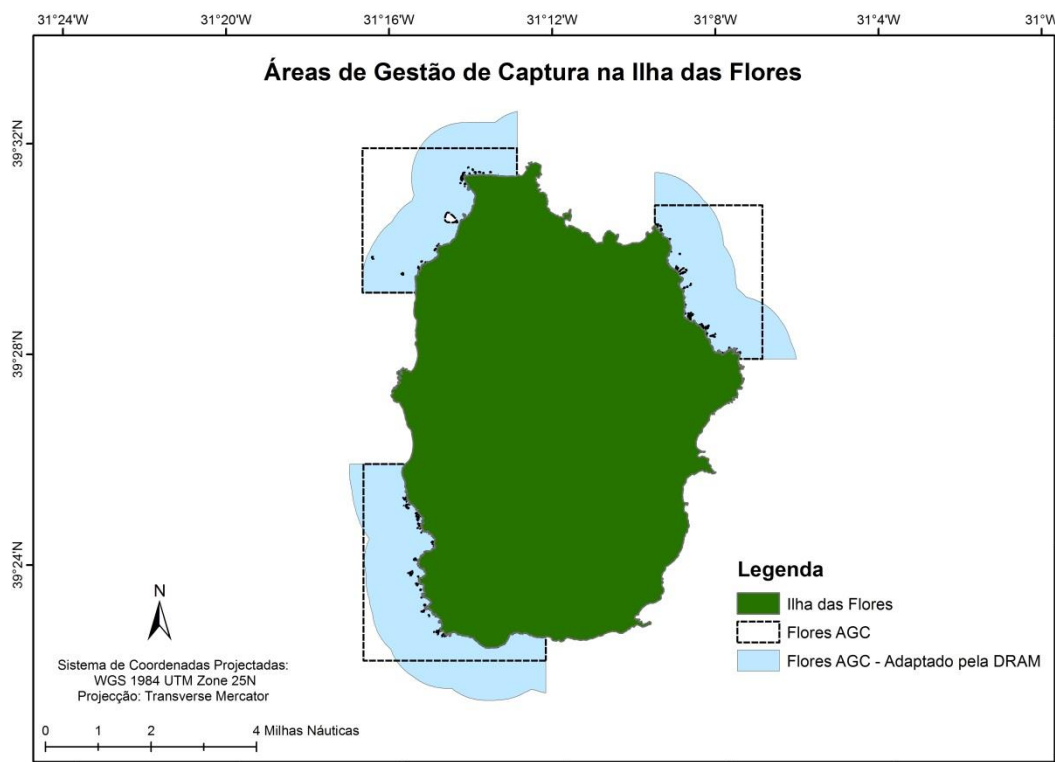
#### ***Atos e atividades interditas nas Áreas de proteção e conservação da natureza (Artigo 17.º):***

1. Alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva;
2. Captura ou abate de espécies da fauna selvagem;
3. Corte ou recolha de espécies vegetais autóctones, exceto quando integradas em medidas fitossanitárias justificadas ou que respondam a um plano de gestão específico;
4. Destruição, danificação, recolha ou detenção de ninhos e ovos, mesmo que vazios;
5. Deterioração, perturbação ou destruição dos locais ou das áreas de repouso das espécies protegidas;
6. Introdução de espécies exóticas;
7. Aplicação de efluentes da pecuária ou de lamas;
8. Plantação de espécies não indígenas, nos termos da legislação em vigor;
9. Competições desportivas, designadamente todo -o- -terreno e atividades similares, salvo as devidamente licenciadas;
10. Uso do fogo para gestão de pastagens ou prevenção de incêndios, exceto quando decorrentes das situações previstas na legislação específica em vigor;
11. Ações de limpeza de material vegetal, exceto as estritamente necessárias à correta drenagem dos cursos de água, à proteção das edificações, as decorrentes dos respetivos planos de gestão específicos ou as previstas nas normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais, nos termos da legislação em vigor;
12. Deposição ou lançamento de dragados, sucata, veículos, inertes, detritos, entulhos ou outros resíduos;
13. Recolha de qualquer elemento de valor arqueológico ou geológico;
14. Lançamento de águas residuais industriais, agrícolas ou de uso doméstico em infração à legislação vigente que se relacione com a sua recolha, tratamento e descarga, bem como o lançamento de efluentes provenientes de derrames de transportes e outros veículos motorizados;
15. Acesso aos ilhéus de Maio a Outubro, exceto para ações de monitorização e gestão por parte de entidades de investigação científica, mediante autorização prévia da entidade competente.

### 6.8.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.10:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha das Flores (publicado e adaptado).

## 6.9. Regulamento dos usos das Áreas Marinhas da Ilha do Corvo

### 6.9.1. Parque Natural da Ilha do Corvo (DLR 44/2008/A, de 5 de Novembro)

#### 6.9.1.1 Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa do Corvo (COR 02)

*Atos e atividades interditas:*

1. A pesca com palangre, seja este de fundo, seja de superfície, explosivos, agentes químicos, redes de arrasto, redes envolventes-arrastrantes e redes de emalhar de profundidade;
2. A pesca com embarcações de comprimento fora-a-fora superior a 10 m, excetuando -se a pesca de isco vivo para atuneiros e as ações de formação profissional no âmbito da pesca;

3. A colheita, corte, abate, captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitos a medidas de proteção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus *habitats*;
4. A introdução de espécies zoológicas e botânicas invasoras ou não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos;
5. O depósito de resíduos;
6. A prática de foguear, incluindo a utilização de grelhadores e similares, e a realização de queimadas; †
7. A prática de atividade cinegética;
8. A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da área protegida;
9. O lançamento de águas residuais industriais, agrícolas ou de uso doméstico em infração à legislação vigente que se relacione com a sua recolha, tratamento e descarga, bem como o lançamento de efluentes provenientes de lamas, derrames de transportes e outros veículos motorizados.

*Atos e atividades condicionadas:*

1. A extração de areias ou outro material inerte marinho;
2. A alteração, por meio de aterros ou escavações, da configuração dos fundos marinhos;
3. A realização de eventos desportivos, nomeadamente de pesca desportiva, de caça submarina ou de desportos náuticos motorizados;
4. A atividade da aquicultura;
5. A pesca comercial, turística e desportiva;
6. A caça submarina e apanha de moluscos;
7. Os atos e atividades necessários à preservação, valorização e ordenamento da área protegida;
8. A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza; (duplicado no regulamento)
9. A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente; *(duplicado no regulamento)*
10. A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva, com exceção das decorrentes da execução de ações de manutenção e limpeza da área protegida;
11. A realização de obras de construção civil, designadamente novos edifícios, ampliação, conservação, coleção de dissonâncias, recuperação e reabilitação ou demolição de edificações, exceto quando regulamentadas; †
12. A prática de campismo fora dos locais expressamente indicados para esse fim; †
13. A captação e o desvio de águas ou a execução de quaisquer obras hidráulicas;
14. A abertura de novas vias de comunicação ou de acessos ou qualquer modificação dos existentes;
15. A instalação de infra -estruturas elétricas e telefónicas, aéreas, subterrâneas e de aproveitamento de energias renováveis;

16. A instalação de condutas, nomeadamente tubagens de água ou saneamento;
17. A recolha e posse de qualquer elemento ou amostra geológica, com exceção dos destinados à investigação científica ou no âmbito de ações de monitorização ambiental;
18. Os atos e atividades necessários à preservação, valorização e ordenamento da área protegida;

Outras classificações e legislações:

- Reservas integrais de captura de lapas, revogados como Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas Pão de Açúcar / Ponta Negra, Ponta do Marco / Ponta dos Torrais, e Pedra do Atlas / Canto do Carneiro;
- SIC Costa e Caldeirão do Corvo (→ passou a ser uma ZEC) e ZPE Costa e Caldeirão do Corvo estabelecido pelo Plano Sectorial Rede Natura 2000.

### **6.9.2. Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**

#### ***Zona A - Marítima - Áreas de proteção e conservação da natureza***

*Atividades interditas nas áreas de proteção e conservação da natureza na zona A - Marítima (Artigo 21.º):*

1. A recolha de amostras geológicas, a extração de substratos de fundos marinhos, a alteração da linha de costa e a construção de esporões;
2. Extração de areias;
3. A deposição de dragados, entulhos, inertes ou resíduos sólidos;
4. O lançamento de efluentes sem tratamento terciário;
5. A utilização de quaisquer armas, substâncias tóxicas ou poluentes, ou de explosivos que possam causar dano ou perturbar de alguma forma espécimes de espécies da fauna ou da flora.

Relativamente ao disposto no número anterior, excetua-se a realização de obras e ações de proteção costeira, que se mostrem necessárias, atendendo exclusivamente a condições de risco imediato para a segurança de pessoas e bens, de manutenção das condições de acessibilidade às zonas portuárias, as quais deverão ser precedidas da realização de estudo de impacto ambiental, nos termos da legislação em vigor.

*Atividades condicionadas nas áreas de proteção e conservação da natureza na zona A - Marítima:*

1. A perturbação, colheita ou danificação da fauna e da flora autóctones ou a afetação dos habitats, exceto a decorrente da pesca comercial ou lúdica;
2. Os trabalhos de investigação científica, ações de monitorização ambiental e dos ecossistemas, bem como ações de conservação da natureza e de salvaguarda dos valores naturais;
3. A criação e cultura de qualquer espécie da fauna ou da flora, exceto quando integradas em ações de conservação da natureza e de investigação científica;
4. A circulação de motos de água ou similares;
5. A realização de provas competitivas;



6. O estabelecimento de culturas marinhas;
7. A realização de dragagens com exceção das necessárias à manutenção das condições de navegabilidade promovidas pela autoridade portuária, previstas num plano anual de dragagens.

#### ***Zona A — Terrestre - Áreas de proteção e conservação da natureza***

As áreas de proteção e conservação da natureza integram as áreas seguintes:

- a) Faixa de proteção de nidificação das aves marinhas com a largura de 50 m;
- b) Áreas abrangidas pela Rede Natura 2000;
- c) Áreas abrangidas pela Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores.

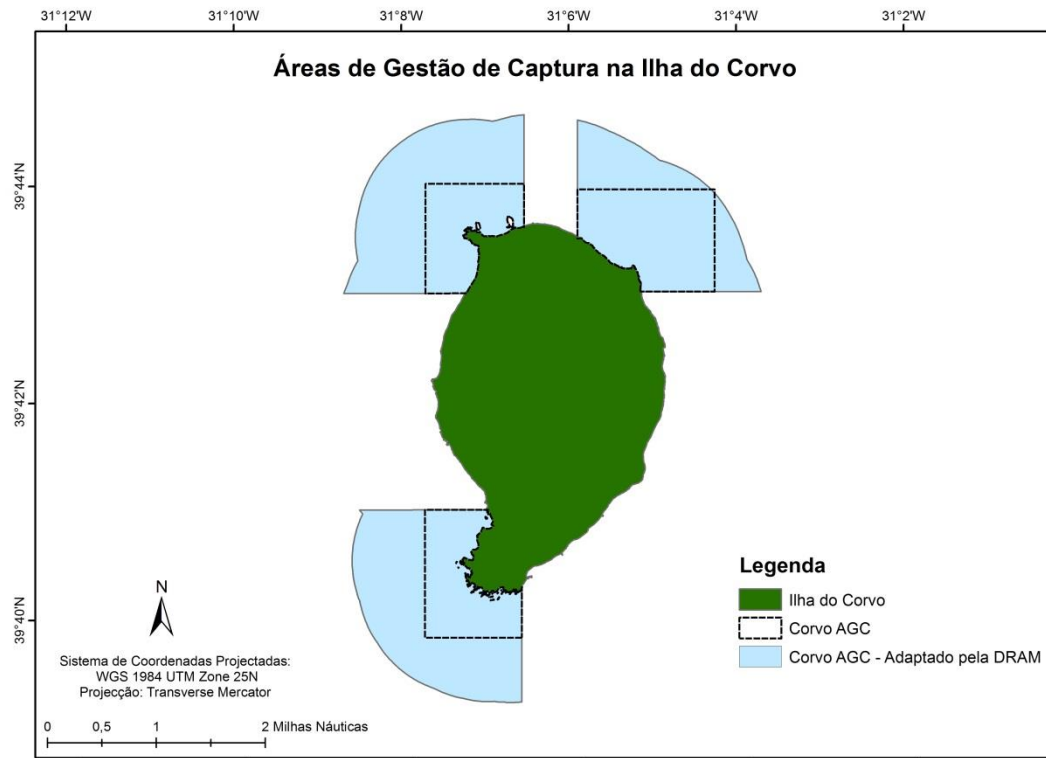
#### ***Atos e atividades interditas nas Áreas de proteção e conservação da natureza (Artigo 17.º):***

1. Alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva;
2. Captura ou abate de espécies da fauna selvagem;
3. Corte ou recolha de espécies vegetais autóctones, exceto quando integradas em medidas fitossanitárias justificadas ou que respondam a um plano de gestão específico;
4. Destruição, danificação, recolha ou detenção de ninhos e ovos, mesmo que vazios;
5. Deterioração, perturbação ou destruição dos locais ou das áreas de repouso das espécies protegidas;
6. Introdução de espécies exóticas;
7. Aplicação de efluentes da pecuária ou de lamas;
8. Plantação de espécies não indígenas, nos termos da legislação em vigor;
9. Competições desportivas, designadamente todo -o- -terreno e atividades similares, salvo as devidamente licenciadas;
10. Uso do fogo para gestão de pastagens ou prevenção de incêndios, exceto quando decorrentes das situações previstas na legislação específica em vigor;
11. Ações de limpeza de material vegetal, exceto as estritamente necessárias à correta drenagem dos cursos de água, à proteção das edificações, as decorrentes dos respetivos planos de gestão específicos ou as previstas nas normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais, nos termos da legislação em vigor;
12. Deposição ou lançamento de dragados, sucata, veículos, inertes, detritos, entulhos ou outros resíduos;
13. Recolha de qualquer elemento de valor arqueológico ou geológico;
14. Lançamento de águas residuais industriais, agrícolas ou de uso doméstico em infração à legislação vigente que se relacione com a sua recolha, tratamento e descarga, bem como o lançamento de efluentes provenientes de derrames de transportes e outros veículos motorizados;
15. Acesso aos ilhéus de Maio a Outubro, exceto para ações de monitorização e gestão por parte de entidades de investigação científica, mediante autorização prévia da entidade competente.

### 6.9.3. Diploma da Apanha (Portaria n.º44/2014 e n.º1/2014)

É proibida a apanha de qualquer espécie constante no Anexo I (algas e invertebrados) da Portaria n.º 44/2014 de 8 de Julho de 2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa. É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa da ilha.

No mapa em baixo está ilustrada uma incongruência verificada no diploma. Ou se utiliza a área ilustrada no diploma ou se utiliza a área até 1nm de distância da costa mencionada na mesma portaria. Este assunto encontra-se à consideração de quem as elaborou, IRP.



**Figura 6.11:** As Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas na ilha do Corvo (publicado e adaptado).

## 6.10. ANEXO I da Portaria n.º44/2014 e n.º 1/2014 de 8 de Julho de 2014

É proibida a apanha de qualquer espécie marinha constante no Anexo I da Portaria n.º 44/2014 nas Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas, até 1 milha náutica de distância da costa.

É permitida a captura, exclusivamente de Erva-Patinha, Craca, Moura e Polvo, em toda a costa de todas as ilhas à exceção dos ilhéus das Formigas.

### I – Algas:

- a) Erva-patinha (*Porphyra* sp.)
- b) Agar (*Pterocladia capillacea*)
- c) Sargaço (*Sargassum* spp)

### II – Moluscos gastrópodes ou univalves:

- a) Buzina (*Charonia lampas*)
- b) Búzio (*Stramonita haemastoma*)
- c) Lapa-brava ou lapa de fundo (*Patella aspera*)
- d) Lapa-burra ou Orelha-do-mar (*Haliotis coccinea*)
- e) Lapa-mansa (*Patella candei gomesii*)

### II – Moluscos bivalves:

- a) Amêijoia-boia (*Ruditapes decussatus*)

### III – Equinodermes:

- a) Ouriço-castanho-de-espinhos-longos (*Centrostephanus longispinis*)
- b) Ouriço-de-espinhos-curtos (*Sphaerechinus granularis*)
- c) Ouriço-do-mar-comum (*Paracentrotus lividus*)
- d) Ouriço-do-mar-negro (*Arbacia lixula*)
- e) Pepino-do-mar (*Holothuria* sp.)

### IV – Crustáceos:

- a) Caranguejo-fidalgo (*Grapsus adscensionis*)
- b) Cavaco (*Scyllarides latus*)
- c) Cavaco-anão (*Scyllarides arctus*)
- d) Craca (*Megabalanus azoricus*)
- e) Lagosta (*Palinurus elephas*)
- f) Moura (*Pachygrapsus marmoratus*)
- g) Santola (*Maja brachydactyla*)

### V – Moluscos cefalópodes:

- a) Polvo (*Octopus vulgaris*)

## 6.11. Diploma da Biodiversidade (DLR 15/2012/A)

*Atos e atividades condicionados e proibidos (Artigo 21.º):*

N.º 2 — Nas áreas protegidas é proibida a introdução, a deposição, mesmo que controlada, e o armazenamento de resíduos e de águas residuais de qualquer natureza, com exceção dos resultantes de sobrantes da exploração florestal e da biomassa agrícola, quando gerados no seu interior, e das águas residuais urbanas e pluviais provenientes de instalações e estruturas sitas no interior da área protegida ou que a ela naturalmente afluam através da rede hidrográfica.

N.º 3 — Sempre que os regulamentos dos planos municipais de ordenamento do território aplicáveis não contenham normas específicas sobre a gestão de uma área protegida, e nas áreas não abrangidas por aqueles planos, dependem de parecer, vinculativo se desfavorável, da autoridade ambiental:

- a) A realização de obras de construção civil, com exceção das obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50 % da área inicial e a área total de implantação, depois de realizada a ampliação, não seja superior a 100 m<sup>2</sup>;
- b) A alteração do uso do solo que abranja áreas contínuas superiores a 1 ha;
- c) As modificações de coberto vegetal resultantes da alteração entre tipos de uso agrícola e florestal, em áreas contínuas superiores a 0,50 ha, considerando -se continuidade as ocupações similares que distem entre si menos de 500 m;
- d) As alterações à morfologia do solo, com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;
- e) A alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas, bem como as alterações à sua configuração e topografia;
- f) A rejeição para o ambiente de efluentes líquidos e de águas residuais de qualquer natureza, com exceção das pluviais, mesmo quando sujeitos a prévio tratamento;
- g) A abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como o alargamento, a pavimentação e a repavimentação das existentes;
- h) A instalação de infraestruturas de eletricidade e telecomunicações, aéreas ou subterrâneas, de transporte de combustíveis líquidos ou gasosos, de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, e de aproveitamento de energias renováveis ou similares;
- i) A prática de atividades desportivas e lúdicas motorizadas e competições desportivas que envolvam mais de 100 participantes, incluindo os espectadores previsíveis;
- j) A reintrodução de espécies indígenas da fauna e da flora selvagens.

*Proteção das espécies (Artigo 59.º; Espécies animais):*

Para assegurar a proteção de todas as espécies protegidas, incluindo as suas larvas, crias, ovos e ninhinhos, é proibido:

- 1. Capturar, abater ou deter os espécimes respetivos, qualquer que seja o método utilizado;
- 2. Perturbar esses espécimes, nomeadamente durante o período de reprodução, de dependência, de hibernação e de migração, desde que essa perturbação tenha um efeito significativo relativamente aos objetivos do presente diploma;

3. Destruir, danificar, recolher ou deter os seus ninhos e ovos, mesmo vazios;
4. Deteriorar ou destruir os locais ou áreas de reprodução e repouso dessas espécies.

*Gestão das populações - Espécies marinhas protegidas sujeitas a exploração (Artigo 66.º):*

Sempre que num território a espécie seja considerada, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 58.º<sup>2</sup>, uma espécie protegida prioritária, a sua exploração comercial e lúdica é suspensa, apenas podendo ser reiniciada quando uma avaliação do seu estado de conservação, conduzida nos termos do disposto no artigo 56.º, atribua ao táxon a categoria de “pouco preocupante” (LC).

*Importação, detenção e introdução de espécies exóticas (Artigo 96.º; Águas de lastro):*

Ao enchimento e despejo das águas de lastro dos navios são aplicáveis as regras definidas nas linhas orientadoras constantes da Resolução A.868(20)-IMO da Organização Marítima Internacional (IMO) e do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), e suas alterações e atualizações

*Captura de enguias (Artigo 164.º):*

É proibida a captura de espécimes da espécie *Anguilla anguilla* (Linnaeus, 1758), a enguia ou eiró, por qualquer método e em qualquer habitat onde a mesma ocorra.

---

<sup>2</sup> Artigo 58.º, n.º 1: São espécies protegidas prioritárias as espécies ou os taxa infraespecíficos que ocorram naturalmente no estado selvagem no território da Região Autónoma dos Açores e se enquadrem em qualquer uma das seguintes categorias: a) espécies europeias prioritárias; b) espécies ou taxa infraespecíficos aos quais uma avaliação do estado de conservação, conduzida nos termos do disposto no artigo 56.º, tenha atribuído a categoria de «críticamente em perigo» («CR») ou «extinto na natureza» («EW»); e c) espécies endémicas que sejam exclusivas do território da Região Autónoma dos Açores ou do território da região biogeográfica macaronésica para as quais uma avaliação do estado de conservação, conduzida nos termos do disposto no artigo 56.º, tenha atribuído a categoria de «em perigo» («EN»)